

Ronaldo Alves da Silva

**As práticas informacionais das profissionais
do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte**

Belo Horizonte
Dezembro de 2008

Ronaldo Alves da Silva

As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Produção, organização e utilização da informação

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientador: Prof^o Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo

Belo Horizonte

Escola de Ciência da Informação

2008

S586p Silva, Ronaldo Alves da

As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte / Ronaldo Alves da Silva; orientação Carlos Alberto Ávila Araújo – Belo Horizonte, 2008.

169 f

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

1. Ciência da informação. 2. Ciência da informação – dissertação. 3. Estudo de usuários. 4. Práticas informacionais. 5. Prostituição – Brasil. I. Araújo, Carlos Alberto Ávila. II. Título.

CDD: 020

CDU: 025

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SILVA, Ronaldo Alves da. *As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte*. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

Para Jésus (Nenem Carola) e Maria, meus pais;
Para José Geraldo (Lalá), Márcia, Eliane, Ronan e Elisa, meus irmãos;
Para Isabela, Lincoln e Jonathan, meus sobrinhos;
Para Gleysson, Eduardo, Marcelo e Suely, meus cunhados;
Para Juliana, minha namorada e companheira!

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que me ensinaram a ser íntegro, honesto e me mostraram, mesmo sendo iletrados, a importância da escola na vida das pessoas. Aos meus irmãos e sobrinhos por serem o alicerce e a razão da minha vida. Muito obrigado!

À Juliana, minha namorada e futura esposa, pelo apoio, paciência, amor e carinho que me fazem sempre querer ir mais longe. Você é muito importante em minha vida.

Ao Professor Carlos Alberto “Casa” Ávila Araújo – meu orientador – por ter aceitado o desafio da orientação (sua primeira) no meio do caminho, com o prazo de defesa estourado. Este trabalho não sairia sem sua ajuda.

Às Professoras Alcenir Reis e Guiomar Frota, da ECI/UFMG, e ao Professor Marco Antônio, da PUC/MG, – membros das bancas de qualificação e defesa – que trouxeram grandes contribuições ao trabalho. Aos professores do PPGCI pelo conhecimento construído em suas aulas!

À Leila, minha grande amiga, que me ajudou muito nesta caminhada e participou ativamente da construção deste trabalho, discutindo e apresentando sugestões.

À Ana Lúcia, que à distância torce por mim, e é um exemplo de pessoa vitoriosa!

Ao mestre irmão e amigo Gustavo Saldanha agradeço pelos papos filosóficos, antropológicos, biblioteconômicos e futebolísticos, incluindo as análises positivistas dos jogos do América nas arquibancadas do Independência.

Ao meu amigo Paulo de Castro, o maior bibliotecário da terra, o homem com as idéias mais revolucionárias da área, anos à frente de seu tempo. Ele também foi responsável por minha entrada no mestrado. Me ajudou a reestruturar o projeto no último dia de inscrição, pois eu tinha perdido parte do texto.

À Alessandra Rodrigues, uma luz de competência, inteligência e retidão que nos ilumina.

Aos amigos Cláudio Inácio e Lucélia Martins que participaram da elaboração pré-projeto de pesquisa na graduação. Divido todos os méritos com vocês.

Ao amigo Júlio Guzman, por ser Júlio Guzman!

À Fernanda de Paula, Aline Coelho, Aline Machado, Diná Marques, Viviane Solano, Shirley Ferreira, Analice Freitas, Nicole Patrícia, Fernanda Gomes, Fabrícia Cristina, Carla Viviane minhas grandes amigas e colegas de auditório, digo, profissão, que me dão tanto orgulho. Só eu sei a importância de vocês nesta minha jornada!

Ao primo e irmão José Alimatéia que é o meu maior incentivador na vida acadêmica!

Aos colegas de mestrado, que mesmo com a correria de seus projetos encontram tempo para discutir e apresentar sugestões sobre os trabalhos dos outros. Agradeço especialmente a Sheila Margareth e Marcos Gomes pela amizade, anarquia e sugestões.

Aos funcionários da ECI pela disponibilidade. Especialmente Nelly e Gisele, secretárias do PPGCI, que solucionam o insolúvel. Obrigado pela paciência e pela presteza.

Às profissionais do sexo que participaram desta pesquisa, cedendo parte de seu tempo de trabalho para me contar suas histórias!

A todos aqueles que direta, ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho chegasse ao fim. Muito obrigado!

Finalmente, agradeço minha professora de quarta série, Virleine, que disse que eu não chegaria a lugar nenhum, isso quando eu tinha dez anos! Muito obrigado, pois sua “praga” sempre me serviu de incentivo!

Olha, a primeira vez que eu estive aqui, foi só para me distrair, eu vim em busca do amor! Olha, foi então que eu te conheci! Naquela noite fria, nos seus braços meus problemas esqueci. Olha, a segunda vez que eu estive aqui, já não foi para me distrair, senti saudades de você! Olha, eu precisei dos seus carinhos, me sentia tão sozinho; já não podia mais te esquecer! Eu vou tirar você deste lugar, vou levar você para morar comigo, e não interessa o que os outros vão pensar!

(Odair José)

Livros e putas podem-se levar para a cama. Livros e putas entrecruzam o tempo. Dominam a noite como o dia e o dia como a noite. Ao ver livros e putas ninguém diz que os minutos lhes são preciosos. Mas quem se deixa envolver mais de perto com eles, só então nota como têm pressa. Fazem contas, enquanto afundamos neles. Livros e putas têm entre si, desde sempre, um amor infeliz (...) Livros e putas – raramente vê seu fim alguém que os possuiu. Costumam desaparecer antes de perecer (...) Livros e putas gostam de voltar as costas quando se expõem. Livros e putas remoçam muito.

(Walter Benjamin. Rua de mão única).

RESUMO

Descreve e analisa as práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte. Utiliza para isso a base teórica dos estudos de usuários de informação e do paradigma social da Ciência da Informação. Neste trabalho buscamos investigar as práticas informacionais de um grupo heterogêneo, que ainda não ganhou a configuração “oficial” de grupo profissional: as profissionais do sexo. Estabelecemos quatro eixos para a análise destas práticas: os aspectos trabalhistas que envolvem a atividade, a legislação penal que incide sobre ela, as questões de saúde das mulheres e os aspectos de seu cotidiano. Foram sujeitos da pesquisa, as profissionais do sexo que trabalham em hotéis da Rua dos Guaicurus. No decorrer do trabalho percebemos que os eixos não teriam a mesma importância na visão das profissionais. O caráter transitório da atividade provoca a baixa identificação das mulheres com as questões sobre trabalho e legislação. A saúde ganha mais importância em seu discurso por causa do impacto imediato que este assunto tem em suas vidas; principalmente os problemas relativos às doenças sexualmente transmissíveis. Percebemos que as profissionais estão inseridas em contextos informativos diversificados, tendo acesso a diferentes produtos e discursos informacionais. Suas práticas são influenciadas pelo caráter transitório de seu trabalho, mas também pelo ambiente informacional dinâmico em que se encontram. Constatamos que as informações são recebidas e reconstruídas pelas profissionais, ganhando novos significados e relevância. As profissionais são, pelo contexto dinâmico em que estão inseridas, usuárias e produtoras de informação sobre seu trabalho e seu cotidiano.

Palavras-Chaves: Prostituição. Estudos de usuários. Usuários de informação. Prática informacional.

ABSTRACT

This text describes and analyzes the information procedures of the sex workers at the prostitution district in Belo Horizonte. For this purpose it was used the theoretical basis of the information users studies, and also the social paradigms from the Information Science. Our investigation is focused on the procedures of a heterogeneous group which hasn't yet achieved the "official" status of workgroup: sex professionals. Four main lines were established for this analysis: labour aspects on the activity, penal law, women's health, and the worker's quotidian particular features. The research used as subject the sex professionals that work in hotels at Rua dos Guaicurus (Guaicurus Street). During our work we have realized that neither all the lines would have the same importance on the sex professionals' views. The transient character of the job provokes a low identification with the legal and labour aspects. On the other hand, health gets a large importance due to the aspect that this issue has on their quotidian lives, with a special detach to the subjects associated to sex transmitted diseases. We have noticed that those sex workers are inserted in several information contexts, and they have access to different informative products and speeches. Although their procedures are ruled by transitoriness, they also are guided by the dynamic informative environment where they are included. It was possible to establish that information is received and rebuilt by them, who give new signification and new relevance to the issue. Those sex workers are users and producers of information about their quotidian, according to the dynamic context which they are inserted.

Keywords: Prostitution. User's studies. Information users. Informative procedures.

LISTA DE SIGLAS E FIGURAS

Siglas

AIDS –	Acquired immune deficiency syndrome
APSBH –	Associação de Profissionais do Sexo de Belo Horizonte
CBO –	Classificação brasileira de ocupações
DST –	Doenças sexualmente transmissíveis
FID –	Federação Internacional de Documentação
GAPA –	Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS
GLBT –	Gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros
HIV -	Human immunodeficiency virus
IIB –	Instituto Internacional de Bibliografia
MIT –	Massachussets Institute of Tecnology
MUSA –	Mulher e Saúde
OMS –	Organização Mundial de Saúde
ONG –	Organização não-governamental
USP –	Universidade de São Paulo

Figuras

FIGURA 1 – Mapa da região da zona boêmia de Belo Horizonte

FIGURA 2 – Fotografia do quarteirão da Rua dos Guaicurus, entre as ruas Curitiba e São Paulo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
LISTA DE SIGLAS E FIGURAS	xi
INTRODUÇÃO	13
1. A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	17
1.1. A multiplicidade do conceito de informação	24
2. ESTUDOS DE USUÁRIOS	33
2.1. Abordagem tradicional.....	35
2.2. Abordagens alternativas.....	39
2.3. Conceitos do campo de estudos de usuários	46
2.4. Teorias sociais: interacionismo simbólico e etnometodologia	50
2.4.1. O interacionismo simbólico.....	51
2.4.2. A etnometodologia.....	54
2.5. O conceito de prática informacional.....	58
3. PROSTITUIÇÃO: CONCEITUAÇÃO E BREVE HISTÓRICO	60
3.1. Conceituação	60
3.2. Histórico	68
3.2.1. Prostituição no Brasil.....	88
3.2.1.1. Prostituição em Belo Horizonte.....	91
3.3. Questões e problemas característicos da prostituição	95
3.3.1. Questões trabalhistas: a regulamentação e o reconhecimento da atividade como profissão	95
3.3.2. Legislação penal: a criminalização de atividades ligadas à prostituição	99
3.3.3. Saúde da mulher: para além das doenças sexualmente transmissíveis	104
3.3.4. Cotidiano: demandas do dia-a-dia	111
4. PROBLEMA E METODOLOGIA	115
4.1. Os passos no campo.....	117
5. AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DAS PROFISSIONAIS DO SEXO DA ZONA BOÊMIA DE BELO HORIZONTE	119
5.1. A Zona Boêmia de Belo Horizonte	119
5.2. As fontes de informação utilizadas pelas profissionais do sexo	129
5.3. As práticas informacionais relativas às questões trabalhistas	133
5.4. As práticas informacionais relativas à legislação penal	138
5.5. As práticas informacionais relativas à saúde da mulher.....	141
5.6. As práticas informacionais no cotidiano.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICE	168
ANEXO A	170
ANEXO B	171

INTRODUÇÃO

A idéia de estudar a prostituição e as profissionais do sexo sob a ótica da Ciência da Informação surgiu ainda nos tempos de graduação, em 2003, na disciplina “Métodos e técnicas de pesquisa em Ciência da informação e Biblioteconomia”, ministrada pela Professora Alcenir Soares dos Reis. Naquela ocasião a turma foi “provocada” a apontar temáticas diversificadas de pesquisa que tratassem de questões relativas ao universo informacional. Sugerimos então, meu grupo e eu, o estudo do impacto das campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) no universo da prostituição. A proposta era analisar as campanhas de prevenção veiculadas nos grandes meios de comunicação e apreender a percepção dos conteúdos informacionais destas campanhas pelas profissionais do sexo.

Depois que concluí a disciplina o projeto foi engavetado sem ser colocado em prática. Mas as leituras a respeito da prostituição me instigaram a aprofundar mais no tema. No ano de 2005 o projeto foi revisitado e revitalizado para a seleção do mestrado. Desde então já sofreu alterações, cortes, acréscimos, mudança de enfoque, mas continua considerando o objeto empírico proposto inicialmente: a prostituição e as profissionais do sexo.

A prostituição não foi escolhida como tema de pesquisa por causa de projetos anteriores ou do meu campo de formação. A pergunta que ouço com mais frequência é: qual a ligação deste assunto com a Ciência da Informação? O motivo para querer trabalhar com este tema está implícito nesta pergunta: é um assunto pouco convencional para o campo, mas que remete a uma área que surgiu ainda nos primeiros anos da Ciência da Informação: os estudos de usuários.

Os estudos de usuários têm como objeto empírico os usuários e os usos de informação. Os grupos estudados pelas pesquisas da área são variados: cientistas, estudantes, empresários, comunidades no entorno de um sistema, etc. Mas os principais estudos se concentram em ambientes institucionalizados e seus resultados revestem-se de uma aplicabilidade imediata. Os contextos dinâmicos da

informação, o cotidiano dos usuários, são pouco considerados nestes estudos. As profissionais do sexo são usuárias de informação, ainda que não estejam em constante interação com um sistema ou serviço de informação. Estudos sobre o uso de informação no cotidiano ainda são raros na Ciência da Informação. As pesquisas atuais ainda são feitas dentro dos preceitos da abordagem tradicional dos estudos de usuários e visam atender a demandas imediatas de uma instituição ou sistema. Têm como objetivos melhorar e implementar serviços, desenvolver produtos, avaliar coleções e fontes, dentre outros.

Considerar a prostituição e as profissionais do sexo como objetos de estudo da Ciência da Informação gera questionamentos sobre a validade da pesquisa. Especialmente pelo fato de ser um estudo ambientado em um contexto dinâmico e heterogêneo. Consideramos que as práticas informacionais dos indivíduos são independentes dos ambientes formais e institucionalizados. O uso da informação é dinâmico e o objetivo, e objeto da Ciência da Informação, é o estudo do universo informacional, incluindo aí os fundamentos sociais da informação. A apropriação da informação e dos objetos informacionais pelos indivíduos em suas interações deve ser uma preocupação da Ciência da Informação. O campo deve abarcar em seu escopo os estudos sobre comunidades e sobre o uso de informação no dia-a-dia. Assim, fizemos uma pequena caminhada pelo campo, buscando elementos para formar a base teórica de nossa pesquisa. Apresentamos também alguns aportes teóricos das ciências sociais que podem auxiliar na construção de conceitos para a área. Adiante apresentamos a divisão de nosso trabalho e os caminhos percorridos.

No primeiro capítulo apresentamos um breve histórico da Ciência da Informação, apontando as principais linhas teóricas da área, e também analisamos alguns conceitos distintos de informação para nos aproximarmos do conceito que trabalhamos. A informação não é um conceito cuja definição está estabilizada e consolidada; não existe uma concepção unívoca de informação entre os estudiosos. Na nossa concepção de informação consideramos o papel do usuário na construção de sentido para os produtos informacionais com os quais interage em seus contextos de ação.

No capítulo dois são apresentados os estudos de usuário, com uma pequena análise

histórica da construção teórica desta área. Os estudos são divididos pelos teóricos da Ciência da Informação em duas abordagens distintas: a tradicional, com estudos quantitativos e centrados no sistema; e a alternativa, com estudos qualitativos e centrados nos usuários. Buscamos neste trabalho uma abordagem diferente das anteriores, ainda que nossa concepção se aproxime da abordagem alternativa. Esta considera os usuários isolados no mundo, desgarrados de seus contextos diários e de suas interações. Buscamos uma abordagem que considere os usuários em seus contextos de ação, ou seja, nas suas interações e na construção e significação do seu mundo social.

No capítulo três apresentamos alguns conceitos sobre a prostituição e traçamos um breve histórico da atividade. A prostituição é uma atividade antiga, cujas origens se perderam na poeira do tempo, mas que deixou marcas de sua existência e evolução junto à história da humanidade. A atividade parece existir a milhares de anos, quase sempre marginalizada. Mesmo onde é legalmente aceita, é colocada à margem pelo discurso social hegemônico. Apresentamos ainda quatro questões que envolvem a prostituição e que serão tomadas como eixos de análise das práticas informacionais das profissionais do sexo da Zona Boêmia de Belo Horizonte: saúde, trabalho, legislação penal e cotidiano.

No capítulo quatro apresentamos a questão que foi o ponto de partida de nossa pesquisa e o caminho metodológico que percorremos ao longo de nosso trabalho. Buscamos justificar nossa opção pelos métodos qualitativos, que atenderam aos nossos objetivos e nos proporcionaram a profundidade desejada para a análise de nosso tema.

No capítulo cinco analisamos as práticas informacionais das profissionais do sexo, a partir de suas falas e opiniões. Apresentamos uma descrição da Zona Boêmia e dos hotéis de alta rotatividade. Tomamos como base os quatro eixos de análise apresentados no capítulo três, mas não os consideramos com fronteiras estanques. Muitas questões surgiram apenas no momento da coleta dos relatos.

Buscamos neste trabalho compreender a forma como as profissionais do sexo dão sentido às informações em seu ambiente de trabalho e de que maneira suas

interações e seus conhecimentos interferem em suas práticas informacionais. Direcionamos nosso foco para as questões relativas ao cotidiano das profissionais e suas práticas informacionais relativas à prevenção de doenças, às questões da legalização da profissão e dos direitos trabalhistas, à legislação penal e às questões cotidianas: relações interpessoais, violência, vida social e percepção da atividade.

1. A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação tem sua matriz em diversas disciplinas, confundindo-se às vezes com algumas delas. Mas há consenso sobre seu surgimento como disciplina científica: em meados do século XX, em virtude da necessidade de se controlar o fenômeno conhecido como explosão informacional, caracterizado pelo crescimento exponencial dos registros de informação (ARAÚJO, 2003; CAPURRO, 2003; CARDOSO, 1996; OLIVEIRA, 2005; PINHEIRO, 2002; PINHEIRO e LOUREIRO, 1995; SARACEVIC, 1996). A grande massa de documentos produzidos nas diversas áreas do conhecimento, especialmente nas áreas científicas e tecnológicas, gerou a necessidade de elaborar e aperfeiçoar meios de representação, organização e armazenamento da informação, visando sua posterior disseminação e recuperação.

Dentre as disciplinas que tiveram influência na constituição da Ciência da Informação, podemos apontar a Biblioteconomia, a Comunicação, as Ciências Cognitivas, a Ciência da Computação, a Documentação, a Recuperação da Informação, dentre outras. Abaixo mostraremos as concepções de alguns autores sobre o nascimento, o desenvolvimento e as influências da Ciência da Informação em sua curta história.

Le Coadic (2004) narra da seguinte maneira a gênese da Ciência da Informação:

a ciência da informação nasceu da biblioteconomia, tomando, assim, como objeto de estudo a informação fornecida pelas bibliotecas, fossem públicas, universitárias, especializadas ou centros de documentação. A leitura pública e a história do livro foram a matéria dos primeiros estudos realizados. Depois, a informação relativa às ciências, às técnicas, às indústrias e ao Estado sobrepôs-se a esses assuntos, dinamizada pelo advento da tecnologia da informação e as necessidades crescentes de informação dos setores científicos técnicos e industriais, e do grande público (LE COADIC, 2004, p.2).

O autor lista quatro disciplinas que atuaram com informação, antecedendo à Ciência da Informação: a Biblioteconomia, a Museoconomia, a Documentação e o Jornalismo. Para ele, estas disciplinas não são ciências, mas práticas de organização e têm por objeto de estudo os suportes e as instituições; a Ciência da

Informação, por outro lado, tem por objeto a própria informação (LE COADIC, 2004, p.12). De acordo com Le Coadic (2004), as primeiras preocupações da Ciência da Informação estão voltadas para o uso da informação socialmente, mas nos ambientes institucionalizados das bibliotecas. Mais tarde surgiu a preocupação com a informação em ciência e tecnologia, que é considerada o principal objeto da área por muitos de seus estudiosos e profissionais. Alguns autores apontam o crescimento acelerado das informações em ciência e tecnologia como responsável pelo surgimento da Ciência da Informação.

A Ciência da Informação, embora nascida no pós-guerra, tem seus antecedentes nos milênios anteriores, desde a descoberta da escrita e do registro do conhecimento em suportes informacionais, como as tábuas de argila e os rolos de pergaminho. A Biblioteconomia, uma das disciplinas bases da área, tem suas raízes nas bibliotecas da antiguidade, onde as técnicas de organização dos suportes informacionais já eram utilizadas (SERRAI, 1975). Durante séculos, a preocupação com a organização do conhecimento fez surgir diversos produtos e instituições; as enciclopédias, os esquemas de classificação, os códigos de catalogação, a popularização das bibliotecas são exemplos desta preocupação. Um marco na "pré-história" da Ciência da Informação é o trabalho de Paul Otlet e Henri La Fontaine. Esses advogados belgas almejavam uma representação universal de todo o conhecimento produzido pela humanidade e criaram o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), mais tarde transformado em Federação Internacional de Documentação (FID). Da mesma forma que essas disciplinas seculares têm sua marca inscrita no registro de nascimento da Ciência da Informação, os avanços científicos e tecnológicos também têm sua parcela de responsabilidade nestes acontecimentos.

Segundo Le Coadic (2004), a Ciência da Informação surge porque a “sociedade da informação necessita de uma ciência que estude as propriedades da informação e os processos de sua construção, comunicação e uso” (LE COADIC, 2004, p.17). O autor advoga o status de ciência social para a área, apontando seu rigor científico:

de prática de organização, a Ciência da Informação tornou-se, portanto, uma ciência social rigorosa que se apóia em uma

tecnologia também rigorosa. Tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso (LE COADIC, 2004, p.25).

Há, para Le Coadic (2004, p.110), quatro paradigmas na Ciência da Informação: o paradigma do trabalho coletivo, o paradigma do fluxo, o paradigma do uso e o paradigma do elétron. O primeiro diz respeito ao trabalho dos cientistas da área, que privilegia a coletividade e a interação. O segundo volta-se para os aspectos gerenciais, deslocados do acervo para o fluxo de informação. O terceiro desloca o olhar do profissional para o usuário, colocado no centro de todos os processos da Ciência da Informação. E o quarto refere-se ao surgimento de suportes digitais concorrendo com o papel. Estes paradigmas estão intimamente ligados à evolução do campo.

Saracevic (1996) identifica a origem e o ímpeto de desenvolvimento da Ciência da Informação com o artigo de Vannevar Bush¹, pesquisador do Massachusetts Institute of Technology (MIT), lançado em 1945, em que ele identificava o problema da “explosão informacional” e propunha a utilização das tecnologias da informação para combatê-lo. De acordo com Saracevic (1996), a Ciência da Informação é um campo interdisciplinar e estabelece relações com quatro campos em especial: a Biblioteconomia, a Ciência da Computação, a Ciência Cognitiva e a Comunicação (SARACEVIC, 1996, p.49).

Segundo Oliveira (2005), a Ciência da Informação teve sua gênese e desenvolvimento ligados particularmente a dois campos: a Documentação, com a idéia de realizar um levantamento bibliográfico universal, ou seja, criar uma biblioteca com a referência de todos os documentos produzidos; e a Recuperação da Informação, que a conduziu a estudos teóricos sobre a natureza da informação, a estrutura do conhecimento, o comportamento humano diante da informação, e possibilitou o surgimento de sistemas automatizados de informação, dentre outras contribuições.

De acordo com Pinheiro e Loureiro (1995), *The mathematical theory of*

¹ BUSH, V. As we may thing. *Atlantic Monthly*, p.101-108, 1945.

communication de Claude Shannon e Warren Weaver e *Cybernetics or control and communications in the animal and machine* de Norbert Wiener são considerados o prenúncio do que viria a ser Ciência da Informação. A teoria matemática da comunicação exerceu muita influência na concepção de informação adotada pela área em seus primeiros anos.

Embora tenha surgido na década de 1940, a Ciência da Informação institucionalizou-se na década de 1960. A primeira definição para o campo foi dada por Borko:

(...) disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso (...) Ela tem tanto um componente de ciência pura, através da pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços (BORKO apud SARACEVIC, 1996, p.45).

Araújo (2003) explica esta definição dizendo que a Ciência da Informação, no momento de seu estabelecimento como campo do conhecimento, sofre forte influência do pensamento positivista das ciências sociais. Para o autor, o campo

constitui-se no molde das ciências modernas, sobretudo a partir do modelo das ciências exatas, buscando atingir o conhecimento exato (...) utilizando-se de máxima objetividade, buscando formular leis universais de 'comportamento' da informação (ARAÚJO, 2003, p.22).

Segundo Capurro (2003), a Ciência da Informação tem duas raízes: a biblioteconomia clássica e a computação digital.

A primeira raiz nos leva às próprias origens, certamente obscuras, da sociedade humana entendida como um entrelaçamento ou uma rede de relações [...] baseadas na linguagem [...] A outra raiz é de caráter tecnológico recente e se refere ao impacto da computação nos processos de produção, coleta, organização, interpretação, armazenagem, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, e em especial da informação científica registrada em documentos impressos (CAPURRO, 2003).

Para o autor, a área se desenvolve em torno de três paradigmas fundamentais: o físico, o cognitivo e o social. Em seus primórdios, a Ciência da Informação possuía um caráter fisicista, e estava intimamente ligada à Teoria Matemática da Informação

de Claude Shannon e Warren Weaver e à cibernética de Norbert Wiener. Azevedo (2004) descreve assim o paradigma físico:

em sua essência, o *paradigma físico* diz que existe algo (um objeto físico) que um emissor transmite a um receptor. Esse objeto, designado por mensagem (ou sinal) deve ser reconhecido, univocamente, pelo receptor, atendidas determinadas condições, ligadas à ausência de ruídos e à utilização dos mesmos signos. Essa teoria, desenvolvida por Shannon e Weaver e tomada como modelo na CI, implica uma analogia entre o transporte físico de um sinal e a transmissão de uma mensagem (AZEVEDO, 2004, p.124).

O caráter fisicista da informação a caracteriza como coisa, com existência própria, independente, regulamentada e objetiva. A informação existe fora do indivíduo, movimenta-se em fluxos controlados e pode ser processada tal como uma grandeza matemática ou computacional.

No paradigma cognitivo a perspectiva principal é a recuperação do conteúdo dos suportes informacionais. O usuário da informação passou a ser considerado nos estudos da Ciência da Informação, aproximando-a das Ciências Sociais e Humanas. A necessidade de conhecer o público ao qual destinavam os serviços informacionais, e de compreender seu comportamento diante do fenômeno informação, proporcionou essa aproximação entre os dois campos (CARDOSO, 1996). Por esse viés considera-se que o usuário, ou sujeito cognoscente, possui modelos mentais do mundo exterior que são transformados durante o processo informacional, e que a busca de informação surge da necessidade de se resolver um problema ou lacuna de conhecimento (estado anômalo do conhecimento).

O paradigma social surge da crítica a esse modelo de separação entre o sujeito cognoscente e o objeto localizado no mundo exterior. O sujeito (indivíduo) e o objeto (a informação, ou conteúdos informacionais) estão situados em um mesmo plano, em um mesmo contexto, e o sentido da informação é dado pelas interações cotidianas dos sujeitos neste contexto.

Consideramos oportuno introduzir em nossa discussão os aspectos relativos aos contextos dinâmicos (cotidianos) da informação. Estes contextos são importantes para o entendimento das práticas informacionais dos indivíduos em ação, pois são

neles que estas práticas se desenvolvem.

A Ciência da Informação tem por objeto de estudo a informação. Por causa do seu contexto de surgimento, ela assume para si a responsabilidade pela informação científica e tecnológica. Existe, entre os profissionais da informação, um entendimento de informação como algo vinculado a um suporte e a um sistema. As definições de usuário, de fluxo, de disseminação, de organização são baseados neste entendimento da informação como algo tangível. Este ponto de vista é tão forte que muitos profissionais e autores da área consideram a informação científica e tecnológica como o único objeto da Ciência da Informação. Os contextos sociais, e não institucionalizados, de uso da informação são vistos como objeto das ciências sociais, como a Sociologia e a Antropologia.

Mas no paradigma social, considerando a divisão de Capurro, o uso de informação, que também é objeto da Ciência da Informação, é estudado para além dos grupos científicos e profissionais. O uso de informação na sociedade é preocupação da área em suas linhas de pesquisa que estudam os aspectos culturais e sociais dos indivíduos. Sobre os sentidos da informação e a abrangência dos interesses da Ciência da Informação, Azevedo (2004) assim escreve:

(...) assim, ao mesmo tempo que é documento (algo tangível, como um livro), a informação tem um valor informativo não-tangível, que não é uma coisa ou uma propriedade de uma coisa. Ao focar a necessidade de entender a questão da informação como conhecimento em ação e como oferta de sentido em determinados contextos sociais, onde o papel das comunidades de interpretação é decisivo, ganham relevo os aspectos humanos e antropológicos da informação, sua utilização no cotidiano pelas comunidades, tanto no domínio do senso comum, nas mais diversas situações, como no domínio de comunidades científicas e profissionais. Alarga-se e, ao mesmo tempo, complexifica-se o campo da CI, tanto em termos da pesquisa quanto da atuação profissional, quer dizer, abrem-se novas possibilidades que implicam em novas responsabilidades e, por isso mesmo, em novos estudos em busca de novos referenciais teóricos e metodológicos (AZEVEDO, 2004, p.127).

De acordo com McGarry (1999, p.6), temos uma relação cotidiana com a informação; em todos os espaços que percorremos estamos nos relacionando com ela. O dia todo captamos informação por meio dos sentidos e também rejeitamos

informações que não consideramos relevantes para nossas necessidades e propósitos. De acordo com o autor, reconhecemos as informações úteis e reagimos a elas. Também recebemos informações que não terão uma utilidade imediata e reconhecemos isso, embora não tenhamos consciência de todas as informações que captamos de imediato e que podem nos afetar futuramente. É neste contexto dinâmico que nos ancoramos para falar das práticas informacionais dos indivíduos.

Segundo Araújo (2003), existem em várias instâncias da Ciência Informação, espaços específicos para a discussão da natureza social dos fenômenos informacionais. De acordo com o autor, a área é definida pelas agências de pesquisa, como Capes e CNPq, e pelas divisões nos departamentos das universidades como uma Ciência Social Aplicada, o que abre a possibilidade para o estudo de uso de informação em ambientes sociais não-institucionalizados.

Em Marteleto e Valla (2003) encontramos importante passagem para justificar o estudo da construção e apropriação do conhecimento em grupos sociais pela Ciência da Informação:

estudar a construção e apropriação do conhecimento na sociedade e, mas especificamente na sociedade civil organizada, torna-se especialmente pertinente no mundo de hoje, com a chamada globalização, quando emergem diversos problemas e novos processos econômicos, políticos e sócio-culturais que fazem com que o Estado, o mercado, a sociedade civil e seus diferentes atores busquem, por diferentes meios, responder aos desafios da reorganização do capitalismo em escala global. Nesse contexto, a questão do conhecimento e do acesso à informação toma uma nova e expressiva relevância no processo de desenvolvimento econômico, no exercício da cidadania, na educação e no trabalho (MARTELETO; VALLA, 2003, p.9).

Atualmente, as tecnologias da informação, a sociedade da informação e os rápidos avanços tecnológicos têm influência em todos os aspectos da vida social. As práticas sociais dos indivíduos, na vida em sociedade, devem ser pertinentes à Ciência da Informação. Nos seus primórdios a área elegeu como objeto a informação tecnológica e científica, e ao mesmo tempo considerava como ferramentas as tecnologias da informação. Se estas tecnologias passaram a exercer forte influência sobre toda a vida social, a Ciência da Informação deve passar a se

preocupar com a informação e o conhecimento construídos nas interações cotidianas dos indivíduos vivendo em sociedade, como tão bem demonstraram Marteleto e Valla.

1.1. A multiplicidade do conceito de informação

Informação é um conceito complexo, que têm múltiplas acepções nos diversos campos do conhecimento. Em algumas linhas de pesquisa da Ciência da Informação esse fenômeno é visto como algo concreto, dotado de objetividade, que pode ser sinônimo ou insumo do conhecimento, o que o torna passível de ser medido; em outras linhas de pesquisa, a informação pode ser vista como algo simbólico, que é construída nas interações cotidianas dos indivíduos em seus contextos de ação. Abaixo apresentaremos alguns conceitos de informação trabalhados por autores do campo da Ciência da Informação.

McGarry (1999, p.4) faz uma síntese de diversas definições dadas ao termo informação. Segundo o autor, informação pode ser: considerada como um quase sinônimo do termo fato; um reforço do que já se conhece; a liberdade de escolha ao selecionar uma mensagem; a matéria-prima da qual se extrai conhecimento; aquilo que é permutado com o mundo exterior e não apenas recebido passivamente; definida em termos de seus efeitos no receptor; algo que reduz a incerteza numa determinada situação.

Em Le Coadic (2004) encontramos a seguinte definição:

a informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal (LE COADIC, 2004, p.4).

Esta concepção de informação é mais próxima do paradigma físico da Ciência da Informação. Ela é independente do usuário, ainda que esteja inscrita em uma prática social de comunicação. Os contextos, os conhecimentos, as vivências dos

indivíduos têm pouca influência no processo de recepção e no sentido da informação. Nesta concepção temos um usuário passivo, pois o sentido da informação é dado *a priori* no momento da produção e ela passa a existir no momento de sua inscrição ou gravação em um suporte.

Pacheco (1995) trabalha com o entendimento da informação enquanto artefato. Segundo a autora, artefato pode ser dito como “qualquer objeto confeccionado pelo homem”. Deste modo, o conceito de informação aproxima-se do conceito de cultura, considerada como a intervenção do homem na natureza. Um artefato é um objeto físico, e o artefato informação está representado pelo suporte no qual está inscrito, mas também pelo conteúdo e pelo significado a ele atribuído, não sendo, portanto, *objetivo*.

Se a informação é um artefato ela foi criada num tempo, espaço e forma específicos, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada, o contexto de sua geração. Sendo artefato ela pode ser utilizada num contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo portanto passível de recontextualização (PACHECO, 1995, p.21).

Existe no artefato informação pelo menos dois momentos de significação: a produção e a recepção. O significado dado pelo usuário independe da vontade e do significado dado pelo produtor, ainda que este possa influenciar aquele. Contudo, o significado do artefato informação pode superar as barreiras espaciais e temporais que separam seus contextos de produção e uso.

De acordo com Cardoso (1996), o termo informação vem do latim *informare* (dar forma a) e seu sentido na atualidade está carregado de ambigüidade, confundindo-se com comunicação, dado, instrução e conhecimento. Segundo a autora, a informação possui duas dimensões interligadas: a pessoal e a coletiva.

A dimensão pessoal da informação manifesta-se pelo acervo de soluções e interpretações que acumulamos no desenrolar de nossa biografia, através daquilo que experienciamos e que nos fornece pistas para lidarmos com novas experiências. A dimensão coletiva identifica-se com fragmentos do conhecimento produzido desde que o mundo é mundo, ou seja, as sistematizações e interpretações de experiências disponibilizadas socialmente, ainda que não se possa deixar de destacar que tal disponibilização ocorre diversamente entre

os indivíduos em função dos diferentes lugares que ocupam na estrutura social (CARDOSO, 1996, p.72).

No nosso trabalho consideramos a informação como um bem simbólico, imaterial, dotado de sentido em relação ao indivíduo e à coletividade. O entendimento de informação deve levar em conta os indivíduos em seus contextos de ação, interagindo com seu mundo, construindo o sentido da informação a partir de suas práticas cotidianas. Reis (1999) propõe a seguinte compreensão para informação:

substrato da vida social, fundamental à compreensão dos fenômenos, requerendo daquele que a recebe submetê-la a um processo de análise, crítica e reflexão, para que, inserindo-o na historicidade dos processos sociais possa ser incorporada como conhecimento norteando a ação (REIS, 1999, p.155).

Embora exista uma diversidade de definições sobre o termo informação, buscamos uma abordagem que enfatize o contexto da produção, mediação e recepção, e o papel dos usuários, ou receptores, na construção do sentido da informação. Araújo (2003) destaca a possibilidade de

compreensão da informação não como um dado, uma coisa que teria um significado e uma importância *per se*, mas como um processo, como algo que vai ser percebido e compreendido de variadas formas, de acordo com os sujeitos que estão em relação – o que vai na contramão tanto da definição de Borko² (1968) sobre o comportamento e o fluxo da informação excluindo os sujeitos, quanto da definição de Buckland³ (1991), que vê “a informação como coisa” (ARAÚJO, 2003, p.25).

Marteletto (1995, p.89) “fala do processo de construção da idéia de informação como artefato cultural, como forma de criação e instituição dos significados ou ainda como modo de produção, controle e distribuição dos bens simbólicos”. Segundo a autora, devemos entender a funcionalidade da informação no terreno sócio-histórico, e perceber como cada grupo ou comunidade dará sentidos diferentes a ela.

Na concepção de Marteletto (1995) a informação será sempre uma possibilidade de sentido e diz respeito ao modo de relação dos indivíduos com a realidade, e também

² BORKO, H. Information science: what is this? *American Documentation*, v.19, p.3-5, 1968.

³ BUCKLAND, M. K. Information as a thing. *JASIS*, v.42, n.5, p.351-360, june 1991.

aos artefatos criados pelas relações e práticas sociais, estabelecendo relações estreitas com o conceito de cultura. Informação é tudo que rodeia o indivíduo e faz sentido para ele. Ela não é apenas um significado transmitido, pois quem determina seu sentido são os indivíduos inseridos em um contexto, e o conhecimento é construído nas interações diárias dos indivíduos entre si e com os objetos do seu mundo. Este conhecimento é a convergência de diferentes tipos de conhecimento, como o conhecimento tácito, que é um conhecimento internalizado do indivíduo; o conhecimento científico, que é o conhecimento relativo às práticas científicas; o conhecimento prático, que é relacionado à execução de uma ação; dentre outros.

Em um trabalho realizado na comunidade da Leopoldina no Rio de Janeiro, no qual estudam a construção do conhecimento sobre a prevenção da dengue, Marteleto, Nóbrega e Guimarães (2003, p.3) trabalham com as categorias *terceiro conhecimento, informação, comunicação e configurações de comunicação*, definindo informação como “marcas, matérias e inscrições que assinalam as representações cognitivas e políticas dos sujeitos em relação às estruturas sociais e ao seu mundo vivido”.

Em seu trabalho sobre antropologia da informação, Marteleto (2002) aponta caminhos importantes para estudarmos as práticas informacionais dos indivíduos em seus contextos de ação. Segundo a autora,

a antropologia da informação procura centrar suas questões na problemática do conhecimento, sua produção, distribuição e organização na sociedade, como meios de formação e o exercício da cidadania, no ambiente cultural das chamadas sociedades da informação e da comunicação (MARTELETO, 2002, p.104).

A antropologia da informação se baseia em dois pressupostos para construir seus objetos de estudo:

[No primeiro] a informação se constitui como processo de elaboração de sentidos sobre as coisas e os sujeitos no mundo, o que a associa de imediato às formas de representação e de conhecimento, configurando-se como um fenômeno da esfera da cultura. Informação é por outro lado, também organização, isto é, têm permanência temporal e espacial, gera memória, carece de meio, pedagogia, política, no sentido da escolha entre fontes, suportes,

significados possíveis. O segundo pressuposto sustenta o lugar da questão informacional nas Ciências Sociais (MARTELETO, 2002, p.101).

A autora diz ainda que

informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações dos sujeitos vivendo e interagindo na sociedade, e inseridos em determinados espaços e contextos culturais. Informação, conhecimento, comunicação são fenômenos que tomam corpo nas práticas e representações sociais, tanto quanto nas relações que se estabelecem entre os sujeitos coletivos (MARTELETO, 2002, p.102).

O sentido da informação pode ser construído nos momentos de sua produção, mediação e/ou recepção, que acontecem em contextos espaciais e temporais diversos. Estes contextos nem sempre coincidem com os contextos cognitivos, ou mentais, dos indivíduos envolvidos no processo. O sentido dado à informação é fruto da junção de coisas tão distintas como a intenção do produtor, o espaço de interação e o conhecimento do usuário. Há ainda um conjunto de produtos gerados nesta interação que se configuram como produtos informacionais, e demandam políticas, decisões individuais e coletivas sobre preservação, controle e disseminação (MARTELETO, 1995).

Azevedo (2004) diz que o fenômeno informacional é concebido como produto da interpretação (para além das representações), do conflito e da luta pela definição dos sentidos (para além do consenso). Segundo o autor, são as comunidades, como sujeitos cognoscentes sociais, que vão dizer, segundo seus próprios critérios de seleção e relevância, o que é e o que deixa de ser informação.

A idéia de informação em CI ficará relativizada, no sentido de que um determinado conhecimento será considerado informativo somente na medida em que for avanço, ou seja, não for redundante, em relação a pressupostos compartilhados por um grupo ou comunidade determinada (...) o trabalho informativo é um trabalho de permanente contextualização do conhecimento na prática, ou seja, o valor de uma informação não se define *a priori*, mas a partir de uma demanda concreta, de um determinado grupo, num determinado contexto ou situação sócio-histórica. Tudo isso implica um trabalho interpretativo para produtores, mediadores e usuários ou receptores das informações (AZEVEDO, 2004, p.125).

Azevedo (2004, p.126) diz ainda que a informação é, na perspectiva da análise de domínio de Birger Hjørland e Rafael Capurro, “um conceito subjetivo, mas não no sentido unicamente individual do termo, pois inclui os processos sócio-culturais que integram os critérios de seleção daquilo que é ou não é informativo”.

O processo informativo reúne na mesma arena uma diversidade de indivíduos que interagem e realizam trocas simbólicas baseando-se em suas experiências, conhecimentos, necessidades e desejos. Os contextos de produção, mediação e recepção da informação podem ser diversos, e é a mediação que faz a ponte entre o produtor e o usuário. A informação é construída pelos indivíduos nestes diferentes contextos, e as vivências e conhecimentos dos usuários influenciarão seu sentido e valor. Contudo, devemos observar que a intenção do produtor é tão importante quanto o conhecimento e experiência do usuário para dar sentido à informação. Conforme Morin (1999, p.19), “toda e qualquer informação tem apenas um sentido em relação a uma situação, a um contexto (...) o sentido das palavras muda segundo o contexto em que as empregamos”. Segundo ele, “para conhecer não podemos isolar uma palavra, uma informação; é necessário ligá-la ao nosso contexto e mobilizar nosso saber, a nossa cultura, para chegar a um conhecimento apropriado e oportuno da mesma”. Assim, um enunciado pode ganhar sentidos diversos dependendo do contexto, do conhecimento do usuário e da intenção do produtor. Um enunciado, como a frase “eu te amo”, pode demonstrar um sentimento verdadeiro de uma pessoa por outra; mas dita por um sedutor, com o intuito de tirar proveito de uma situação, se torna uma mentira; e em uma peça de teatro, em um filme terá outro significado.

A informação pode ser paradoxal se considerarmos as intenções dos indivíduos envolvidos nas práticas informacionais. Segundo Demo (2000), desinformar pode ser o projeto principal da informação. Já Morin (1986) nos alerta para não confiarmos em nossos sentidos, pois nem sempre vemos o que é real de fato, e nossa percepção pode ser enganada pela nossa concepção de mundo. Nesta perspectiva, a informação pode ser um dos sustentáculos de cenários políticos, econômicos e sociais. As ditaduras, os regimes totalitários, as guerras, as desigualdades sociais, a dominação entre os povos se sustentam, dentre outros fatores, na manipulação de informação. Por outro lado, a reação à dominação, as

revoluções, as ações de combate às desigualdades, ao preconceito e outros problemas também possuem sustentação no uso de informação.

A informação pode construir ou destruir, informar ou desinformar, pode ser suporte para a solidariedade ou para a guerra, pode gerar certezas ou incertezas, pode ser arma para a justiça, mas pode justificar a dominação. Podemos dizer que a informação carrega em si um forte sentido ideológico, além de ser portadora de características antagônicas. A intenção de quem produz e transmite uma possível informação, pode interferir no sentido que ela receberá na comunidade de usuários. A informação poderá ser "significada" pelo seu usuário nos contextos de uso, mas essa significação será influenciada pela intenção do produtor desta informação. Uma possível confusão entre um fato considerado como uma informação por um determinado grupo, mas que é descartado como tal por outro, surge dessa diversidade de visões para o fenômeno.

Consideramos, destarte, que as práticas informacionais de um grupo são frutos de suas demandas concretas do dia-a-dia. A informação e os produtos informacionais advindos destas práticas têm forte componente ideológico; ainda que produzidos pelas interações dos indivíduos, carregam consigo o olhar e as idéias de uma comunidade, ou de um grupo inserido na comunidade, e mesmo a pretensa neutralidade (e objetividade) do conteúdo de um suporte informacional pode desvelar uma ideologia subentendida.

Encontramos em Nascimento e Marteleto (2004) uma fala importante para o entendimento do conceito de informação que pretendemos adotar:

(...) se a informação não é apenas uma "coisa" a ser fisicamente observada, e sim historicamente construída, pois é ela que "dá forma a alguma coisa", pode-se concluir que os sujeitos criam mecanismos informacionais (percepção, memória, imagem, etc.) para reconhecer, interpretar e transmitir significados. Ou seja, agir. Como resultado, entende-se a informação, renascida do seu sentido ontológico, apenas se inserida dentro de seu contexto cultural e social, e não apenas causal ou natural (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004).

Marteleto e Valla (2003) questionam de que forma a relação entre os produtores e usuários de informação pode ocorrer. Pode existir nesta relação um desequilíbrio de

forças, pois em geral o produtor de informação é também um especialista no tema, e o usuário pode falar uma linguagem muito diferente da do especialista. Algumas perguntas devem ser feitas por produtores e mediadores da informação: qual o significado das informações para o grupo ao qual se destina? Como evitar a incompreensão? Ou redundância? O conhecimento a ser construído pelos usuários deve ser simplesmente para a solução de uma necessidade prática, ou deve também permiti-lo construir uma postura crítica frente aos seus problemas e demandas?

Mais uma vez temos em Marteleto e Valla (2003) uma importante reflexão sobre o universo informativo no cotidiano dos indivíduos:

para o conhecimento produzir sentido e orientar decisões e ações no campo das questões saúde da população, é importante fundar e organizar processos de construção compartilhada do conhecimento, o que não resultará em amálgama, mas sem composições contraditórias e provisórias entre o conhecimento teórico, histórico, médico e conhecimento popular. Estes processos se sustentam em dois pressupostos principais. Primeiro, na existência de múltiplas e diversas formas de conhecer, e no caráter social de cada uma e de todas essas maneiras de produzir, gerir e disseminar conhecimentos e informações. Segundo, no reconhecimento da desigualdade nas condições de produção e nas maneiras de representar e expressar as cosmovisões próprias aos sujeitos especialistas do conhecimento científico e aquelas dos sujeitos das classes populares (MARTELETO; VALLA, 2003, p.14).

A mesma reflexão encontramos em Marteleto, Ribeiro e Guimaraes (2002):

as formas de conhecimento cotidiano, implícitas nos sentimentos e habilidades da população, na vivência prática de seus problemas, deveriam ser levadas em conta, juntamente com o conhecimento profissional médico e educacional, por exemplo; ou o conhecimento histórico recolhido da memória pessoal ou de relatos biográficos que poderiam conter idéias para o desenvolvimento de uma localidade, não disponíveis ao urbanista profissional, outro exemplo (MARTELETO; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2002, p.76).

Chegamos a uma questão chave para as pesquisas que têm como norte o paradigma social de Capurro: o reconhecimento do papel dos sujeitos-usuários ao dar significado à informação. É importante considerar o que os usuários pensam de seus problemas, o que consideram como necessidades e demandas, o que é

pertinente para seu cotidiano. Estas questões serão retomadas adiante no capítulo sobre os estudos de usuários.

Os comentários sobre as características do fenômeno informação têm o objetivo de evitar que se considere a informação, tanto como algo puramente material e *a priori*, quanto como algo puramente dependente dos contextos de recepção e dos usuários. Na nossa concepção de informação, o usuário é quem define o que é importante, é ele quem dá sentido e reconstrói a mensagem recebida. Mas o contexto da recepção e as estruturas onde acontece a relação entre produtor e usuário são fatores que interferem na construção do significado da informação pelos indivíduos.

2. ESTUDOS DE USUÁRIOS

Para alguns autores, os primeiros estudos de usuários são datados da década de 1930, tendo início com as pesquisas realizadas na Universidade de Chicago com usuários de bibliotecas. Estes estudos preocupavam-se com os hábitos de leitura e com o papel socializador da biblioteca (ARAÚJO, 2007, p.81). Os Estados Unidos, naquela época, eram um mosaico de culturas diversas, de pessoas oriundas de todos os lugares do mundo, falando línguas diferentes e com dificuldades de inserção no estilo de vida americano; estes estudos tinham o objetivo de encontrar formas de socialização destas pessoas através das bibliotecas e do acesso à leitura. Para outros autores, os primeiros estudos de usuários são datados do final da década de 1940, mais precisamente em 1948, com os trabalhos apresentados na Conferência de Informação Científica da Royal Society of London por Bernal e Urquhart (FERREIRA, 1997; MARTIN-LAHERA⁴ 2004).

Segundo Figueiredo (1994), estudos de usuários são

investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em termos de informação, ou então para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou de um centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada (FIGUEIREDO, 1994, p.7).

Esta definição revela uma preocupação com a aplicabilidade dos resultados destes estudos, uma característica dos estudos da abordagem tradicional, conforme veremos adiante. Outra passagem de Figueiredo (1994) nos mostra quais eram, inicialmente, as características dos estudos de usuários:

inicialmente os estudos dirigiram-se para o uso das bibliotecas: quem, o que, quando, onde. Apenas um pequeno grupo de estudos tentou saber como as bibliotecas são utilizadas, uns poucos procuram penetrar no porquê os usuários as utilizam e quais os efeitos do uso da biblioteca na vida, estudo, trabalho, etc dos

⁴ Martin-Lahera (2004) não afirma que os estudos de usuários nasceram em 1948 com o trabalho destes dois pesquisadores. Apenas os apresenta como sendo um dos marcos iniciais na visão de alguns autores. Segundo a autora outros estudiosos localizam o surgimento das pesquisas com usuários na década de 1920.

usuários (FIGUEIREDO, 1994, p.28).

Embora a autora diga que estas foram preocupações iniciais dos estudos, muitas delas ainda permanecem nas pesquisas realizadas atualmente. As questões das pesquisas eram, muitas vezes, mais voltadas ao uso de bibliotecas, sistemas e fontes de informação que ao uso da informação de fato.

De acordo com Ferreira (1997), os estudos de usuários passaram por várias e diferentes fases. Na década de 1940 “tinham como objetivo agilizar e aperfeiçoar serviços e produtos prestados pelas bibliotecas”, e se restringiam à área das Ciências Exatas; na década de 1950 “intensificaram-se os estudos sobre o uso da informação entre grupos específicos de usuários abrangendo já as Ciências Aplicadas”; na década de 1960 o comportamento do usuário passou a ser enfatizado, “surgindo estudos de fluxo da informação, canais formais e informais”, e educadores e tecnólogos são pesquisados; na década de 1970 “a preocupação maior passa a ser o usuário e a satisfação de suas necessidades de informação”; a partir da década de 1980 “os estudos estão voltados à avaliação de satisfação e desempenho” (FERREIRA, 1997).

De acordo com Baptista e Cunha (2007), os principais objetivos dos estudos de usuários, desde a década de 1960, são a coleta de “dados para criar e/ou avaliar serviços e produtos informacionais, bem como entender melhor o fluxo de transferência da informação” (BAPTISTA e CUNHA, 2007, p.169). Dentre outros objetivos dos estudos podemos citar: determinar o uso de fontes de informação; descobrir hábitos dos usuários; identificar como a informação é obtida e usada; possibilitar o planejamento de serviços e sistemas de informação; estudar a aceitação de inovações tecnológicas; identificar as necessidades de informação dos usuários; prescrever características dos materiais a serem incorporados aos sistemas; adequar os sistemas aos usuários; avaliar coleções e sistemas; produzir diagnósticos de usos de informação (ARAÚJO, 2007; BAPTISTA e CUNHA, 2007; FERREIRA, 1997; FIGUEIREDO, 1994; MARTIN-LAHERA, 2004).

Os estudos de usuários são divididos em duas abordagens: a tradicional e a alternativa (ARAÚJO, 2007; BAPTISTA e CUNHA, 2007; FERREIRA, 1996, 1997;

MARTUCCI, 1997). Considerando seus objetivos, os estudos de usuários podem ser voltados para os sistemas ou para os usuários (CHOO, 2003; FERREIRA, 1997). No primeiro caso, a informação é vista “como uma entidade externa, objetiva, que tem uma realidade própria, baseada no conteúdo, independente dos usuários ou dos sistemas sociais”. No segundo caso, a informação é vista “como uma construção subjetiva criada dentro da mente dos usuários” (CHOO, 2003, p.68).

Nos estudos voltados para o sistema, a informação existe *a priori*, armazenada em fontes (documentos), e os sistemas permitem que sejam buscadas e recuperadas pelos usuários. O principal objetivo dos estudos voltados para os sistemas é possibilitar o desenvolvimento de instrumentos mais eficientes para simplificar o acesso e facilitar a partilha e disseminação da informação (CHOO, 2003, p.68).

Os estudos voltados para o usuário consideram a relação entre usuário, contexto e informação. A informação “só é útil quando o usuário infunde-lhe significado” (CHOO, 2003, p.70). De acordo com o autor, “a pesquisa orientada para o usuário examina as preferências e necessidades cognitivas e psicológicas do indivíduo, e como elas afetam a busca e os padrões de comunicação da informação” (CHOO, 2003, p.70). Na abordagem tradicional, os estudos são voltados para o sistema e para as fontes e unidades de informação. Nas abordagens alternativas, os estudos são voltados para os usuários.

2.1. Abordagem tradicional

A abordagem tradicional é caracterizada por estudos que utilizam uma metodologia quantitativa, tanto fase da coleta, quanto na análise dos dados (BAPTISTA e CUNHA, 2007). Segundo estes autores, a pesquisa quantitativa foi predominante nos estudos de usuários entre as décadas de 1960 a 1980. O uso intensivo destas técnicas teve como objetivo garantir uma maior precisão na análise e interpretação dos resultados, ou seja, a busca por uma pretensa cientificidade, baseada nos modelos das ciências duras e no modelo positivista das ciências sociais.

Os estudos da abordagem tradicional são influenciados pela concepção fisicista da informação. Por considerar a informação como um dado quantificável e independente dos indivíduos, os pesquisadores se preocupam em medir comportamento e estabelecer padrões de busca e uso. Busca-se a aplicabilidade imediata dos resultados para melhorar sistemas e serviços, prever fluxos e antecipar as demandas do usuário.

Segundo Ferreira (1997), os estudos da abordagem tradicional são dirigidos ao conteúdo ou à tecnologia.

São voltados ao conteúdo, os estudos relacionados às linhas temáticas de interesse de grupos de usuários, sempre baseados nos modelos tradicionais de classificação do conhecimento, utilizando, por exemplo, as classificações decimais existentes [...] Já estudos enfocando o uso de livros, fontes, bases de dados, obras de referência, computador ou o próprio sistema são os voltados à “tecnologia” (FERREIRA, 1997).

Nos estudos voltados ao conteúdo, os modelos de classificação, ainda que desconhecidos pelos usuários, são utilizados como denominadores para determinar a estrutura da informação em um sistema. Os estudos voltados às tecnologias enfatizam a maneira como o uso das fontes afeta a organização e a disseminação da informação, e com base nos resultados são prescritos tamanhos, formatos e tipos de materiais a serem incorporados ao sistema (FERREIRA, 1997).

Segundo Martucci (1997),

os estudos de usuários desenvolvidos na **abordagem tradicional** se caracterizam por serem direcionados pela **ótica do sistema de informação ou dos provedores de informação**. Baseiam-se em dois princípios fundamentais:

- 1) o objetivo do sistema é localizar fontes de informação e a qualidade do sistema baseia-se no número de fontes recuperadas de acordo com a necessidade do usuário;
- 2) o usuário deve se adaptar ao sistema e, sendo um processador imperfeito de informação, precisa de treinamento e de interfaces cada vez mais amigáveis (MARTUCCI, 1997, [p.1]).

As questões mais recorrentes nos estudos tradicionais são referentes ao uso de sistemas e unidades de informação. De acordo com Martucci (1997), nesta abordagem

as questões de pesquisa preocupam-se com o “**quem**” e com o “**que**”, os usuários são meros **informantes** e não objetos de estudo, levantam **características grupais e demográficas** dos usuários e seus resultados devem melhorar o desempenho do sistema ampliando o estoque de informações, seu acesso e uso (MARTUCCI, 1997, [p.1]).

As necessidades de informação são analisadas frente aos sistemas e fontes de informação, com o objetivo de melhorar os sistemas e adequar as fontes a essas necessidades. Os estudos são realizados com o intuito de contribuir para a implementação e melhoria de serviços de informação. As necessidades de informação são estabelecidas *a priori* tendo em vista o contexto profissional e social dos usuários. Conforme nos diz Ferreira (1996),

a abordagem tradicional coloca a informação como externa, objetiva, alguma coisa que existe fora do indivíduo. E a mensagem transmitida pelo emissor (serviço de informação, biblioteca, catálogo) para o receptor (usuário) através de um canal, e a mensagem é informativa no sentido de que reduz ambigüidade, ao reduzir simultaneamente o número de mensagens alternativas que poderia ser enviado. Informação neste contexto tradicional, existe em um mundo ordenado e é capaz de ser descoberta, definida e medida (FERREIRA, 1996, p.219).

Na abordagem tradicional existe uma confusão entre o suporte e a informação, que em muitos casos são considerados como a mesma coisa. A informação é um dado concreto, um documento, uma coisa. De acordo com Ferreira (1995), nesta abordagem pontos importantes são desconsiderados: o conhecimento não é absoluto, a mensagem não é recebida da mesma forma que foi enviada, as pessoas são dinâmicas e autônomas.

Com isso estamos ignorando o fato de que o ser humano cria sua própria realidade e tem seus próprios estoques internos de informação, os quais são usados para compreender as informações externas e as diferentes situações em que os indivíduos se encontram em dado momento (FERREIRA, 1996, p.219).

Este é um ponto que mostra a diferença entre o paradigma físico da Ciência da Informação e os paradigmas cognitivo e social: a entrada em cena do usuário, um sujeito de vontades. Este fato impulsionou a busca por abordagens alternativas nos estudos de usuários. São abordagens que se aproximam mais do paradigma cognitivo, mas têm pontos em comum com o paradigma social. Vale lembrar que essa divisão da evolução da Ciência da Informação, baseada em três paradigmas fundamentais, é posterior ao surgimento das abordagens alternativas dos estudos de usuários.

Na abordagem tradicional, informação é o que está estocado nos suportes e os usuários buscam um pacote pronto que serve de igual maneira a todos. Segundo Ferreira (1997), “procura-se, nestes estudos, as diferenças entre os usuários como simples decorrência de influências sociológicas e demográficas, estilo de vida e especificidade do trabalho”.

Segundo Araújo (2007), os estudos de usuários na abordagem tradicional compartilham um mesmo modelo teórico e epistemológico, o modelo positivista. Duas correntes são especialmente influentes nos estudos: o Funcionalismo e o Behaviorismo. Uma característica dos estudos de usuários nesta abordagem é “uma preocupação em estabelecer leis do comportamento do usuário da informação”, com o objetivo de “estabelecer padrões de comportamentos invariáveis, isto é, válidos para diferentes contextos, em diferentes locais e épocas.” Outra característica é “a necessidade de “medir” o comportamento dos usuários” (ARAÚJO, 2007, p.85-86). Duas questões são levantadas pelo autor sobre a influência positivista nos estudos de usuários. A primeira tem a ver com o modo como Emile Durkheim, pensador francês e *pai* do Funcionalismo, corrente do pensamento positivista, busca atingir a cientificidade a partir da definição de *fato social*:

à maneira de Durkheim, os estudos de usuários excluíram, como objeto relevante de estudo, o próprio ser humano (suas subjetividades, seus interesses, suas contradições) em prol da priorização dos “fatos sociais” ou, no caso, das “leis de uso da informação” (ARAÚJO, 2007, p.86).

A busca pelo estabelecimento de leis fez surgir generalizações como o princípio do menor esforço, ou seja, o usuário lançará mão da informação mais fácil de ser

alcançada, ainda que esta não seja a melhor informação ou satisfaça plenamente suas necessidades. Dito de uma outra forma, esta "lei" determina que o usuário sempre buscará informação primeiro no seu local de atuação, e só depois acessará outros recursos e que a busca pode parar ainda em seu início, sem que o usuário tenha acessado toda a informação que pode ajudá-lo em seu problema.

A outra questão decorrente desta influência positivista é a preocupação com a aplicação prática e imediata destes estudos.

Os estudos de usuários que se desenvolveram na esteira da preocupação com o desenvolvimento de coleções, do conhecimento das fontes de informação ou do planejamento de serviços e sistemas de informação estiveram sempre colados a uma aplicação imediata, ao provimento de dados (como um diagnóstico) para intervenções que promovessem melhorias nos serviços oferecidos (ARAÚJO, 2007, p.86).

Os estudos na abordagem tradicional não permitem que o usuário seja compreendido como um indivíduo autônomo, senhor de suas vontades e desejos, capaz de decidir sobre suas necessidades e sobre a busca e uso de informação. Surgindo como uma crítica à abordagem tradicional, os estudos das abordagens alternativas colocam o usuário no centro do processo de busca e uso da informação, e consideram que a compreensão de suas necessidades é fundamental. As abordagens alternativas trouxeram novas questões a serem estudadas, mas os princípios da abordagem tradicional ainda são muito utilizados nas pesquisas atuais.

2.2. Abordagens alternativas

As abordagens alternativas são conhecidas como estudos centrados nos usuários e consideram o ser humano como construtivo e ativo, e o indivíduo como sendo orientado situacionalmente; visualizam as experiências do indivíduo holisticamente; focalizam os aspectos cognitivos envolvidos; analisam a individualidade das

peças; e empregam uma orientação qualitativa (DERVIN e NILAN⁵ apud FERREIRA, 1997). Conforme Ferreira (1995), os estudos tradicionais “eram definidos em bases sociológicas, observando-se grupos de usuários”. As pesquisas alternativas, por outro lado, “estão centradas no indivíduo, partindo de uma perspectiva cognitiva, buscando interpretar necessidades de informações tanto intelectuais como sociológicas” (FERREIRA, 1996, p.220).

Baptista e Cunha (2007, p.173) dizem que a passagem da fase quantitativa para a qualitativa aconteceu “quando os estudiosos do comportamento de busca da informação perceberam que as pesquisas com métodos quantitativos não contribuíam para a identificação das necessidades individuais e para a implementação de sistemas de informação adequados a essas necessidades”.

Nas abordagens alternativas, o uso da informação é determinado pelo próprio indivíduo e facilita sua locomoção espaço-temporal. Conforme Ferreira (1997), “a informação é essencialmente vista como uma ferramenta valiosa e útil para os seres humanos em suas tentativas de prosseguir com sucesso suas vidas”. A idéia de informação é constantemente construída pelos indivíduos.

Essa abordagem se preocupa em entender como as pessoas chegam à compreensão das coisas, pesquisando por dimensões passíveis de generalizações dessa tomada de consciência (ou de compreensão), e ainda em identificar o processo de uso da informação em situações particulares (FERREIRA, 1997).

As abordagens alternativas surgem no momento de emergência do paradigma cognitivo da Ciência da Informação. A entrada do usuário na agenda de pesquisa da área, provoca mudanças na forma de estudá-los. O uso da informação ganhou mais importância nos estudos da área, o que a levou a se preocupar com as formas como a informação é vista em seu contexto de uso. As abordagens alternativas se inscrevem no paradigma cognitivo, mas guardam semelhanças com o paradigma social. A diferença fundamental está na concepção do uso da informação como algo individual, para o paradigma cognitivo, e como algo que possui as dimensões individual e coletiva, para o paradigma social.

⁵ DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. *ARIST*, v.21, p.2-33, 1986.

De acordo com Ferreira (1997), uma diferença entre a abordagem tradicional e a alternativa é que aquela examina os sistemas apenas através das características grupais e demográficas dos usuários, enquanto esta estuda as características e perspectivas individuais dos usuários. Estes são vistos como “pessoas com necessidades cognitivas afetivas e fisiológicas fundamentais próprias que operam dentro de esquemas que são partes de um ambiente com restrições socioculturais, políticas e econômicas” (FERREIRA, 1996, p.220).

Segundo Martucci (1997), as bases das abordagens alternativas são

1) o processo de busca de se buscar compreensão do que seja “necessidade de informação” deve ser analisado sob a perspectiva da **individualidade do sujeito** a ser pesquisado: são estudos de **percepções dos sujeitos** ou estudos **das perspectivas individuais dos usuários**; 2) a informação necessária e o tanto de esforço empreendido no seu acesso devem ser **contextualizados na situação real** onde ela emergiu, considerando as mudanças temporais e espaciais que ocorrem no cotidiano das pessoas; 3) o uso da informação deve ser dado e determinado pelo próprio **indivíduo, que está em construção** (MARTUCCI, 1997, [p.2]).

De acordo com Martucci (1997, [p.3]), “as necessidades de informação são definidas no **plano pessoal**, são **subjetivas e únicas** e o comportamento de busca de informação é a atividade de um indivíduo empenhado em identificar uma mensagem para satisfazer uma necessidade percebida.” Nesta abordagem, o usuário está no centro do processo de busca e uso da informação. Dentre as abordagens alternativas destacam-se a abordagem *Sense-Making* de Brenda Dervin, a abordagem situacional de R. S. Taylor e a abordagem emocional de Carol Khulthau.

A abordagem *Sense-Making* de Brenda Dervin, é compreendida por Ferreira (1997) como “a atividade humana de observação interpretação e compreensão do mundo exterior, inferindo-lhe sentidos lógicos, advindos do uso dos esquemas interiores”. A informação é subjetiva, não existe “independente e externamente ao ser humano, ao contrário, é um produto da observação humana” (FERREIRA, 1997).

A metáfora do *Sense-Making* representa os indivíduos em constante movimento no espaço e no tempo, como se estivessem caminhando em uma estrada. Eles

caminham através da vida deparando-se constantemente com situações de vazios de informação, lacunas de entendimento, ou seja, situações de bloqueio no caminho. Nestes momentos, através da busca e uso de informação, constroem pontes para transpor essas lacunas e resolver seus problemas. Este processo é cíclico, ou seja, o indivíduo percebe uma situação de vazio, busca e usa informação para transpor esse vazio, deparando-se adiante com um novo vazio e buscando e usando informação para transpô-lo, e assim sucessivamente. A informação é uma forma de sempre seguir adiante.

Segundo Choo (2003), existe um grupo de categorias, chamadas de paradas de situação, que foram desenvolvidas para descrever como os indivíduos vêem o caminho sendo bloqueado: parada de decisão, na qual o indivíduo se defronta com dois ou mais caminhos; parada de barreira, quando a estrada à frente está bloqueada por algo ou alguém; parada rotatória, na qual o indivíduo não vê caminho à sua frente; parada de inundação, na qual o indivíduo sente que a estrada desapareceu; parada problemática, na qual o indivíduo sente-se arrastado por uma estrada que não escolheu (CHOO, 2003, p.87). Outras categorias dependem do julgamento do entorno pelo indivíduo: entorno perceptivo (quanta neblina há na estrada); entorno situacional (quantas interseções tem a estrada); entorno social (quantas pessoas viajam na mesma estrada).

Resumindo a abordagem de criação de significado ou *Sense-Making*, Choo (2003) diz que

a abordagem de criação de significado oferece uma metáfora cognitiva para processamento e o uso da informação, na qual a necessidade de informação é comparada com a percepção do vazio, com a busca de informação, com as estratégias para transpor o vazio e com o uso da informação para transpor o vazio (CHOO, 2003, p.88).

O modelo de R. S. Taylor considera os aspectos situacionais no processo de busca de informação, ou seja, “o comportamento na busca da informação pode ser definido como a soma de atividades por meio das quais a informação se torna útil” (CHOO, 2003, p.93) Esta abordagem é também chamada de Abordagem do Valor da Informação. Os elementos do ambiente de uso de informação são divididos em

quatro categorias: grupos de pessoas, dimensões do problema, ambientes de trabalho e pressupostos para a solução de problemas.

Taylor identifica três grupos de pessoas: profissionais (engenheiros, advogados, médicos, empresários fazendeiros, comerciantes), grupos de interesse (grupos étnicos e culturais) e grupos socioeconômicos especiais (deficientes, idosos) (CHOO, 2003, p.94). Segundo Choo (2003), características demográficas e não-demográficas ajudam a descrever esses grupos de pessoas. Entre as variáveis demográficas a mais significativa parece ser a educação. Entre as não-demográficas estão: “preferências por canais e meios de comunicação, uso de redes sociais e atitude em relação a novas tecnologias, educação, disposição para correr risco e inovação” (CHOO, 2003, p.95).

As dimensões do problema são, de acordo com Choo (2003), “as características dos problemas que costumam preocupar um determinado grupo de pessoas”. Os problemas são dinâmicos, mudam à medida que novas informações são recebidas e os indivíduos alteram sua percepção.

Segundo Choo (2003), o ambiente de trabalho

é constituído pelas características físicas e sociais da organização ou da unidade em que um grupo de pessoas trabalha – atributos que influenciam as atitudes em relação à informação, os tipos e estruturas da informação requerida e o fluxo e a disponibilidade da informação (CHOO, 2003, p.96).

O estilo e a cultura da organização, o conteúdo do trabalho, a acessibilidade de uma fonte são fatores que afetam a percepção do papel e da importância da informação, da elaboração da demanda e da decisão de uso.

De acordo com Choo (2003, p.96), “os pressupostos para a solução dos problemas são as percepções compartilhadas por um grupo de pessoas sobre o que constitui a solução de seus problemas”. A maneira como as pessoas vêem seus problemas tem impacto na busca e no uso da informação. Estas percepções “controlam indiretamente a extensão e a profundidade” da busca de informação das pessoas, “inclusive o tempo e o esforço gastos na busca, onde buscar, como a informação

encontrada deve ser filtrada e quanta informação, e de que tipo é necessária” (CHOO, 2003, p.97).

Resumindo a abordagem de Taylor, Choo (2003) diz que

o comportamento de uso da informação constitui-se de grupos de pessoas que partilham os pressupostos sobre a natureza de seu trabalho e sobre o papel que a informação desempenha nele; grupos de pessoas cujo trabalho está relacionado aos problemas caracterizados pelas dimensões que são aplicadas para julgar a utilidade da informação, cujo ambiente de trabalho influencia sua atitude em relação à informação, assim como à disponibilidade e ao valor da informação, e cujas percepções sobre a solução dos problemas determinam a intensidade com que eles buscam a informação e suas expectativas sobre as informações que necessitam (CHOO, 2003, p.98).

O modelo de Carol Kuhlthau considera o impacto dos fatores emocionais nas práticas informacionais dos indivíduos. Durante o processo de busca de informação os usuários experimentam sentimentos como insegurança, incerteza, confusão, otimismo, clareza, confiança, satisfação e desapontamento. De acordo com o modelo de Kuhlthau, o processo de busca é dividido em seis estágios: iniciação, seleção, exploração, formulação, coleta e apresentação. Durante a iniciação, o usuário reconhece a necessidade de informação e o sentimento mais comum é o de insegurança; no estágio de seleção, o usuário identifica um tema geral e o sentimento predominante é o otimismo; na exploração, o usuário investiga as informações sobre o tema e aparecem os sentimentos de dúvida, confusão e frustração; na formulação, o usuário formula o foco da busca e o sentimento predominante é a clareza; na fase da coleta, o usuário reúne as informações pertencentes ao foco e os sentimentos comuns são senso de direção e confiança; no estágio da apresentação, o usuário completa a busca de informação e os sentimentos comuns são alívio, satisfação e desapontamento (CHOO, 2003, p.90).

Segundo Choo (2003), o princípio de incerteza na busca de informação é fundamental no modelo de Kuhlthau, ou seja, a incerteza (estado cognitivo e reação emocional) aumenta e diminui na medida em que o processo caminha. Para o autor, as implicações do princípio de incerteza são elucidadas por meio de seis corolários:

Em primeiro lugar, a busca de informação é um processo de construção de conhecimento e significado (...) Em segundo lugar, a formulação de um foco ou de um ponto de vista é o ponto de mutação do processo de busca (...) Em terceiro lugar, a informação encontrada pode ser redundante ou original (...) Em quarto lugar, o número de possibilidades de uma pesquisa é influenciado pelo estado de espírito do usuário e sua atitude em relação à tarefa de busca (...) Em quinto lugar, o processo de busca implica uma série de escolhas pessoais, baseadas nas expectativas do usuário sobre que fontes, informações e estratégias serão eficientes (...) Finalmente, o interesse e a motivação do usuário crescem a medida que a busca prossegue (CHOO, 2003, p.92).

Para resumir as premissas do modelo de Kuhlthau podemos dizer que “o vazio cognitivo, ou a incerteza, que impulsiona o processo de busca é acompanhado de diferentes estágios emocionais”. No começo da busca, os sentimentos são negativos, mas à medida que a busca avança, a confiança cresce e seu sucesso provoca um sentimento de satisfação. “Esses estados emocionais motivam e determinam a maneira como o indivíduo processa e usa informação” (CHOO, 2003, p.93).

Embora tenham mudado a forma de compreender o usuário, as abordagens alternativas ainda têm como objetivo a melhoria de sistemas e serviços de informação. A diferença entre os estudos da abordagem tradicional e os das abordagens alternativas está na forma de ver as necessidades dos usuários. No primeiro caso, estuda-se um grupo considerando apenas características profissionais, étnicas, demográficas, buscando o comportamento mais recorrente e considerando-o comum a todos os indivíduos. No segundo caso, ao observar o comportamento individual dos usuários, busca-se uma maneira de generalizar o comportamento de um indivíduo para outros com características semelhantes.

Tanto na abordagem tradicional quanto nas alternativas, as necessidades de informação são fruto da ação ou tomada de decisão por parte dos indivíduos. Mas eles também buscam informações para diversão, distração, ou como um fim em si mesmo. Nem sempre a busca será guiada por uma questão de trabalho e a informação buscada será utilizada para a solução de um problema.

2.3. Conceitos do campo de estudos de usuários

Segundo Martin-Lahera (2004), usuário é o indivíduo que necessita de informação para desempenhar suas atividades profissionais e/ou privadas, e que utiliza um serviço ou produto informativo; sob esta denominação estão compreendidos os indivíduos do entorno do sistema de informação e os membros da organização onde o sistema está inserido. Segundo a autora, é como dizer que usuário são todos e cada um dos indivíduos do universo social.

Na definição mais comum de usuários, eles são considerados sob a ótica dos sistemas e serviços de informação. Usuário é aquele que utiliza estes serviços cotidianamente. Ao mesmo tempo, os indivíduos no entorno do sistema e nas organizações, que não utilizam seus serviços, são chamados de usuários potenciais, enquanto o restante dos indivíduos, que não usam e não têm interesse no sistema, são chamados de não-usuários. Figueiredo (1994) diz que usuários são os profissionais, os cientistas, administradores, pesquisadores que buscam informação em um sistema ou unidade de informação para tomar decisões relativas à suas atividades profissionais e acadêmicas. Esta definição de usuário aproxima-se da concepção de informação como coisa, com as idéias do paradigma físico da Ciência da Informação e com os estudos de usuários tradicionais.

Para definir usuário precisamos estender a concepção de prática informacional para além das tomadas de decisões e soluções de problemas corporativos e acadêmicos. O uso de informação também acontece fora destes ambientes institucionalizados. Os usuários percorrem seu espaço de atuação, os contextos de ação, em busca de sentido para mensagens dispersas em uma gama diversificada de contextos. As necessidades de informação, sejam para o trabalho, para satisfazer uma curiosidade, para demonstrar erudição, são elaboradas pelos indivíduos para dar sentido às suas ações sociais. A informação é construída, significada, reconstruída, falseada para servir ao propósito que o indivíduo lhe confere no momento e contexto da ação. Fatores referentes aos contextos social e cognitivo do indivíduo interferem na busca e uso da informação, assim como na percepção pelo indivíduo do conceito

de necessidade, busca, uso e informação. E os processos simultâneos de perceber a necessidade, empreender a busca e usar informação são apoiados no sentido que o usuário confere a esses atos. As necessidades de informação não podem ser estabelecidas de fora, pelo olhar do pesquisador; ele pode apenas inferir a existência de uma necessidade, criar um arquétipo, onde não existe uma concepção concreta e unívoca de informação. As necessidades existem no contexto dos usuários, são elaboradas por eles, e o pesquisador vai perceber estas necessidades a partir do relato dos indivíduos. O usuário não existe apenas frente a um sistema, uma fonte ou uma necessidade de informação. Ele diz o que é ou não informação, decide pelo seu uso ou descarte, e existe nas interações cotidianas com os objetos de seu contexto. O indivíduo pode buscar, e decidir pelo uso da informação, em suas ações diárias.

Nos estudos de usuários trabalhamos com conceitos como necessidade, busca, uso, desejo e usuários de informação. Ferreira (1997) aponta a preocupação da comunidade especializada na área com a metodologia utilizada nos estudos e com a “falta de definições coerentes entre os vários conceitos pertinentes aos estudos de usuários”.

Segundo Le Coadic (2004), as necessidades de informação são necessidades derivadas, ou seja, têm sua origem em necessidades fundamentais. Em muitos estudos de usuários, as necessidades de informação são consideradas como necessidades fundamentais (resultantes da natureza), e considera-se que o usuário busca informação com uma necessidade definida e claramente explicitada. Mas na maioria dos casos, as necessidades dos usuários são opacas, pouco visíveis e compreensíveis para eles mesmos. E nem todos os indivíduos reconhecem a necessidade de informação. Portanto, as necessidades de informação são derivadas de outras necessidades fundamentais. Le Coadic (2004) as classifica em dois tipos: necessidade de informação em função do conhecimento e necessidade de informação em função da ação. No primeiro caso, a necessidade é derivada do desejo de saber, não tem qualquer ligação com a solução de problemas. No segundo caso, a necessidade é “derivada das necessidades materiais determinadas pela realização de atividades humanas, profissionais e individuais: trabalhar, ir de um lugar para outro, comer, dormir, reproduzir-se” (LE COADIC, 2004, p.40). A

análise das necessidades de informação do usuário acontece quando ele já começou a busca e, portanto, quando decidiu e reconheceu que tinha uma necessidade de informação. Isso significa que outras alternativas podem ter sido testadas e descartadas (LE COADIC, 2004, p.41).

Segundo Choo (2003), por se buscar e usar informação em situações sociais, ela deve satisfazer a necessidades que podem ser cognitivas, afetivas ou emocionais. O indivíduo pode buscar informação para solucionar um problema de conhecimento, que gera uma pergunta, cuja resposta poderá ser fornecida pela informação. Segundo Choo (2003), o desempenho de tarefas organizacionais, o contexto do trabalho, é o principal gerador das necessidades cognitivas. No plano organizacional podem surgir as necessidades emocionais, que estão aliadas aos desejos de realização, expressão, conquista (CHOO, 2003, p.100). Os indivíduos não são movidos apenas pela necessidade de solucionar um problema, responder a uma demanda concreta, mas são movidos pela necessidade de reconhecimento, pela vontade de saber. McGarry (1999) diz que o ser humano é curioso e inquisidor por natureza. E age assim em todos os espaços pelos quais circula, sejam espaços institucionais, coletivos, públicos ou domésticos. E em todos os espaços, as necessidades de informação podem ser cognitivas, afetivas e/ou emocionais.

De acordo com o Choo (2003, p.100), “as necessidades de informação não surgem plenamente formadas, mas crescem e evoluem com o tempo”. No princípio, o indivíduo pode ter um sentimento vago de falha de em seu conhecimento, uma percepção ainda opaca de uma necessidade de informação. No decorrer do processo, o problema ou a curiosidade que gerou a necessidade ganha contornos mais nítidos, e o indivíduo poderá ter plena consciência de sua necessidade, mas nem sempre iniciará uma busca por informação. O indivíduo pode desconsiderar o problema, decidir que não é necessário buscar informação. Nem todas as necessidades levam a uma busca ou são consideradas relevantes pelos indivíduos (CHOO, 2003, p.100). Eles podem reconhecer uma falha no conhecimento sobre determinado assunto, mas considerar que não precisam resolver essa lacuna de conhecimento.

Figueiredo (1994) apresenta outros conceitos ligados à necessidade: desejo,

demanda e uso. Desejo é o que um indivíduo gostaria de ter, e ele pode necessitar de algo que não deseja e desejar algo do qual não necessita. Demanda é o que os indivíduos pedem, com base em seus desejos ou necessidades. Pode-se demandar algo não necessário, ou desejar e ter necessidade de algo, sem demandá-lo. Uso é o que é realmente utilizado pelo indivíduo. Os usuários podem desejar informações que não necessitam, ou não pedir por informações necessárias. Podem também utilizar uma informação demandada, ou encontrada casualmente, sem que a necessidade por essa informação tivesse sido expressa em uma demanda (FIGUEIREDO, 1994, p.34).

Os conceitos do campo de estudos de usuários são alvo de preocupação de muitos pesquisadores, pois carecem de sistematização e consenso. Trabalhamos com estes conceitos, buscando uma aproximação com as abordagens alternativas, mas considerando o contexto e as interações cotidianas dos usuários como fatores intervenientes no processo de busca e uso de informação.

Na nossa concepção, usuário é o indivíduo que faz uso de informação em todos os espaços nos quais atua, sejam eles públicos ou privados, profissionais ou domésticos. Todos os indivíduos são usuários de informação; os conceitos de usuário potencial e não-usuário podem ser utilizados apenas se tivermos em mente os sistemas, unidades e fontes específicas de informação. Também consideramos que as necessidades de informação são aquelas reconhecidas pelos indivíduos, que são autônomos para perceber o que lhes é necessário em termos de informação. Nos contextos de uso podem existir necessidades que não são reconhecidas pelos indivíduos, pois não afetam seu cotidiano, não têm impacto em suas ações.

Adiante apresentamos duas correntes teóricass das ciências sociais que podem ser aplicadas aos estudos de usuários, tanto no aspecto teórico, quanto no metodológico: o interacionismo simbólico e a etnometodologia. Consideramos que estas correntes permitirão uma aproximação maior dos estudos de usuários com o paradigma social de Capurro, pois as abordagens alternativas são mais ligadas ao paradigma cognitivo. As abordagens alternativas são fruto da preocupação com os aspectos cognitivos da busca e do uso de informação. O indivíduo é estudado separado de seu mundo social e a informação é uma entidade existente em um

mundo a parte do mundo real. O paradigma social da Ciência da Informação é uma crítica ao paradigma cognitivo neste sentido: considera que o indivíduo e a informação estão inseridos em um mesmo contexto. A oferta de sentido à informação por parte do usuário é o traço comum entre os dois paradigmas, mas o paradigma social considera que esta oferta de sentido é dependente de uma série de fatores ligados ao mundo social dos indivíduos. As teorias sociais apresentadas adiante têm a característica comum de estudar o cotidiano dos indivíduos e de dar importância às pequenas ações deste cotidiano. Estas teorias podem contribuir com conceitos sobre os indivíduos em ação e fornecer subsídios para a compreensão de suas práticas informacionais. Existem fatores que interferem nas práticas informacionais e que vão além dos fatores cognitivos: as estruturas do mundo social, as interações dos indivíduos, suas vontades e desejos. A contribuição destas teorias para os estudos de usuários vem de sua forma de ver o indivíduo. Os usuários são sujeitos em seus contextos de ação, e o uso de informação é uma ação que sofre a influência de suas interações com os outros sujeitos e com o meio.

2.4. Teorias sociais: interacionismo simbólico e etnometodologia

O estudo da sociedade pressupõe uma abordagem que reconheça a subjetividade que envolve os indivíduos e seus contextos. O estudo de indivíduos e ações sociais insere o pesquisador no mesmo contexto dos “objetos” de estudo. O conceito de objeto deve ser retrabalhado, pois o termo nos remete a algo envolto em passividade, o que obscurece o caráter interativo entre pesquisador e pesquisado. Neste trabalho utilizamos o termo “sujeito” para nos referir aos indivíduos envolvidos nas práticas informacionais no meio da prostituição. A palavra-chave neste caso é interação social. Os indivíduos moldam suas ações, seus conhecimentos e necessidades com base nas expectativas dos outros envolvidos na interação.

2.4.1. O interacionismo simbólico

Segundo Joas (1996), o termo interacionismo simbólico foi cunhado por Herbert Blumer com base na obra de George Herbert Mead e outros pesquisadores da Escola de Chicago. Os interacionistas analisam a interação humana com base no chamado “behaviorismo social”. Os atos sociais são concebidos como o comportamento externo observável e como as atividades encobertas do ato. De acordo com Joas (1996, p.135), os indivíduos recebem estímulos do mundo exterior, mas “é a ação que determina quais os estímulos relevantes dentro do contexto definido pela própria ação”. O autor faz os seguintes comentários sobre o interacionismo simbólico:

seu enfoque são os processos de interação – ação social caracterizada por uma orientação imediatamente recíproca –, ao passo que o exame desses processos se baseia num conceito específico de interação que privilegia o caráter simbólico da ação social. O caso prototípico é o das relações sociais em que a ação não adota a forma de meras transferências regras fixas em ações, mas em que as definições das relações são, recíproca e conjuntamente, propostas e estabelecidas. Assim, as relações sociais são vistas, não como algo estabelecido de uma vez por todas, mas como algo aberto e subordinado ao reconhecimento contínuo por parte dos membros da comunidade (JOAS, 1996, p.130).

A ação tem múltiplos motivos, o que impossibilita o reconhecimento de todos, trazendo à lume apenas o motivo dominante. Ela pode ser motivada pelos desejos do indivíduo: desejo de novas experiências, desejo de domínio de uma situação, desejo de reconhecimento social e desejo de certeza da identidade (JOAS, 1996, p.149)

Blumer (1980) fala da relação dos seres humanos com o mundo e seus significados. Segundo ele, o interacionismo simbólico baseia-se em três premissas:

a primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece. Tais elementos abrangem tudo o que é possível ao homem observar em seu universo (...) além das situações com que o indivíduo se depara em seu dia-a-dia. A segunda premissa consiste no fato de os

significados de tais elementos serem provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as demais pessoas. A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interpretativo (e por este modificados) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato (BLUMER, 1980, p.119).

Segundo Haguete (1987), Mead explica a sociedade tendo por base o comportamento cooperativo dos atores. Esta associação humana surge quando o ator individual percebe a intenção dos atos de outros atores e constrói sua própria resposta baseando-se nesta intenção. O comportamento humano envolve a resposta, não somente às ações presentes, mas também ao comportamento intencional e futuro dos outros (HAGUETE, 1987, p.24-25).

O indivíduo age socialmente em relação às outras pessoas e interage socialmente consigo mesmo, tornando-se assim objeto de suas próprias ações. Ele coloca-se no lugar do outro e orienta suas ações em consonância com as definições e expectativas dos outros. Este relacionar-se consigo mesmo é chamado por Mead de *self*.

Por que o indivíduo possui um *self* é capaz de ter uma vida mental: ele pode fazer indicações para si próprio – o que constitui a própria mente. Por que ele possui uma mente, tem a possibilidade de dirigir e controlar seu comportamento, ao invés de tornar-se um agente passivo dos impulsos (HAGUETE, 1987, p.28).

As concepções de sociedade, *self* e mente são importantes para se pensar as interações humanas. A mente é concebida por Mead como um processo que se manifesta na interação do indivíduo consigo próprio usando símbolos significantes, definidos como gestos que assumem um sentido comum, adquirem um elemento lingüístico (HAGUETE, 1987, p.29). A mente origina-se no processo social de comunicação e o comportamento dos indivíduos implica uma percepção seletiva de situações, ou seja, implica numa seleção de estímulos relevantes. O indivíduo não é condicionado pelo meio exterior, ele define seu comportamento por meio da elaboração de estratégias de ação baseadas nos significados que o mundo lhe oferece. Estes significados são manipulados por um processo interpretativo utilizado pelos indivíduos no relacionamento com os objetos que o cercam (BLUMER, 1980).

Uma corrente importante do interacionismo é o dramatismo social de Erving Goffman. Goffman (1983) considera que as ações do indivíduo na vida cotidiana são representações de um ator (o indivíduo) para uma platéia (os outros indivíduos da interação). Segundo o autor, o indivíduo está constantemente representando um papel, e ao chegar diante dos outros procura informações a seu respeito, ou traz a baila as informações que já possui. Ele busca assim uma definição da situação, para saber como agir e obter as respostas desejadas.

O interacionismo critica especialmente a concepção positivista do comportamento condicionado, que diz que os indivíduos agem no mundo recebendo estímulos exteriores que determinam seu comportamento. Para os interacionistas, estes estímulos são selecionados e manipulados pelos indivíduos em seu contexto de ação.

O interacionismo também recebe críticas de outras correntes de pensamento das ciências sociais. Uma crítica comum diz que o interacionismo não considera as macro-estruturas que têm impacto no comportamento dos indivíduos. Segundo Joas (1996), o interacionismo recebe críticas quanto a sua limitação a fenômenos de imediatabilidade interpessoal, e também por ignorar questões de poder e dominação. Segundo o autor,

atribui-se-lhe a visão de que o complexo das relações humanas macrosociais não ultrapassa o horizonte da sociabilidade mundana, assim como uma total ignorância do domínio social sobre a natureza ou o fato que as condições sociais possam tornar-se autônomas em relação aos atos e orientações daqueles que participam da ação social (JOAS, 1996, p.130).

Segundo Haguette (1987), o interacionismo é criticado pela falta de poder explicativo, por negligenciar o “porquê” da conduta e restringir-se ao “como”. Outra crítica refere-se à falta de consistência dos textos básicos da corrente de pensamento: a obra de Mead. Os trabalhos do autor foram publicados postumamente e consistem na reunião de conferências, palestras, notas e escritos avulsos, o que provoca ambigüidades, simplificação no uso de conceitos, imprecisão e omissão.

2.4.2. A etnometodologia

Segundo Coulon (1995), etnometodologia é o estudo das pessoas e de seus métodos de interação e construção do mundo social. É o estudo dos etnométodos que os atores utilizam no dia-a-dia, que lhes permitem viver juntos, inclusive de maneira conflitiva, e que regem as relações sociais que eles mantêm entre si. Os etnométodos são os métodos do senso comum, da vida cotidiana, empregados pelos sujeitos e que lhes permitem reconhecer-se como vivendo no mesmo mundo (COULON, 1995, p.52).

Segundo Guesser (2003), o termo etnometodologia designa uma corrente da sociologia americana que surgiu na Califórnia, Estados Unidos, no final da década de 1960, tendo como seu principal marco fundador a publicação, em 1967, do livro *Studies in Ethnomethodology*, de Harold Garfinkel. Esta corrente foi, segundo Coulon (1995) e Guesser (2003), influenciada pela teoria da ação de Talcot Parsons (que foi orientador de Garfinkel), pela fenomenologia de Alfred Schutz e pelo interacionismo simbólico da Escola de Chicago.

A influência de Parsons vem do fato dele considerar que os atores sociais agem conforme regras e normas que regem seu comportamento e conduta. Estes valores são compartilhados e transcendem os indivíduos. Os atores possuem uma espécie de "tribunal interior", constituído pelas regras interiorizadas no decurso da educação, que governa seus comportamentos e até seus pensamentos. A etnometodologia é influenciada pela teoria da ação, mas ao mesmo tempo a critica. Para a etnometodologia, "a relação entre o ator e situação não se devera a conteúdos culturais, nem a regras, mas será produzida por processos de interpretação" (COULON, 1995, p.10). Ou seja, não são as regras que determinam o comportamento dos indivíduos, mas a interação que produz e reproduz constantemente as regras.

A influência de Schutz vem do fato deste acreditar que os atores sociais utilizam

processos sociais para dar sentido às suas ações e às dos outros. “O mundo social de Schutz é o da vida cotidiana, vivida por pessoas que não têm interesse teórico, *a priori*, pela constituição do mundo” (COULON, 1995, p.12). Apesar de não ter esse interesse, os indivíduos têm suas concepções sobre o mundo, ainda que não teorizem sobre elas. Os homens constroem um conhecimento intersubjetivo sobre suas práticas. Eles “nunca têm, seja lá no que for, experiências idênticas, mas supõem que sejam idênticas, fazem como se fossem idênticas, para todos os fins práticos”. O que possibilita esse conhecimento intersubjetivo são duas “idealizações” usadas pelos atores: “a da possibilidade de trocas de ponto de vista de um lado” (pode-se trocar de lugar, mudar o ângulo de visão) e “da conformidade do sistema de pertinência de outra parte” (todos os expectadores de um ato supõem que os outros tenham as mesmas razões, os mesmos interesses que eles pelo ato) (COULON, 1995, p.13).

Segundo Coulon (1995, p.14), “o interacionismo simbólico afirma que a concepção que os atores fazem para si do mundo social constitui, em última análise, o objeto essencial da pesquisa sociológica”. As críticas que os interacionistas fazem aos modelos de pesquisas da sociologia tradicional são compartilhadas pelos etnometodólogos. As duas correntes criticam o distanciamento do pesquisador em relação ao objeto pesquisado, produzindo “um modelo de ator sem relação com a realidade social natural em que vive” (COULON, 1995, p.15).

De acordo com Coulon (1995, p.20), diferente da sociologia “que procura saber como os indivíduos agem em situações já definidas fora deles e preexistentes às suas interações, a etnometodologia vai tentar compreender como é que os indivíduos vêem, descrevem e propõem em conjunto uma definição da situação”. A etnometodologia contesta a visão de Emile Durkheim, segundo a qual os fatos sociais se impõem aos indivíduos, exercendo sobre eles um poder coercitivo. Para a etnometodologia, os fatos sociais são realizações práticas, produto da contínua atividade dos homens.

A etnometodologia trabalha com alguns conceitos importantes, tomados de empréstimo de outros campos do conhecimento, ou retomados da linguagem comum com seus sentidos modificados. Os principais são: prática, indicialidade,

reflexividade, accountability (traduzido por Guessser (2003) como relatabilidade) e noção de membro.

O conceito de prática é importante, pois como vimos anteriormente a etnometodologia é o estudo das práticas dos indivíduos. Conforme Coulon (1995),

a etnometodologia é a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar. Para os etnometodólogos, a etnometodologia será portanto, o estudo dessas atividades cotidianas, quer sejam triviais ou eruditas, considerando que a própria sociologia deve ser considerada como uma atividade prática (COULON, 1995, p.30).

A etnometodologia também procura explicar seus próprios métodos. A realidade social não é um dado preexistente; ao contrário, é constantemente criada pelos atores. Não existe um mundo significante exterior e independente das interações sociais. O conceito de prática é importante para se observar como os atores sociais constroem seu mundo, como eles interpretam a realidade e inventam a vida constantemente. Coulon (1995, p.32) fala da importância de se “observar como os atores do senso comum o produzem e tratam a informação nos seus contatos e como utilizam a linguagem como um recurso (...) como fabricam um mundo "racional" a fim de nele poderem viver”.

A indicialidade é um conceito tomado de empréstimo da lingüística. Expressões indiciais são aquelas que tiram seu sentido do próprio contexto de uso. A linguagem da vida cotidiana é muito importante para a etnometodologia, pois é através dela que a vida social se constitui. Segundo Coulon (1995),

a noção de indicialidade na etnometodologia quer dizer que todas as formas simbólicas, como os enunciados, os gestos, as regras, as ações, comportam uma margem de incompletude que só desaparece quando elas se produzem, embora as próprias compleções anunciem um horizonte de incompletude (COULON, 1995, p.34).

A noção de indicialidade é importante, pois quer dizer que as ações sociais fazem sentido no momento e no contexto em que ocorrem. Os significados das ações são referentes à um momento específico, qualquer generalização perderia seu valor,

pois o tempo e o espaço da ação são resignificados a todo momento nas interações.

Outro conceito importante da etnometodologia é o de reflexividade. Segundo Coulon (1995),

a reflexividade designa portanto as práticas que ao mesmo tempo descrevem e constituem o quadro social. É a propriedade das atividades que pressupõem ao mesmo tempo que tornam observável, a mesma coisa. No decorrer de nossas atividades ordinárias, não prestamos atenção ao fato de que ao falar construímos ao mesmo tempo, enquanto fazemos nossos enunciados, o sentido, a ordem, a racionalidade daquilo que estamos fazendo naquele momento (COULON, 1995, p.41).

Isto quer dizer que os indivíduos refletem sobre suas ações, embora não tenham consciência disso, e que este processo é automático e dinâmico. Segundo Guessser (2003, p.161), “quando se diz que as pessoas têm práticas reflexivas, isto significa que refletem sobre aquilo que fazem, embora não tenham consciência do caráter reflexivo de suas ações”. Ainda de acordo com Guessser (2003, p.162), “a propriedade reflexiva dos atores sociais permite que eles expressem as significações de seus atos e de seus pensamentos, ou seja, de suas ações sociais”.

A relatabilidade (ou accountability) “é uma característica que permite aos atores sociais comunicarem e tornarem as atividades práticas racionais compartilháveis” (GUESSER, 2003, p.162). Coulon (1995, p.42) cita Garfinkel para dizer que “os estudos etnometodológicos analisam as atividades cotidianas dos membros, como também os métodos que tornam essas atividades visivelmente racionais a todos os fins práticos”. De acordo com Guessser (2003), relatabilidade “são as descrições que os atores fazem de seus processos reflexivos, procurando mostrar sem cessar a constituição da realidade que produziram e experienciaram”. O autor diz ainda que

a relatabilidade é a propriedade que permite que os atores tornem o mundo visível a partir de suas ações, tornando as ações compreensíveis e transmissíveis. Ao passo que são descritas, ou seja, ao passo que são dotadas de significado e sentido através dos processos pelos quais são relatadas, as ações sociais exprimem o mundo social na sua mais pura essência (GUESSER, 2003, p. 162).

A noção de membro é outro importante conceito dos estudos etnometodológicos.

Membro não indica apenas a pertença social de um indivíduo, mas seu domínio da linguagem natural do grupo ao qual pertence. De acordo com Coulon (1995),

um membro não é portanto apenas uma pessoa que respira e pensa. É uma pessoa dotada de um conjunto de modos de agir, de métodos, de atividades de *savoir-faire*, que a fazem capaz de inventar dispositivos de adaptação para dar sentido ao mundo que a cerca. É alguém que, tendo incorporado os etnométodos de um grupo social considerado, exhibe "naturalmente" a competência social que o agrega a esse grupo e lhe permite fazer reconhecer e aceitar (COULON, 1995, p.48).

Os conceitos da etnometodologia demonstram que o indivíduo é o protagonista de suas ações, criando significado e indicações para os outros indivíduos na interação. A etnometodologia pode ser suporte para os estudos de usuários se considerarmos a busca e o uso de informação como ações de indivíduos em contextos complexos e dinâmicos, interagindo com outros indivíduos envolvidos no processo.

2.5. O conceito de prática informacional

O conceito de prática informacional, junto com a idéia de informação construída nos contextos de ação dos usuários, é muito importante em nosso trabalho. Encontramos em Marteleto (1995), a definição de prática informacional que faz a ligação entre nossa proposta de pesquisa e o paradigma social de Capurro. Segundo a autora,

tendo em vista que a produção a reprodução dos artefatos culturais se realiza pelo modo informacional, pelo menos nas sociedades históricas, pode-se afirmar que, nestas sociedades, toda prática social é uma prática informacional – expressão que se refere aos mecanismos mediante aos quais significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização (MARTELETO, 1995, p.91).

Ao falar de prática informacional estabelecemos uma distinção entre este conceito e o de comportamento informacional, muito utilizado nos estudos de usuários. Ao analisar o comportamento, apreende-se o que é externo e observável, mas ignora-

se os atos encobertos praticados pelos indivíduos. A análise do comportamento informacional nas pesquisas em estudos de usuários buscam quantificações e padronizações, determinando este comportamento com base em variáveis preestabelecidas. A prática, ao contrário, supõe os indivíduos como protagonistas das ações, e busca compreender os atos encobertos das interações e a atividade de dar significado aos objetos e símbolos informacionais.

Segundo Araújo (2007), o conceito de prática informacional pode ser derivado do conceito de prática na etnometodologia, o que implica que os indivíduos constroem suas próprias definições do que é informação e necessidade de informação. As práticas informacionais envolvem o reconhecimento das necessidades, a busca e o uso de informação, mas de uma perspectiva que considera as ações e interações dos indivíduos como fator que os permitem construir significado para estas práticas.

3. PROSTITUIÇÃO: CONCEITUAÇÃO E BREVE HISTÓRICO

3.1. Conceituação

A prostituição é uma atividade que provoca debates sobre sua legalidade e sua conceituação desde tempos imemoriais, sendo controversa também sua origem e evolução. A história da prostituição será visitada adiante neste trabalho. Por enquanto nos concentraremos no conceito de prostituição e na construção deste conceito pelas profissionais do sexo⁶ e pela sociedade.

A prostituição deve ser compreendida como um fenômeno social complexo e multifacetado, produto de uma conjunção de fatores sociais, econômicos, culturais e pessoais. Atualmente, no Brasil, acontece um debate sobre a legalização da atividade e de sua classificação como profissão (BARRETO et al, 2006; RODRIGUES, 2004, 2006). A categoria *Profissionais do sexo* foi inserida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002 (BRASIL, 2002c). No âmbito legal, a atividade não é considerada uma profissão, não existe legislação sobre sua regulamentação ou proibição. As leis brasileiras que tratam da prostituição criminalizam atividades relacionadas à prática (artigos do Código Penal sobre lenocínio, tráfico de pessoas, crimes contra a dignidade e corrupção de menores). As leis não proíbem diretamente a prostituição, mas servem como forma de controle das pessoas que atuam na atividade e como justificativa para intervenções do Estado e da sociedade nos contextos de atuação das profissionais do sexo (RODRIGUES, 2004). Nas últimas décadas evidenciou-se, no Brasil, uma

⁶ Em algumas passagens do texto utilizamos a denominação profissionais do sexo, mas na maioria das vezes utilizamos o termo prostitutas, pois nosso foco são as mulheres que atuam nesta atividade. Prostituta é uma designação mais antiga e refere-se especificamente à mulher que exerce a profissão. Por ser muitas vezes utilizado de forma pejorativa, algumas profissionais rejeitam esse rótulo e preferem se definir como garota de programa. Já o termo profissional do sexo, refere-se a todos os profissionais, sejam do sexo masculino ou do feminino, e é utilizado em documentos de órgãos oficiais (como o Ministério da Saúde). Segundo Oltramari e Camargo (2004) esta expressão é derivada dos *Encontros Nacionais de Prostitutas* que foram realizados a partir da década de 1980. Gabriela Leite acha que deve-se utilizar os termos, mesmo que estes tenham essa carga de preconceito, para combater esse mesmo preconceito. Para ela, as prostitutas devem se assumir como tal, ao invés de adotar outras denominações, pois isso é uma forma de aceitar a carga negativa que é atribuída à prostituição (LEITE, 2006a, p.28).

movimentação política das profissionais do sexo, com o objetivo de promover a organização política e legal da atividade, criando órgãos de classe como associações e sindicatos (BARRETO et al., 2006). Apesar destas iniciativas, a atividade ainda está legada à informalidade, seja no âmbito trabalhista, seja no âmbito da legislação penal.

A relação que se estabelece entre a prostituta e seu cliente pode ser tomada como uma relação de trabalho, pois a prostituta oferece ao cliente uma mercadoria simbólica, a fantasia sexual, que pode ser considerada a finalidade de quem busca os serviços destas profissionais. É comum dizer que a prostituição é uma atividade de venda de corpos. Esta afirmação é contestada por profissionais do sexo e por pessoas ligadas ao universo da prostituição. Gabriela Leite⁷, presidente da ONG Davida⁸, quando perguntada se qualquer pessoa pode ir para a rua vender seu corpo responde da seguinte forma:

vender fantasia sexual, você quer dizer. Porque, se você se vender está ferrada. Todo mundo vende. Você também vende algo do seu corpo. Não é sexo – que é pecado, né? Nós somos especialistas em vender fantasias sexuais, e o mundo da fantasia sexual é imenso. A puta vende um determinado conhecimento (LEITE, 2006a, p.30).

A fantasia sexual não envolve apenas o ato sexual, pois o cliente pode buscar mais que o prazer sexual. Ele pode buscar também o diálogo e a compreensão de alguém com quem terá mais liberdade para falar sobre a sexualidade, sem os tabus impostos por sua vida cotidiana. No entanto, essa busca por diálogo não é aceita por todas as profissionais, que não a incluem em suas práticas de trabalho, chegando mesmo a rechaçá-la, conforme relato de Freitas (1985).

Os escritos sobre a prostituição apontam diversos riscos que a atividade oferece a seus praticantes, dentre eles as doenças sexualmente transmissíveis, a violência, a

⁷ Fundadora e presidente da ONG Davida, Gabriela Leite é ex-profissional do sexo e atua ativamente na organização da categoria. cursou filosofia e sociologia na USP, mas não concluiu os cursos. Começou a trabalhar na prostituição em São Paulo, passando depois por Belo Horizonte e Rio de Janeiro, onde se estabeleceu e fortaleceu sua militância.

⁸ Organização sediada no Rio de Janeiro e fundada por profissionais do sexo, que atua no combate ao preconceito, à violência contra a prostituta, na reivindicação de seus direitos profissionais, no fortalecimento de sua identidade e em ações de prevenção das DST e AIDS.

estigmatização e o preconceito que essas profissionais sofrem (BARRETO et al., 2006; BARROS, 2005; FREITAS, 1985; ROBERTS, 1998; RODRIGUES, 2004). Existe a preocupação de instituições governamentais e órgãos de classe das profissionais do sexo com a criação de ações de combate aos riscos que a atividade impõe aos seus praticantes. Barros (2005) destaca alguns riscos, aos quais as profissionais do sexo estão expostas: a violência, física e simbólica, devido à sua constante exposição; as doenças, devido à quantidade de parceiros; a quebra de segredo, pois muitas destas mulheres não revelam seu trabalho à família e à sociedade; o medo e a insegurança relativos à falta de legalidade da atividade, o que deixa seus praticantes à margem da lei. Consideramos importante apontar os riscos inerentes ao exercício da prostituição, mas devemos levar em conta a visão das próprias profissionais sobre a questão.

A prostituição é rotulada de diferentes maneiras pela sociedade. Barros (2005) diz que “é comum encontrar preconceitos recheados de religiosidade, moralismo, ignorância e má intenção acerca das mulheres e dos homens que vendem o sexo”. Mas nem todos os olhares voltados à prostituição são preconceituosos. Barros (2005) divide as pessoas que lançam seu olhar sobre a prostituição em quatro grupos: “1) os que condenam esta prática; 2) os que toleram e aproveitam, mas criticam; 3) aqueles que a aceitam no intuito de explorar rendas e benefícios e (4) os que defendem a prática e sustentam a possibilidade de sua regulamentação”. Consideramos, no entanto, que prevalecem duas maneiras antagônicas de olhar a prostituição: uma favorável, outra contrária. Quem é contrário à atividade, considera-a como ‘imoral’, ‘degradante’, ‘suja’, mesmo quando o olhar é tolerante, por considerar a prostituição ‘um mal necessário’. O outro olhar busca uma compreensão para a atividade, entendendo-a como uma forma de atuação profissional, considerando que em seu contexto existem pessoas reais, envolvidas em questões econômicas, familiares e sociais, e que estão neste meio por uma escolha consciente e livre.

Uma forma de criticar a prostituição é a criação do estereótipo da prostituta vítima, empurrada para a atividade por fatores alheios à sua vontade. Roberts (1998) constrói uma crítica contundente ao estereótipo da prostituta vítima da miséria, da maldade dos homens, da devassidão feminina. Segundo a autora, as causas da

prostituição sempre foram justificadas e/ou condenadas ao longo da história da humanidade, com o uso de argumentos que desconsideravam as vontades das mulheres. A autora ironiza que “se a prostituição é realmente a profissão mais antiga do mundo, os homens que escrevem sobre ela compõem certamente a segunda profissão mais antiga” (ROBERTS, 1998, p.17). Os escritos de historiadores contemporâneos de cada período da prostituição refletem as concepções morais dominantes do período e o modo como as mulheres eram vistas e tratadas. Em diferentes períodos de nossa história, a mulher sempre foi submetida (não submissa) ao homem. De acordo com Roberts (1998), as prostitutas recebem dos homens que escrevem sobre elas a piedade, a complacência e/ou, na maioria das vezes, a repulsa e o escárnio. Este tipo de tratamento do tema é perceptível em Parent-Duchatelet et al. (19-?) e Lagenest (1960), que se referem à prostituição como “chaga”, “praga”, “mal”, “problema”. Consideram que a atividade deve ser extirpada da sociedade e que as prostitutas são vítimas das circunstâncias sociais ou sofrem algum tipo de distúrbio ou desvio de conduta. Os verdadeiros motivos para uma mulher entrar na prostituição são poucas vezes discutidos por esses escritores masculinos: preferem creditar a existência da prostituição à lascívia, à miséria, à corrupção da alma humana e à necessidade de satisfação dos instintos (masculinos). Da mesma forma, as mulheres que falam da prostituição, movidas pelo ideal feminista, creditam a existência da atividade à indução e exploração das mulheres pelos homens. Segundo Roberts (1998), a vontade da mulher, da prostituta, não é considerada por estes estudiosos do tema.

Os argumentos de quem se posiciona contrário à prostituição são variados. A marginalidade da atividade e os aspectos morais que envolvem sua prática são características que podem influenciar fortemente os indivíduos envolvidos em seu universo. A falta de direitos fundamentais e garantias legais podem sujeitar os indivíduos à exploração. Barros (2005) vai observar que as condições de trabalho das mulheres nos hotéis e nas ruas podem ser degradantes e sem perspectivas. Sua observação do universo da prostituição, o leva a constatar que muitas mulheres estão trabalhando na atividade por não terem outra escolha. O discurso de oposição à prostituição ressalta a sujeição das profissionais do sexo às situações degradantes advindas do exercício da atividade: o risco de doenças, a violência, a exploração financeira, a pressão social, o medo da quebra de segredo, a jornada de trabalho

insalubre. Dimenstein (1993) apresenta uma série de reportagens sobre meninas escravizadas, vendidas pelas famílias ou expulsas de casa pela violência doméstica, obrigadas a trabalhar como prostitutas em garimpos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. A situação de escravidão, que ocorre em outros trabalhos também, é um dos pontos críticos do exercício da prostituição. Por essa ótica, a atividade torna-se um espaço de exploração dos indivíduos, muitos deles escravizados, advindos da miséria e que encontram em seu exercício uma forma de sobrevivência, sujeitando-se a todo o tipo de violência e degradação, sendo coagidos a permanecer indefinidamente neste universo (DIMENSTEIN, 1993). Tira-se a autonomia dos indivíduos e impedindo-os de lutar por seu próprio destino.

Nos ambientes políticos, nos espaços onde são discutidos direitos e deveres dos indivíduos, a prostituição é, muitas vezes, tratada como um mal. Este comportamento diante da prostituição é fruto de uma concepção que vigora na sociedade e que deixa à margem tudo o que não é considerado normal. Segundo Domingues (1996, p.69), criam-se mundos distintos para separar o mundo dito normal, do que é considerado imoral e anormal. A criação de um “mundo da prostituição” no discurso social é uma “tentativa de atribuir um lugar próprio, bem distinto e distante a este segmento da sociedade como se ele não fizesse parte do todo social” (DOMINGUES, 1996, p.69). Segundo o autor, as ações dos indivíduos e da sociedade desvelam atitudes de repulsa e marginalização do que não é considerado “normal”. Para ele, os indivíduos consideram que

“o mundo normal” possui o direito de projetar para fora tudo aquilo que não lhe parece próprio, o feio e o maculado, criando normas e limites, inclusive topográficos, de moral, enquanto ao “mundo marginal” cabe o dever de introjetar tal refugio imoral (DOMINGUES, 1996, p.72).

A concepção social da prostituição como um mal encontra ecos em trabalhos do meio acadêmico e científico. Como exemplo, citaremos dois autores das ciências sociais, que falam da prostituição de forma negativa em seus trabalhos. São trabalhos que não estão tratando da prostituição como objeto teórico. Haguette (1987) no seu trabalho sobre metodologias de pesquisa em Sociologia, situa prostituição junto a problemas sociais como crime, delinqüência, corrupção e drogas. O sociólogo francês Alain Touraine faz um comentário sobre a prostituição, em seu

trabalho que trata das alterações que estão acontecendo nas relações sociais, provocadas pela mudança de paradigma para a leitura da realidade. Segundo Touraine (2006), estamos nos deslocando de um paradigma econômico e social para um paradigma cultural, baseado no reconhecimento do outro como sujeito capaz de construir seu próprio caminho rumo à modernidade. O sujeito é construído em espaços de conflitos e se torna mais forte na defesa de sua autonomia. Ele se estabelece na relação com o outro e depois consigo mesmo, e é no âmbito da sexualidade, das relações íntimas, que os sujeitos pessoais se fortalecem. Touraine considera que a prostituição não permite que o sujeito seja estabelecido nas relações. O autor refere-se assim à atividade:

a prostituição é, quase que por definição, uma atividade com baixo nível de intercâmbio afetivo, já que se trata sobretudo, tanto para a mulher quanto para o homem, de fazer comércio do seu corpo, o que é justamente o contrário da construção de si mesmo como sujeito (TOURAINÉ, 2006, p.221).

Por outro lado, o exercício da atividade pode ser fruto de uma escolha consciente por parte do indivíduo. Barros (2005) defende a prostituição como um trabalho, quando realizado de maneira livre pelos indivíduos, homens e mulheres adultos “que livremente optaram por esta forma de sobrevivência” (BARROS, 2005). O autor constata que infelizmente há pessoas, inclusive crianças e adolescentes, forçadas a praticar a atividade. São coisas que acontecem em outras profissões, mas que ganham peso maior por deixar marcas mais profundas na vida destas pessoas. Barros (2005) caracteriza a prostituição como um trabalho de pessoas adultas e livres.

Gabriela Leite, que trabalha com a prostituição desde o fim da década de 1970 e faz parte de um debate político sobre a legalização da atividade, defende a liberdade de escolha como condição principal para o exercício da atividade.

É claro que é [uma opção ser prostituta]. Tudo na vida é uma opção. Senão, todas as prostitutas deste país seriam empregadas domésticas. Ou vendedoras quinze horas por dia numa loja no *shopping*, de pé o dia todo. Ou estariam cortando cana. (...) Se a gente quer falar do cidadão brasileiro, não existe esse papo que as pessoas não têm opção de vida. (...) Evidentemente que na sociedade, do jeito que está hoje, se você só tem o primeiro grau,

seu leque de opções é menor. Mas você tem opção. Você escolhe ser empregada doméstica, balconista, camelô, caixa de supermercado. Ou escolhe ser prostituta (LEITE, 2006a, p.31).

Evidentemente, a liberdade de escolha é limitada por diversos fatores. É uma liberdade de escolha dentro de um escopo limitado de opções. Devemos fazer uma distinção entre os diversos tipos de causas ou motivos que levam as mulheres à prostituição. Quando Leite (2006a) diz que ser prostituta é uma opção, está se referindo ao exercício da atividade como uma escolha consciente da mulher. Deste grupo estão excluídas as mulheres que fazem programas para comprar drogas (Leite, 2006a, p.28) e também aquelas que são forçadas a trabalhar como prostitutas, em regime de escravidão (DIMENSTEIN, 1993).

Os comentários favoráveis à prostituição defendem a legalização da atividade como uma forma de garantir os direitos das profissionais, no âmbito trabalhista, civil e penal (BARROS, 2005; LEITE, 2006; ROBERTS, 1998; RODRIGUES, 2004). A legalização é uma forma de garantir às profissionais do sexo os direitos comuns a outros trabalhadores. Funciona também como instrumento de combate à violência, ao preconceito e à estigmatização.

A prostituição é um fenômeno complexo, multicausal e de difícil conceituação. Segundo Domingues (1996, p.70) “quando se fala em prostituição, a imagem associada, quase necessariamente, é a carência socioeconômica, o viés financeiro perpassando e justificando a situação”. A mulher é vista, de acordo com a moral cristã, como fonte de sedução e pecado, cabendo-lhe um tratamento especial de controle e repressão. Se ela ousa romper esse controle é chamada de *puta*, imoral, sem-vergonha. Sua atuação como profissional do sexo é caracterizada pela faceta financeira: “precisa falar rápido do dinheiro para que algo mais pecaminoso não emerja” (DOMINGUES, 1996, p.70). A imagem da prostituta, para a sociedade, é de uma mulher livre, que tudo pode, mas ao mesmo tempo condenada a carregar consigo a marca da diferença, não da diferença que a torna singular, mas da diferença que a exclui do mundo dito normal.

A mulher prostituta é tida, no imaginário social, como aquela que pode e faz tudo, a que desrespeita as regras sociais e subverte a ordem moral, rindo dela; a que pode sair com qualquer homem,

como dispensá-los. Ela é livre; enfim a mulher de vida fácil. É nítida a aura de ambivalência que carrega, uma vez que é admirada e odiada devido aos mesmos atributos. Ao mesmo tempo que transita pela fantasia de homens e mulheres que ora querem tê-la, ora sê-la, a prostituta é rechaçada por todos como um mal a ser extirpado, sua presença conspurca o ambiente e perverte a inocência (DOMINGUES, 1996, p.70-71).

A palavra prostituta possui significados que vão além do trabalho na prostituição. Na sociedade, mulheres que têm uma vida sexual ativa e que trocam de parceiros constantemente são chamadas de prostituta. O comportamento sexual mais liberal por parte das mulheres pode fazer com que sejam assim denominadas. Comumente, prostituta é a pessoa que vende sexo, ou melhor, que vende o ato e o prazer sexual. Desta concepção vem a denominação profissional do sexo, ou seja, alguém que trabalha com o mercado do sexo, com a venda de serviços sexuais.

Freitas Junior (1966, p.4) critica a concepção que diz que prostituta é a pessoa que se entrega à relações sexuais com qualquer outra pessoa em troca de uma retribuição financeira, mesmo que receba pagamento por um só ato sexual. Segundo o autor, definir prostituta apenas como uma pessoa que se relaciona sexualmente em troca de dinheiro e, por conseguinte a prostituição como uma atividade de simples venda de favores sexuais, pode nos levar a classificar as esposas sustentadas pelos maridos e as mulheres que praticam o ato sexual em troca de presentes como prostitutas. Para o autor, a prostituição deve ser considerada uma atividade profissional.

Prostituição é uma atividade profissional cujo trabalho consiste em fornecer prazer sexual, pago, e realizado de modo sistemático. Numa classificação geral de profissões, em que se tomasse como base categorial o objetivo do trabalho em relação ao comprador que dele usufruísse, deveria se encaixar ao lado dos artistas plásticos (que dão prazeres visuais), dos músicos (que dão prazeres auditivos), dos massagistas (que dão prazeres musculares), perfumistas, criadores de molhos e temperos culinários, decoradores, condutores de desfiles, paradas, coreógrafos. Numa chave mais geral se juntariam a escritores, cineastas, oradores, conferencistas, etc, que também fornecem prazer, recebendo dinheiro, mas através de circuitos mais amplos (FREITAS JUNIOR, 1966, p.5).

Barros (2005) aponta os fatores que caracterizam a prostituição como uma relação de trabalho.

Não é difícil entender a venda do sexo como relação de trabalho. Um pequeno esforço permite delinear a situação laboral. O corpo é o instrumento de trabalho. A prática sexual é a relação de trabalho propriamente dita. É por ela que as mulheres recebem o dinheiro. Podemos chamar essa relação de processo de trabalho, pois é nele que encontramos as formas, regras e maneiras de satisfação do cliente. O quarto, a cama, é o posto de trabalho. A rua, a boate, a zona, ou mesmo um espaço público ou privado – utilizado para este fim –, são os locais de trabalho (BARROS, 2005, p.9).

Não pretendemos nos deter nesta discussão sobre o *status* da prostituição. Queremos apenas constatar que existem olhares diferenciados sobre a atividade e que muitas vezes esses olhares são guiados pelo desconhecimento ou por uma concepção moral, que se quer acrítica, mas é orientada por uma moral religiosa e por preferências políticas.

3.2. Histórico

Para falar da história da prostituição tomamos como fio condutor dois trabalhos, que por suas características e objetivos têm visões diferentes sobre a atividade: são as obras de Roberts (1998) e Parent-Duchatelet *et al.* (19-?). As características dos trabalhos são diferentes pois seus propósitos são diferentes. Roberts é uma ex-profissional do sexo que conta a história da prostituição do ponto de vista das prostitutas. O trabalho de Parent-Duchatelet mostra a visão de homens do final do século XIX e começo do século XX sobre a história da prostituição, mas mostra também as influências da organização social da época em que os autores vivem. Estes trabalhos, apesar de antagônicos, e até por isso, permitem vislumbrar amplamente o fenômeno prostituição e suas concepções históricas.

Há um ditado que diz que a prostituição é a profissão mais antiga do mundo. É impossível dizer quando a atividade teve início pois, “a história da prostituição perdeu-se na poeira do tempo, porque é tão antiga quanto a história da humanidade, onde nenhuma civilização escapou à sua convivência e nenhum berço foi respeitado” (TORRES, DAVIM e COSTA, 1999, p.10). Existem evidências de que a

prostituição é oriunda da pré-história da humanidade. Parent-Duchatelet *et al.* (19-?) apontam três tipos de prostituição nas civilizações antigas: a prostituição hospitaleira, a prostituição sacra e a prostituição legal.

Prostituição hospitaleira é o nome dado a uma prática das sociedades patriarcais, em que o homem, chefe da casa, permitia que esposas e filhas tivessem relações sexuais com os visitantes. Esta prática era cercada de crenças e tradições, que dependiam das características de cada povo. Atualmente, de acordo com a definição de prostituição que apresentamos, este comportamento não pode ser considerado como tal. A prostituição sacra foi aquela em que as mulheres trabalhavam nos templos prestando cultos às deusas. Foi uma prática comum em diferentes povos: caldeus, fenícios, cipriotas, armênios, persas, egípcios, gregos, etc. As mulheres recebiam presentes, que eram depositados no altar da deusa, ou juntavam seus ganhos como uma espécie de dote para o futuro casamento. O valor do dote indicava que a mulher “acolheu entre seus braços” o maior número de homens, e isso era motivo de orgulho para o futuro marido. Entre alguns povos, a prática da prostituição nos templos era um ritual pelo qual todas as mulheres tinham que passar ao menos uma vez na vida. A prostituição legal é a que mais se aproxima do conceito da atividade nos dias atuais. Parent-Duchatelet *et al.* (19-?) dizem que a prostituição legal era autorizada pelo Estado e descreve a atividade no Egito, onde até filhas de Faraós a exerceram.

A prostituição no Egito não era nem sacra, nem hospitaleira. Era pura e simplesmente a prostituição legal, em toda a sua originária ingenuidade. A lei não só autorizava, mas justificava-a, protegia-a e por vezes era fomentada e deliberada pelos governantes do Estado (PARENT-DUCHATELET *et al.*, 19-?, p.25).

Para Roberts (1998), a prostituição surgiu como uma atividade sagrada, no período da pré-história da humanidade. Nas antigas civilizações, de cunho predominantemente matriarcal, a atividade era praticada nos templos regidos por prostitutas-sacerdotisas, na prestação de cultos a uma deusa da criação, através de ritos sexuais. O período de adoração à deusa, como Roberts (1998) chama essa época de religiões matriarcais, pode ter se estendido por cerca de vinte e cinco mil anos da história humana. Segundo Roberts (1998, p.19), no período rotulado de pré-história “a mulher é que era considerada a criadora da força da vida. Ela era adorada

como a Grande Deusa e como tal estava no centro de toda a atividade social”. Como as mulheres tinham a participação em todos os aspectos importantes da vida, e ainda tinham a capacidade de “produzir crianças de seus próprios corpos”, elas eram vistas aos olhos dos homens, que ignoravam sua participação na reprodução, “como uma incorporação viva de uma força geradora”, a Deusa.

A Grande Deusa, conhecida inicialmente como Inanna e mais tarde como Ishtar, deteve o poder durante todo o nascimento e o berço da civilização do antigo Oriente Médio, até cerca de 3000 a.C.; e onde ela era adorada, a prostituição sagrada era um ponto focal do ritual religioso. Com a própria Ishtar identificada como uma prostituta e com as prostitutas-sacerdotisas sendo membros dos templos que ainda eram o centro do poder religioso, político e econômico na Mesopotâmia, o *status* das prostitutas era elevado (Roberts, 1998, p.23).

Segundo Roberts (1998, p.22), a prostituição sagrada “foi na verdade a tradição do ritual sexual que persistiu desde a Idade da Pedra para se tornar parte integral da adoração religiosa nas primeiras civilizações do mundo”. É importante estabelecer a diferença entre a concepção de prostituta nas sociedades matriarcais e a concepção nos dias atuais. A primeira era uma sacerdotisa envolvida em rituais sagrados, utilizando-se do ato sexual em cerimônias dedicadas à deusa; a segunda exerce a atividade de forma sistemática e contínua, em troca de pagamento.

Segundo Freitas Junior (1966), Parent-Duchatelet et al. (19-?) e Roberts (1998) com o estabelecimento das sociedades patriarcais e o surgimento da propriedade privada, a prostituição começou a perder seu caráter de atividade sagrada, tornando-se um trabalho controlado pelo Estado. Segundo Freitas Junior (1966), a instituição do casamento teve um papel importante nestas mudanças. A monogamia foi a expressão do direito de posse do homem sobre a mulher, o que lhe garantiu o direito de controlá-la rigidamente. Com o advento desta nova organização social, a descendência passou a ser determinada pelo pai e a mulher passou a ser submetida ao homem, diminuindo sua liberdade de pensamento e ação. A propriedade privada trouxe consigo algumas mudanças, como o direito à herança dos bens de um indivíduo por seus descendentes. Para garantir a legitimidade da descendência, o homem passou a controlar as mulheres através de regras morais e religiosas, e o ato sexual passou a ser visto como meio de reprodução, desvinculado do prazer. A

sexualidade feminina foi reprimida. Estes fatos mudaram a concepção de prostituição de atividade sagrada, para condenada e renegada, mesmo sendo tolerada. Segundo Freitas Junior (1966),

com o advento da monogamia, os administradores das cidades da antiguidade criaram casas de prostituição, monopólio do Estado, onde as mulheres escravas se entregavam aos homens para, satisfazendo-os, baixar o perigo da concupiscência, salvar-se a virtude de outras mulheres (FREITAS JUNIOR, 1966, p.9).

Foi na Grécia clássica que as formas da prostituição moderna começaram a se desenhar. Na Grécia antiga, considerada modelo de organização política e social para as sociedades modernas, a prostituição sagrada ainda existiu com o culto às deusas femininas, algumas delas recebendo a denominação de deusa-prostituta. Mas foi lá que se organizaram os primeiros bordéis sob o controle do Estado, uma forma de fiscalizar, taxar e regulamentar a atividade. O comércio do sexo foi legalizado por Sólon, governante de Atenas, por volta do século VI a.C, que viu na atividade uma forma de arrecadação de impostos.

Sólon, pois, vendo que os templos e os sacerdotes arrecadavam para si o fruto da prostituição, pensou que poderia angariar semelhantes benefícios para o Estado, com os mesmos meios, procurando uma saída menos perigosa aos eróticos furores dos jovens atenienses e salvaguardando ao mesmo tempo a honra das famílias (PARENT-DUCHATELET et al., 19-?, p.46).

Regulamentando a prostituição, Sólon esperava conter o adultério e o homossexualismo, que era comum entre os jovens atenienses e gregos. De acordo com Parent-Duchatelet et al.(19-?)

a prostituição era tolerada, mesmo oficialmente organizada, como na Atenas de Sólon, nas repúblicas gregas; conservavam-na assim para maior austeridade nos costumes, considerando-a um mal necessário, mas preservativo de males mais graves (PARENT-DUCHATELET et al., 19-?, p.48).

A organização da sociedade grega relegava as esposas ao confinamento. A mulher grega era totalmente submetida ao homem, sendo-lhe vedadas a instrução e a participação na vida pública e social.

Considera-se de resto que a vida da mulher de família, na Grécia, estava restringida absolutamente ao espaço limitado pelos muros da habitação. Nunca saía de casa, nem se mostrava na rua, sem ser velada e decentemente vestida; tinha uma educação limitadíssima, falava incorretamente, desconhecia as delicadezas da civilidade e nem possuía vocação alguma à filosofia (PARENT-DUCHATELET et al., 19-?, p. 74).

As prostitutas, ao contrário, podiam ser instruídas e participar dos negócios, da vida social e política das cidades-estado. Existiam três categorias principais de prostitutas na Grécia: as *hetairae*, as *auletrides* e as *deikteriades*. Além dessas categorias, compostas por mulheres gregas, existiam também as prostitutas estrangeiras (PARENT-DUCHATELET et al., 19-?; ROBERTS, 1998).

As *hetairae* eram as prostitutas de alta classe. Por seus atributos físicos e intelectuais, por se relacionarem com os administradores das cidades e outros homens importantes, foram influentes na política, nas artes, na administração e em outros aspectos da vida local. As *auletrides* eram musicistas e dançarinas, que tocavam flautas e tambores em festas e banquetes, e depois ofereciam seus serviços sexuais aos homens presentes nos eventos. As *deikteriades* eram as mulheres que trabalhavam nos bordéis do Estado. Eram escravas, embora muitas tenham conseguido sua liberdade depois de trabalharem como prostitutas (PARENT-DUCHATELET et al., 19-?; ROBERTS, 1998). Tanto as *hetairae*, quanto as *auletrides*, trabalhavam de maneira independente, seu trabalho não era regulamentado. A legislação do Estado sobre a prostituição não-regulamentada era rígida, mas a prática sempre existiu, e também gerava renda e riqueza para as cidades (ROBERTS, 1998).

Na antiga Roma, a prostituição está ligada à fundação da cidade. Segundo Parent-Duchatelet et al. (19-?), a loba, que na lenda da criação de Roma teria amamentado os gêmeos Rômulo e Remo⁹ depois que foram abandonados pela mãe, era na verdade uma prostituta. Da palavra latina *Lupus*, que significa lobo, vem o termo lupanar, que é um das denominações para o local de trabalho das prostitutas (PARENT-DUCHATELET, et. al., 19-?, p.88). Em Roma, a prostituição era

⁹ Segundo a lenda, Roma foi fundada por Rômulo, que matou seu irmão Remo por este ter zombado de regras criadas por ele. Rômulo matou o irmão para mostrar o rigor das leis da cidade que estava nascendo. Depois do assassinato Rômulo se arrependeu e sofreu pela morte do irmão.

considerada um mal, mas foi tolerada sob o pretexto de evitar outros males como o adultério, o estupro e a sedução de mulheres honestas (PARENT-DUCHATELET et al., 19-?). Segundo Freitas Junior (1966), todas as prostitutas de Roma eram cadastradas e mesmo depois de abandonarem a atividade continuavam com seus nomes neste cadastro.

Segundo Roberts (1998), nos primórdios do Império Romano o poder do homem sobre as mulheres era ilimitado. Os homens eram os donos das terras, dos imóveis e das pessoas que viviam sob seu poder: esposas, filhos, criados e escravos; e tinham o poder de decidir sobre a vida e a morte destas pessoas. Apesar desta rigidez, as mulheres romanas tinham mais liberdade que as gregas, participando da vida social da cidade. Com o crescimento do Império, a legislação romana se impôs sobre o *paterfamilias*, o poder absoluto dos homens. Para a autora, a prostituição era uma forma das mulheres se tornarem livres, evitando o casamento e a submissão aos maridos.

Falando de modo geral, a prostituição na antiga Roma era uma profissão natural, aceita, sem nenhuma vergonha associada a essas mulheres trabalhadoras. Uma ilustração desta ausência de estigma pode ser encontrada na história da legislação de casamento do imperador Augusto (...) Augusto, preocupado que a relutância da aristocracia em se casar e se reproduzir pudesse levar a classe dominante a desaparecer por carência de herdeiros, introduziu um sistema de multas, que ele aplicava às pessoas solteiras em idade casadoira (...) Mas, em alguns casos, (...) as mulheres aristocráticas rebeldes optaram por se registrar como prostitutas para não se entregar a casamentos forçados (ROBERTS, 1998, p.61).

Também em Roma, assim como na Grécia, os bordéis eram de propriedade do Estado. A existência de bordéis e prostitutas (e prostitutos, tanto em Roma, quanto na Grécia) poderia ser explicada pela vontade das pessoas de exercerem a atividade e pelos lucros que essa atividade dava aos poderosos e influentes do Império, nos bordéis administrados pelo Estado ou com a concessão deste. O contingente de trabalhadoras dos bordéis era formado por servas e escravas, e este trabalho representava uma possibilidade de se livrar da servidão.

A prostituição na Antiga Roma perdeu parte de seus vínculos com a prostituição sagrada, mas existiram templos dedicados às deusas-prostitutas. Ainda existiam

“elos tênues com a prostituição sagrada, e a noção de “pecado” não estava envolvida na instituição” (ROBERTS, 1998, p.77). Roberts (1998) finaliza da seguinte forma sua visão sobre a prostituição na Antiga Roma:

Na Antiga Roma, a sexualidade e a prostituição eram fatos aceitos da vida; abertamente demonstradas, exploradas, discutidas e homenageadas. O Estado romano não se envergonhava de tirar proveito publicamente do comércio; depois que o imperador Calígula impôs um imposto sobre as prostitutas, obteve muitos lucros (...) Os senadores e os altos dignatários do Estado lucravam diretamente da indústria do sexo, alugando propriedades para os administradores de bordéis, e não desrespeitavam nenhuma lei por fazê-lo. A prostituição em todos os níveis estava profundamente arraigada à economia romana, sem nenhuma vergonha ou estigma associado aos compradores ou aos vendedores dos serviços sexuais – desde o “divino” imperador até o mais reles escravo, ela era simplesmente mais uma atividade da sociedade (ROBERTS, 1998, p.77).

Com a perda de poder do Império Romano, a história do ocidente, ou da Europa, passou por um período de nebulosidade, onde as tradições antigas foram desmontadas, caracterizando um período de transição que culminou com o feudalismo medieval. Pouco se sabe sobre a vida dos povos da época, seus hábitos e costumes. Segundo Roberts (1998), a prostituição, que foi bastante documentada na Grécia e na Roma antigas, não possui registros neste período. A atividade aparece registrada novamente na Idade Média. Para Parent-Duchatelet et al. (19-?), os povos nórdicos, os saxões e os gauleses, principais algozes do Império Romano, não toleravam a prostituição e o adultério. Para os autores, esta pode ser uma das razões de não existirem indícios de prostituição entre esses povos. Além disso, os registros da história deste período se perderam no tempo.

Foi nessa época que o cristianismo, uma nova religião que teria influência determinante na constituição da sociedade ocidental, começou a se estabelecer. A ascensão do cristianismo e a perda de unidade e poder do Império Romano, levaram ao período da história conhecido como a Idade das Trevas. O Império Romano perdeu poder com as sucessivas invasões dos povos nórdicos, aumentando também a resistência dos povos dominados por Roma. Sua suposta unidade cultural e social desapareceu, e as tradições do Império caíram em desuso junto com seu esfacelamento. O cristianismo, religião monoteísta e patriarcal, relegou à mulher a submissão total e irrestrita ao homem, e foi muito rigorosa em

relação ao controle da sexualidade feminina. Com a queda do Império Romano e a ascensão do cristianismo no mundo ocidental,

os homens que estavam no poder começaram a aceitar tacitamente a idéia de que a prostituição era moralmente repreensível e que as próprias prostitutas eram um mal e uma ameaça de corrupção para o resto da sociedade. Estava se iniciando o prelúdio de uma nova era de ódio à mulher (ROBERTS, 1998, p.77).

Nos primeiros anos do Cristianismo, mulheres e homens ocupavam posições parecidas nas congregações, não havendo distinção hierárquica entre os sexos. Mas o pensamento cristão que prevaleceu e se consolidou no mundo ocidental foi moldado por homens que consideravam as mulheres como a essência do pecado, interpretando a “concepção sem pecado original” da Virgem Maria como uma exaltação à castidade e à renúncia aos desejos e à sexualidade. O mais influente destes profetas foi São Paulo, que considerava que as mulheres eram inferiores e deviam ser submissas aos homens¹⁰. Os profetas do Cristianismo condenavam o pecado sexual, fosse praticado pelos homens ou pelas mulheres, mas sobre estas foi colocado um jugo maior. E a divulgação das pregações de Jesus Cristo era uma atividade de homens, o que lhes possibilitava uma interpretação mais favorável a seu respeito. Para esses pregadores cristãos, a castidade era o ideal e o ato sexual só era justificado para a reprodução, o que garantia a possibilidade de redenção das mulheres. Desta forma, a prostituição é condenada, pois a finalidade do sexo é unicamente a perpetuação da espécie. São Paulo conclama os homens a fugir da prostituição¹¹ e do “pecado da carne”, e fala da importância da castidade, exultando

¹⁰ Nesta passagem bíblica, na pregação de São Paulo, podemos perceber a forma como o profeta via as mulheres: “Que do mesmo modo as mulheres se ataviem em traje honesto, com pudor e modéstia, não com tranças, ou com ouro, ou pérolas, ou vestidos preciosos, mas (como convém a mulheres que fazem profissão de servir a Deus) com boas obras. A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, e depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher sendo enganada, caiu em transgressão. Salvar-se-à, porém, dando à luz filhos, se permanecer com modéstia na fé, no amor e na santificação” (Timóteo, 2, 9-15).

¹¹ Outra passagem de São Paulo: “Não sabeis vós que os vossos corpos são membros de Cristo? Tomarei, pois, os membros de Cristo e fá-los-ei membros de uma meretriz? Não, por certo. Ou não sabeis que o que se ajunta com a meretriz, faz-se um corpo com ela? Porque serão, disse, dois numa só carne. Mas o que se ajunta com o senhor é um mesmo espírito. Fugi da prostituição. Todo pecado que o homem comete é fora do corpo; mas o que se prostitui peca contra o seu próprio corpo” (I Coríntios 6, 15-18); “Mas, por causa da prostituição, cada um tenha sua própria mulher, e cada uma tenha seu próprio marido. O marido pague à sua mulher a devida benevolência, e da mesma sorte a mulher ao marido. A mulher não tem poder sobre seu próprio corpo, mas tem-no o marido, e também da mesma maneira o marido não tem poder sobre seu

viúvas e solteiros a permanecerem assim. Se o desejo for inevitável, que se casem para evitar o risco de um pecado maior. Esses pensamentos cristãos, interpretados de maneira favorável pelos homens, influenciou fortemente a maneira como a mulher foi vista e tratada ao longo da história da humanidade. E a prostituição, como uma atividade predominante entre mulheres e homens feminizados, foi duramente atingida por essa concepção patriarcal e monoteísta.

Embora a prostituição tenha sofrido um “duro golpe” do pensamento cristão, a atividade continuou sendo vista como algo lucrativo na Idade Média, inclusive para a Igreja Católica. De acordo com Freitas Junior (1966, p.10), o conceito de prostituição, tal como a conhecemos hoje, surgiu na Idade Média. Foi nesta época que surgiram os primeiros bordéis na Europa meridional, “com mulheres recrutadas entre peregrinas do Norte, que tentavam ir à Roma, ou à Palestina, em piedosas romarias, e se arruinavam na estrada” (FREITAS JUNIOR, 1966, p.10). A Igreja Católica tolerou a prática, pois “era necessário preservar a honra e a castidade das mocinhas dos castelos e das mulheres dos barões. O cinturão de carne humana das prostitutas parecia garantia maior contra a lubricidade dos castelões que os cintos de castidade ou as pontes levadiças” (FREITAS JUNIOR, 1966, p.10).

Parent-Duchatelet et al. (19-?) ressaltam que a prostituição se desenvolvia entre os viajantes, mas também nas vilas e cidades. E que existia uma espécie de prostituição itinerante que seguia os exércitos, inclusive nas cruzadas. Para os autores, a atividade era admitida, mas mantinha um caráter secreto.

Mais ou menos sabiamente organizada, a prostituição legal vivia admitida, ou pelo menos indulgentemente tolerada, pelo poder público e pela autoridade eclesiástica e fazia parte integral do organismo social, constituindo uma classe secreta; e dizemos secreta, porque a rigidez dos costumes não consentia que a prostituição se ostentasse publicamente (PARENT-DUCHATELET et al., 19-?, p.164).

Roberts (1998) tem uma visão diferente dos autores acima, embora concorde que existia a exploração das mulheres. Segundo a autora, até meados da Idade Média as mulheres tiveram uma relativa liberdade, especialmente se compararmos com

outras épocas do domínio patriarcal. De todo modo, a vida era difícil para grande parte da população. A pobreza e a exploração eram comuns, existiam muitos servos e escravos e poucos senhores de terra. Estes eram donos das terras e das pessoas, influenciando suas vidas e destinos. Foi uma época de domínio intelectual da Igreja Católica, que se consolidou como uma instituição poderosa, dona de terras e outros negócios, inclusive bordéis. A educação e o acesso à leitura eram atividades realizadas por poucas pessoas, permitida apenas aos senhores e membros do clero, exclusivamente masculina, o que mantinha a maioria da população analfabeta e submissa.

Como na Grécia e em Roma, a prostituição na Idade Média era exercida nos bordéis, nas estalagens, nas tavernas, nas ruas ou nas próprias casas das prostitutas. Foi uma atividade de todas as classes de mulheres: ricas ou pobres, livres ou escravas, nobres ou camponesas. De acordo com Roberts (1998, p.96), nos “primeiros anos do renascimento medieval do comércio do sexo, a prostituição permaneceu uma profissão de pequena escala e, em grande parte, independente, que se adaptava às condições gerais do comércio naquela época”. Neste começo, as mulheres foram mais independentes em relação à exploração pelo Estado e pela Igreja, e muitas se tornaram donas de bordéis. A prostituição foi, para muitas mulheres pobres, um meio de sobrevivência. Existiam as prostitutas em tempo integral e as mulheres que praticavam a atividade para complementar a renda de outra profissão.

Na Idade Média houve tentativas de regulamentação da prostituição. O objetivo declarado era a proteção das mulheres que exerciam a atividade, mas a regulamentação servia também para controlá-las. Conforme Roberts (1998), a Igreja Católica desenvolveu seu projeto para a prostituição baseado no argumento do “mal necessário”, que existia para evitar que o mundo fosse tomado pelo “sexo ilícito”.

A Igreja estabeleceu sua política em relação à indústria do sexo tendo como base esta atitude maledicente, de forma que, quando o movimento de conversão estava passando pela Europa, os homens de Deus estavam complacientemente tratando de definir e regulamentar o comércio “ilícito” (ROBERTS, 1998, p.100).

Esta complacência era resultado daquilo que a autora diz ser um dos sustentáculos

da prostituição ao longo da história: os lucros que a atividade proporcionava aos poderosos e à Igreja.

Uma das questões mais desafiadoras que mantinham as penas ocupadas era aquela dos lucros obtidos com aquele comércio. Em um manual para os confessores datado do século XIII, Tomás de Chobham dedicou quatro capítulos à questão das prostitutas e dos seus direitos. Ele declarou que as mulheres não eram diferentes dos outros comerciantes e trabalhadores, pois realizavam uma forma de trabalho alugando seus corpos. Este era um comércio legítimo e, pelos padrões da justiça secular, não havia nada de errado que as prostitutas recebessem o preço justo do seu serviço (ROBERTS, 1998, p.100).

Roberts (1998) chama de “uma trindade não sagrada” a relação entre a prostituição organizada, a coroa e a Igreja. O absolutismo se firmou no começo da Idade Moderna, com a expansão marítima, mas nos meados da Idade Média, o modelo feudal já convivia com sua ascensão. Tanto o clero quanto as autoridades seculares não tinham interesse, vontade ou poder para suprimir a prostituição. Na verdade, muitos príncipes e nobres mantinham cortesãs e concubinas, e alguns deles possuíam bordéis exclusivos para o uso de seus amigos íntimos (ROBERTS, 1998, p. 108).

Roberts (1998) discorda do caráter secreto da prostituição na Idade Média. Para ela, a atividade possuía grande visibilidade naquela época. O Estado legislava sobre a prostituição, elaborando leis que garantiam o direito de exercício da atividade e ao mesmo tempo impunham determinadas regras às prostitutas e aos administradores de bordéis, saunas e outros estabelecimentos onde era praticada. Foi na Idade Média que se fizeram as primeiras tentativas de criminalizar a exploração da prostituição, sem no entanto proibi-la. A Igreja e o clero, ao mesmo tempo que condenavam a prostituição, exploravam bordéis e possuíam diversas propriedades alugadas à pessoas que exploravam o comércio do sexo. Segundo Roberts (1998), a taxação da prostituição pela Igreja e pelo Estado financiou serviços públicos, como o calçamento de ruas, a construção de igrejas, dentre outros.

O comportamento sexual dos membros do clero também era contrário à pregação da Igreja. Segundo Parent-Duchatelet et al. (19-?, p.287), “o clero, com poucas exceções, dedicava-se ao ateísmo e à libertinagem”. Este comportamento do clero

estendeu-se pela Idade Moderna.

No final da Idade Média, muitas tragédias assolaram a Europa provocando um agravamento das condições de vida da população: as guerras, a fome e a peste negra provocaram uma drástica redução da população, o que afetou a oferta de mão-de-obra, provocou o aumento de salários e disputas entre os trabalhadores e a classe dominante. Esta situação afetou também a vida das prostitutas. Segundo Roberts (1998),

nessa época, a situação das prostitutas refletia as lutas que estavam ocorrendo em toda a sociedade. Os bordéis começaram a ser associados – no que diz respeito às autoridades – a dissensão e desordem, pois era um lugar onde as pessoas da classe trabalhadora podiam se reunir e expor suas queixas (ROBERTS, 1998, p.122).

As leis sobre o comércio do sexo tornaram-se mais rígidas, para combater especialmente as “casas de prostituição ilegais”, mas também para inibir os assassinatos, roubos, perturbações, prejuízos e outros “males” que segundo os legisladores eram encorajados pela prostituição “independente”. Ao mesmo tempo eram retirados das prostitutas todos os direitos legais, como o direito de testemunhar em um tribunal, legar herança, celebrar contratos, dentre outros. O estupro de uma prostituta era legalmente desculpado por sua atividade. Segundo Roberts (1998), o rigor da legislação provocou a perda de autonomia das prostitutas independentes. Sua atuação foi limitada à algumas áreas rigidamente controladas, e a concessão da posse e administração dos bordéis do Estado foi legada a membros da alta burguesia. Segundo a autora, a prostituição resistiu pela luta e empenho das prostitutas em defenderem seus direitos frente à exploração do Estado, da Igreja e da classe dominante. Outro fator que colaborou para essa resistência foi a conivência das autoridades que lucravam com esse comércio. Assim, as prostitutas tiveram seus direitos restituídos, mas o rigor da legislação continuou dificultando o exercício da atividade.

Na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, por volta do século XV, houve uma retomada dos valores da antigüidade clássica, com a redescoberta do antigo conhecimento grego e romano. O renascimento trouxe de volta o homem para o

centro do universo, libertando-o do dogma religioso. As mulheres foram novamente confinadas em casa, como o eram na Grécia antiga. Para Roberts (1998), o renascimento dos valores clássicos, que provocou o confinamento das esposas, fez renascer a cortesã de luxo. Segundo a autora, as *cortegiane* de Veneza, Florença e Milão, assim como as *hetairae* gregas, “eram beldades instruídas, influentes e talentosas que se especializaram em se reunir para satisfazer as necessidades sexuais e sociais dos homens que haviam excluídos suas esposas da plena participação em suas vidas” (ROBERTS, 1998, p.129). As cortesãs de luxo inspiravam outras mulheres a seguir o mesmo caminho, seja na nobreza, seja entre as classes mais baixas. Segundo Parent-Duchatelet et al. (19-?), o comportamento dos nobres servia de modelo para o povo. Na corte existiam muitas mulheres que eram sustentadas por nobres, oferecendo em troca seus “favores sexuais”. Segundo os autores, as leis continuavam duras com a prostituição, mas a atividade não arrefecia: “as leis contra os lupanares e as meretrizes continuavam a vigorar, mas a prostituição reinava poderosíssima e desenfreada desde a choupana ao castelo senhorial e desde a praça pública ao paço” (PARENT-DUCHATELET et al., 19-?, p.253).

No início da Idade Moderna, a estrutura da sociedade europeia foi abalada por uma série de mudanças econômicas, sociais, políticas e religiosas. As mudanças econômicas resultaram da revolução comercial, das viagens marítimas e da expansão do domínio europeu para outras partes do mundo, desvelando o embrião de uma nova forma de organização econômica: o capitalismo. O domínio de boa parte do mundo pelos europeus possibilitou o trânsito de produtos e pessoas para lugares ainda pouco conhecidos por eles. Muitos dos perseguidos pelo Estado, pela sociedade, e pela Inquisição, entre os quais estavam as prostitutas, fugiram para o “Novo Mundo”. De acordo com Freitas Junior (1966) muitas destas mulheres, as prostitutas que fugiam da perseguição, podem ter se estabelecido nas novas terras descobertas pelos europeus, já que estes lugares foram povoados por degredados da Europa, pessoas que fugiam da perseguição da inquisição no velho continente, como era o caso das prostitutas.

As mudanças sociais aconteceram com o deslocamento de uma sociedade rural, cujo poder era centrado nos senhores feudais e na propriedade rural, para uma

sociedade urbana. Emergiu uma nova classe de pessoas, a burguesia, que começava a impor suas idéias ao mundo. Junto com este deslocamento do campo para cidade houve o fortalecimento do poder absoluto dos reis e da nobreza. Esta foi a principal mudança política: o fortalecimento da monarquia e a centralização do poder do Estado nas mãos de um rei.

A reforma protestante provocou a retomada do pensamento cristão dos primeiros tempos. A mulher foi novamente colocada como a essência do pecado e a sexualidade feminina como algo nocivo, que devia ser contido. A reforma foi justificada como uma revolta contra a corrupção da Igreja Católica que detinha o poder de leitura dos textos bíblicos. Os reformadores acusavam a Igreja Católica de distorcer o conteúdo da Bíblia para justificar os atos do clero. Neste conjunto de mudanças, os maiores penalizados foram as pessoas das classes trabalhadoras, incluídas as prostitutas. Conforme Roberts (1998)

a vida de uma *cortegiana* não era inteiramente desprovida dos seus perigos – mas seu destino era certamente melhor que aquele de sua companheira de classe baixa, a *puttana* das ruas. Para esta última a vida era totalmente circunscrita aos regulamentos e proibições: a habitual confusão de direitos e (principalmente) restrições. Embora ela tivesse alguns direitos (...) a prostituta de classe baixa era proibida de freqüentar estalagens, tavernas ou igrejas; também não tinham permissão para vender sexo aos turcos, mouros e judeus. Quaisquer transgressões podiam ser punidas com o açoite e o pelourinho (ROBERTS, 1998, p.135).

De acordo com Roberts (1998), as classes dominantes reagiram ao aumento de poder das classes trabalhadoras, que se fortaleceram com a crise do sistema feudal. Neste movimento, os camponeses tiveram suas terras usurpadas, os salários foram forçados para baixo, houve o aumento de desempregados e, o que atingiu mais profundamente a prostituição, as mulheres foram “excluídas das profissões e dos negócios dos quais haviam participado em igualdade com os homens durante a Idade Média” (ROBERTS, 1998, p.138).

Se a prostituição foi tolerada pela Igreja Católica na Idade Média, para os protestantes a atividade era degradante. De acordo com Roberts (1998, p.141), “no cerne da nova imagem protestante do homem e da sociedade estava uma nova

moralidade sexual – uma moralidade ao mesmo tempo mais pragmática e mais repressiva que aquela da igreja inicial”. Para os reformadores, como João Calvino e Martinho Lutero, o sexo era “sujo” e o prazer sexual nocivo. Pregavam a castidade fora do casamento, e santificavam o sexo para a procriação, dentro dos limites do matrimônio. Eram contra a noção de que a prostituição era necessária para satisfazer os desejos e impulsos sexuais dos homens, especialmente os mais jovens. Estes homens eram contrários a qualquer tipo de relação extraconjugal: adultério, relações entre solteiros, prostituição. Segundo Roberts (1998), pelo fato da reforma ter sido um movimento liderado pelos homens, a sexualidade feminina foi colocada como ameaçadora, e por isso nociva. Deste modo, a prostituição foi colocada como uma prática que deveria ser extinta, pois para os protestantes, toda forma de “libertinagem” eram detestadas por Deus. A reforma católica, ou contra-reforma, também se posicionou contra a prostituição e outras práticas consideradas imorais, defendendo as mesmas técnicas opressivas dos protestantes: multas, açoites, prisões, banimentos e, em alguns casos, a pena de morte.

Segundo Roberts (1998), o século XVI foi um período de forte repressão à sexualidade, e conseqüentemente, à prostituição. De acordo com a autora, muitos historiadores consideram o aparecimento da sífilis na Europa como a principal causa dessa onda de repressão. Segundo Parent-Duchatelet et al. (19-?),

muitos historiadores pretendem que a supressão dos bordéis tenha sido ordenada em vista da imperiosa necessidade de atender à higiene pública, porque o mal venéreo que se difundira de um modo espantoso em conseqüência da corrupção popular, tornara cada lupanar num terrível foco de infecção (PARENT-DUCHATELET et al., 19-?, p.200)

Para a Roberts (1998), a justificativa da repressão em função da sífilis é infundada, pois a transmissão sexual da doença ainda não era totalmente compreendida na época. Além disso, a doença ainda estava em seu início, não havia ainda uma epidemia. Roberts (1998) diz que a suposição de que a sífilis provocou a onda de repressão obscurece suas raízes sociais, políticas e religiosas. Para Parent-Duchatelet et al. (19-?), a repressão foi conseqüência da reforma de costumes provocada pela reforma religiosa.

Segundo Roberts (1998), a repressão permanente do comércio do sexo não surtia efeito, pois o número de prostitutas e a intensidade do comércio aumentaram nos séculos XVI e XVII. O crescimento das cidades, com a chegada de pessoas advindas do campo, proporcionou um ambiente rico para o florescimento da prostituição. Os nobres e as classes trabalhadoras tinham um comportamento social e sexual totalmente liberal, diferente do comportamento difundido pela burguesia em seu discurso. Vejamos o que diz Roberts (1998) a respeito da prostituição em Londres, no final do século XVI:

As ruas da Londres elizabethana estavam cheias de prostitutas, especialmente na Southwark, em torno da área onde ficavam os bordéis, os jardins e os teatros recém-abertos (incluindo o Globe de Shakespeare). As prostitutas só eram excedidas em número por sua clientela, que constantemente vadiava pela área em busca de prazer. Pois agora havia uma quantidade considerável de ricos cavalheiros do campo que tinham vindo para a cidade no início da centralização do poder e da criação das burocracias governamentais; quando não estavam perambulando pela Corte, o jogo e a prostituição eram os principais interesses destes dignos cidadãos (ROBERTS, 1998, p.153).

Segundo a autora, o aumento do comércio do sexo fazia surgir também novas especializações. Muitas prostitutas tornaram-se “namoradas de padres ou concubinas de nobres e burgueses, enquanto outras gravitavam pelos teatros e tavernas” (ROBERTS, 1998, p.153).

Mesmo com a rígida repressão desencadeada pela reforma, a prostituição subsistiu especialmente pelo caráter financeiro: a atividade era altamente lucrativa e explorada por nobres e burgueses. Segundo Roberts (1998), na França surgiu o sistema das *maisons de tolérance*¹², que eram casas onde as mulheres eram confinadas e mantidas sob estreita vigilância pelo Estado. As prostitutas neste período iam deste as amantes dos nobres até as mulheres pobres endividadas e exploradas por rufiões. E os bordéis oscilavam dos mais luxuosos, que atendiam os ricos, até àqueles voltados para as classes baixas. As prostitutas dos bordéis de luxo atendiam poucos homens por noite, às vezes apenas um, enquanto nos bordéis mais simples a quantidade de clientes para cada mulher era extremamente alta,

¹² Este termo foi traduzido para o português como "casas de tolerância" e virou um dos sinônimos de bordel.

algumas vezes passando dos cinqüenta (ROBERTS, 1998, p.155-157).

Segundo Roberts (1998), havia nesta época uma forte ligação entre o teatro e a prostituição, e muitas prostitutas que se tornaram amantes de nobres e reis, começaram trabalhando como atrizes. A autora as chama de atrizes-prostitutas e era comum, nos séculos XVII e XVIII, essa associação dos atores com a prostituição. O teatro proporcionava também uma ambiente de trabalho para as prostitutas, como escreve Roberts (1998) sobre esse tipo de atividade na Inglaterra:

as prostitutas da cidade começaram a se bandear para o teatro, onde havia ricos furtos a serem cometidos entre os cortesãos, cavalheiros e burgueses da platéia. Dois tipos especiais de prostitutas de teatro espalharam-se imediatamente. Em primeiro lugar, havia as *orange-girls*, que desfilavam pelo auditório vendendo frutas, programas e elas próprias, ou atuando como intermediárias nas intrigas das colegas prostitutas e seus clientes (...) O segundo tipo de prostituta de teatro era a própria profissional; a prostituta que se especializava em trabalhar dentro do próprio auditório (ROBERTS, 1998, p.176).

O segundo tipo de prostituta, as que trabalhavam dentro do teatro exclusivamente com a prostituição, podiam ser divididas em três tipos:

as mulheres mais caras perambulavam pela platéia e pelos camarotes, onde ficavam os cortesãos e os nobres elegantes. A camada do meio, um território burguês, era freqüentada por mulheres cujos preços eram mais moderados; também parece ter sido regularmente invadido por proxenetas e rufiões bêbados. Finalmente, a galeria superior era o território do povo comum e de suas meretrizes baratas, ou prostitutas de rua (ROBERTS, 1998, p. 177).

Podemos perceber no decorrer da história, que a prostituição foi ganhando novas características, se modificando, mas sempre existiu como uma atividade requisitada por todas as classes sociais. Segundo Roberts (1998), existiu ao longo da história, vários tipos de prostíbulos, em todos os níveis da sociedade, mas o gosto da aristocracia do século XVIII pela experiência sexual fez surgir bordéis que poderiam satisfazer a todos os gostos dos especialistas: além dos serviços habituais oferecia outros, como voyeurismo, pornografia, sadomasoquismo, dominação, flagelação, masturbação, defloração, etc. Existiam bordéis específicos para uma determinada clientela, os homens do clero por exemplo, outros onde só trabalhavam mulheres negras, outros especializados em virgens. De acordo com Roberts (1998), os

serviços dos bordéis eram divulgados por seus donos, através de cartões distribuídos em diversos pontos das cidades, exaltando as virtudes das mulheres da casa. As prostitutas de rua também utilizavam os cartões como instrumentos de propaganda.

Neste período a prostituição de luxo floresceu, mas a atividade também arregimentava muitas mulheres das classes baixas, algumas por escolha, outras obrigadas por diversos fatores: a miséria, a fome, a exploração. A carga do Estado e das igrejas contra a prostituição também continuou. A legislação era rigorosa, mas os comerciantes do sexo e as prostitutas encontravam formas de burlar esse rigor. De acordo com Roberts (1998), a situação era mais difícil para as mulheres pobres, que se aventuravam na prostituição, e que tinham que trabalhar nas ruas. Os bordéis de luxo eram freqüentados por homens poderosos e influentes, o que era uma garantia para seus administradores, que sempre podiam recorrer a essas pessoas. As prostitutas de rua, ao contrário, estavam expostas ao rigor da lei e a outras formas de exploração, sem ter a quem recorrer se fossem perseguidas.

Segundo Roberts (1998), o pensamento burguês se consolidou no século XIX em várias esferas da sociedade: econômica, política e ideológica. A revolução industrial inglesa e a revolução francesa foram marcos importantes das mudanças na sociedade européia. A revolução industrial fez emergir uma nova ordem econômica e social, provocando o fortalecimento da burguesia e deslocamento de um grande contingente de pessoas do campo para as cidades. A revolução francesa foi responsável por uma nova ordem política, ao questionar o poder da monarquia e adotar os ideais de igualdade entre as pessoas. Para Roberts (1998), estas mudanças afetaram pouco a vida das prostitutas, que continuaram sendo mal vistas pela sociedade e controladas pelo poder público. A emergência da nova ordem econômica, social e política não diminuiu a exploração e a miséria das classes mais baixas. Segundo Roberts (1998), houve mudanças apenas para a burguesia, que aumentou seu campo de influência, e para a nobreza, que perdeu prestígio. A burguesia difundiu sua ideologia para todas as classes sociais, e as classes baixas, que tinham um comportamento mais liberal em relação à sexualidade, assimilaram essas idéias, adotando o modo de pensamento burguês em suas concepções de moral.

A prostituição sofreu forte repressão no século XIX. Segundo Roberts (1998) e Parent-Duchatelet et al. (19-?), uma atitude comum, desde o fim do século XVIII, foi a criação de casas onde as prostitutas podiam se internar para se livrar do “vício” da prostituição. Essas casas eram controladas por padres e freiras e lá as prostitutas poderiam redimir “seus pecados”.

Apesar de ser condenada e perseguida, a prostituição não foi uma atividade à beira da extinção. No século XIX floresceu ainda mais, por causa do caráter comercial que a atividade sempre possuiu. A restrição aos bordéis fez surgir outros tipos de casas prostituição e outras formas de divulgar a atividade. Muitos estabelecimentos comerciais como cafés, hospedarias e restaurantes possuíam dependências que eram utilizadas para a prostituição (Roberts, 1998). Estes estabelecimentos possuíam catálogos que descreviam minuciosamente os atributos físicos das prostitutas que atendiam no lugar. Os catálogos eram espalhados nos clubes e escritórios dos homens ricos, e os encontros eram arranjados nos próprios estabelecimentos. Um sistema parecido com os “books” dos hotéis cinco estrelas atuais.

O triunfo das idéias burguesas provocou mudanças nos costumes de toda a população. Os burgueses estavam próximos das classes mais baixas, eram os padrões destes, e sua ideologia foi disseminada e assimilada pelas camadas pobres da sociedade. A rigidez dos costumes pode ser exemplificada, na França, pela criação da *police des mœurs*, uma polícia dos costumes, que tinha o objetivo de fiscalizar o comportamento das pessoas, especialmente na esfera sexual (Roberts, 1998).

Segundo Roberts (1998), no século XIX foram comuns as ações abolicionistas, que tinham como objetivo libertar as mulheres da prostituição. Estes movimentos eram liderados por feministas burguesas, que viam as prostitutas como vítimas. Outro movimento que teve força nesta época foi o que pregava a “pureza social”, que estabelecia o castidade como ideal para ambos os sexos. Estes movimentos tinham como objetivo erradicar a prostituição do meio social.

De acordo com Roberts (1998), a burguesia dividia as mulheres em honestas ou prostitutas. Se uma mulher não seguisse o que determinava o "código de conduta" burguês era taxada como prostituta, ainda que exibisse apenas um comportamento liberal em relação à sexualidade. Segundo Roberts (1998), os escritores burgueses que escreveram sobre a prostituição, costumavam não reconhecer a causa real da entrada das mulheres na atividade; culpavam as próprias mulheres por esse destino, dizendo que elas traziam no sangue o gene da prostituição.

A repressão à prostituição continuou no começo do século XX. Casas de prostituição foram fechadas, prostitutas foram presas e o comércio fortemente reprimido. Segundo Roberts (1998), nas cinco primeiras décadas do século, os problemas e questões sobre a prostituição foram como uma repetição dos séculos anteriores. As tentativas de controlar a atividade e dificultar o trabalho das prostitutas se repetiram neste período. A exploração da prostituição continuou a ser uma atividade rentável. Organizações criminosas, que ficaram famosas no começo do século XX nos Estados Unidos, estenderam seus "tentáculos" para a exploração da atividade. Segundo Roberts (1998), a gangue de Al Capone possuía uma rede hotéis que funcionavam como casas de prostituição. Um deles era chamado de *Speedway Inn Hotel* (Hotel de Alta Rotatividade) e funcionava da seguinte forma: o cliente pagava o programa no primeiro andar e recebia um sabonete, uma toalha e um charuto. Subia então ao segundo andar, depois de passar por uma roleta, e era designado a uma das prostitutas, cada uma das quais tinha um pequeno quarto. Depois do programa, saía por uma segunda escada para não congestionar a entrada.

Segundo Roberts (1998), a prostituição continuou a ser reprimida na segunda metade do século XX, mas o fortalecimento dos movimentos sociais organizados, a partir da década de 1960, proporcionou mais visibilidade para a condição das prostitutas.

O radicalismo da década de 1960 criou toda uma geração de lutas em novo estilo baseadas no ativismo organizado das minorias na sociedade ocidental. Os movimentos pelos Direitos Civis dos negros nos Estados Unidos e na África do Sul, e dos católicos na Irlanda do Norte; as rebeliões de estudantes, as passeatas de orgulho *gay* e lésbico; todos eles estimularam a consciência de que as pessoas podiam mudar suas próprias vidas, em seus próprios termos, fora

das velhas e esgotadas instituições políticas; e todos estes movimentos contribuíram para o clima de confiança popular que encorajou o crescimento dos próprios grupos de defesa das prostitutas. Mas, sem dúvida, o mais influente e visível destes movimentos – o mais importante catalisador da luta das prostitutas – foi o renascimento, no final da década de 1960, do movimento feminista ocidental (ROBERTS, 1998, p.398).

As feministas não eram favoráveis à prostituição e consideravam a atividade como escravidão sexual, como um trabalho degradante. Mesmo com esse antagonismo, com essa propensão das feministas para condenar a prostituição, o movimento serviu de inspiração para as prostitutas se organizarem. Um caso ocorrido na França na década de 1970 se tornou emblemático para o movimento de organização da prostituição: a invasão de igrejas pelas prostitutas, como uma forma de protestar contra a violência policial e a perseguição imposta pela legislação. O protesto terminou em violência, com a polícia invadindo as igrejas e espancando as mulheres, mas chamou a atenção para a luta das prostitutas. Deste movimento surgiu a Associação das Prostitutas Francesas, e a invasão de igrejas foi utilizada em outros países (ROBERTS, 1998, p.104-106).

A organização da prostituição se consolidou nas décadas de 1980 e 1990. As prostitutas continuam a enfrentar problemas para realizar seu trabalho mas possuem agora instrumentos para reivindicar seus direitos. Ainda hoje, no século XXI, a prostituição é vista como uma atividade vulgar, e a prostituta é considerada mulher de má vida, ou de vida fácil. Mas as mudanças que vieram com a organização deste grupo, fundando associações e sindicatos, e com a participação de outros setores da sociedade no combate ao preconceito ao qual o grupo está exposto, permitem vislumbrar dias mais calmos para as prostitutas.

3.2.1. Prostituição no Brasil

Segundo Freitas Junior (1966), não é possível estabelecer quando aconteceu o início desta atividade no Brasil. Nos primeiros anos de sua chegada ao novo continente, os europeus entraram em contato com povos nativos, que tinham hábitos

e idéias a respeito da sexualidade menos rígidas que as vigentes na Europa cristã. Sem a preocupação de preservar a honra das mulheres e sem a rigidez de uma moral estabelecida, mesmo com a presença da Igreja, o encontro entre os europeus e as indígenas pode ter acontecido sem a interferência dos tabus impostos pela moral religiosa do século XVI. As relações sexuais entre os homens europeus e as mulheres indígenas podem ter sido consentidas, ou forçadas, mas não se pode afirmar que existia ali uma atividade de venda de favores ou fantasias sexuais. O mesmo aconteceu com a chegada das escravas africanas. O ato sexual acontecia pelo fato de existir um dono, um senhor, e os homens que gravitavam em sua volta aproveitavam-se da condição das escravas para obter favores sexuais. Conforme Freitas Junior (1966), “o patriarca e seus filhos e seus sobrinhos, todos os machos da casa-grande tinham seu pasto nas senzalas”. Segundo o autor, na fase rural da economia brasileira parecia não haver lugar para a prostituição. Mais tarde, com o deslocamento do campo para a cidade e a substituição da casa-grande pelos sobrados, as escravas foram as primeiras a engrossar as fileiras da prostituição, mas a exploração deste comércio acontecia pelas mãos dos senhores e senhoras de escravos. A prostituta não recebia pelo trabalho, todo o pagamento ia para os senhores.

A chegada de imigrantes europeus no Brasil depois do fim da escravidão, no final do século XIX, trouxe muitas mulheres que atuavam como prostituta na Europa. Vinham trabalhadores para a lavoura e a indústria recém-instalada, e no meio destes homens e mulheres, muitas prostitutas e cafetões aportavam no novo mundo (SCHETINNI, 2006).

Segundo Schetinni (2006), no final do século XIX e começo do XX existia um tipo de prostituição que se concentrava nas regiões centrais das grandes cidades, conhecida como prostituição de janela. No Rio de Janeiro, o comércio do sexo se estendia pelas ruas do centro da cidade. As prostitutas alugavam quartos ou casas inteiras, ocupavam as pensões e hotéis, e abordavam os clientes pelas janelas das casas. O contato com o cliente era feito na rua ou na porta de casa. A concentração da prostituição nas ruas centrais das cidades gerou um movimento das autoridades policiais e sanitárias, com o objetivo de coibir a atividade. Muitas prostitutas foram expulsas das ruas e/ou alojadas em áreas conhecidas como “zona moral”. A

intervenção da polícia tinha como objetivo atender ao interesse da especulação imobiliária que tomava conta de grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. O confinamento da prostituição em “zonas morais” fez surgir lugares que ficaram marcados pelo exercício da atividade, como a Vila Mimosa no Rio de Janeiro e a Rua dos Guaicurus em Belo Horizonte.

A prostituição no Brasil, no começo do século XX, era admitida e tolerada, usando o mesmo argumento recorrente na história da prostituição: o argumento do mal necessário.

No Brasil do final do século XIX e início do XX, a prostituição e a exploração das prostitutas eram fortemente condenadas, mas, contraditoriamente, havia certa tolerância em relação à frequência dos homens nos cabarés, pois a sexualidade masculina (ao contrário da feminina) era vista como uma necessidade que precisava ser satisfeita. E, portanto um mal necessário (ANDRADE e TEIXEIRA, 2004, p.139).

Segundo Freitas Junior (1966), a prostituição no Brasil passou por diversos estágios ao longo do século XX. Podemos dizer que ela foi dos cabarés de luxo e outros estabelecimentos reunidos em ‘regiões morais’, onde as prostitutas eram confinadas para facilitar seu controle, aos classificados de jornais e sites de anúncios na Internet. Durante este período, a prostituição expandiu pelas diversas regiões das grandes cidades, mas manteve seu vínculo com as antigas zonas. Nos cabarés e nas ruas, as prostitutas sempre tiveram que enfrentar muitas ameaças e lutar contra o estigma e o preconceito. Lagenest (1960) escreve sobre a prostituição nas décadas de 1940 e 1950. Para este autor, a prostituição é uma atividade condenável, por isso sua forma de ver as prostitutas não é condescendente. Lagenest (1960) via entre as causas da prostituição, a pobreza e a miséria, mas creditava parte da existência da atividade à luxúria humana. O autor divide a prostituição em dois tipos: o alto e o baixo meretrício. Na primeira categoria estão os bordéis de luxo, as casas que atendiam a clientela rica. Na outra, estão as zonas boêmias que atendiam as pessoas das classes mais baixas.

A década de 1980 viu nascer no Brasil os primeiros movimentos para a organização política das prostitutas. É nesta época que estão os primeiros embriões das

associações e sindicatos de prostitutas que existem atualmente (BARRETO et al., 2006; LEITE, 2006a, 2006b; RODRIGUES, 2006).

3.2.1.1. Prostituição em Belo Horizonte

Belo Horizonte foi inaugurada em 1897 e junto com a cidade nasceram os cabarés da zona boêmia. Andrade e Teixeira (2004) dividem a existência da prostituição na cidade em três períodos históricos: 1) da inauguração até o fim da década de 1920, quando a atividade estava confinada nos cabarés da ‘região moral’ da cidade; 2) da década de 1930 ao final da década de 1960, quando houve o deslocamento da centralidade da prostituição para os bairros Bonfim e Lagoinha; e 3) dos anos de 1970 até os dias atuais, quando a prostituição se expandiu por diversas regiões da cidade.

No primeiro período, de 1897 a 1930, predominou a prostituição feminina, cuja prática acontecia nos cabarés localizados na parte baixa da cidade, nas proximidades do Rio Arrudas, tornando-se comum a frase “descer à zona”. Os cabarés eram freqüentados por intelectuais, artistas, jovens ricos, coronéis, políticos e estudantes.

A prostituição era justificada pelo discurso social: existia devido às desigualdades sociais, mas também a certo descontrole mental produzido nos ambientes das grandes cidades. A explicação para a existência e necessidade da prostituição baseava suas causas em problemas como o desemprego, miséria e perda de valores produzidos pela vida nas grandes cidades com seu anonimato e heterogeneidade (ANDRADE e TEIXEIRA, 2004, p.139). A atividade era considerada fato natural, para dar vazão aos instintos sexuais, e social, pois era produzida pela aglomeração humana. A prostituição era vista como um mal necessário e “não era considerada crime, mas um comportamento que precisava ser objeto de controle e regulamentação pelas autoridades policiais e médicas, com o fim de evitar sua disseminação e exposição às “famílias de bem”” (ANDRADE e

TEIXEIRA, 2004, p.140).

Para facilitar o controle pelas autoridades policiais e sanitárias, as prostitutas foram confinadas nos cabarés na região da zona boêmia. A origem do nome está na denominação que era dada às regiões de prostituição e boemia. Como a região em torno da Rua dos Guaicurus era o ponto de encontro da boemia em Belo Horizonte, passou a ser denominada zona boêmia. Até hoje a região recebe esta denominação, embora o local não seja mais freqüentado por boêmios e a prostituição tenha mudado de características.

O confinamento das prostitutas em uma região determinada garantia o controle sanitário e policial, mas para reforçar a vigilância elas eram fichadas na polícia. Nos cabarés eram controladas por uma cafetina ou cafetão, que também mediavam os conflitos entre prostitutas e clientes, prostitutas e polícia, e entre elas mesmas, além de lhes dar proteção.

Os cabarés possuíam características diversas: os mais sofisticados ofereciam shows, serviços de bar, pista de dança e quartos para os programas, mas a prostituição ficava subentendida. Nos mais simples e baratos havia apenas a prostituição; os clientes escolhiam a mulher (ou elas os escolhiam), combinavam o programa e subiam para os quartos.

Conforme Andrade e Teixeira (2004, p.144), o cabaré teve papel importante na sociedade da época: “socialmente o papel desempenhado pelo cabaré nesse final e começo de século foi o de dar vazão a sentimentos e emoções que a vida cotidiana, ainda muito tradicional e conservadora, não permitia”.

No segundo período, de 1930 a 1970, houve o deslocamento da centralidade da prostituição para os bairros Bonfim e Lagoinha. A atividade continuou a acontecer nos cabarés, mas houve os primeiros movimentos da prostituição de rua. A prostituta tinha o primeiro contato com os clientes na rua e o programa era realizado em hotéis da região. Existiam também os clubes de encontro, com pista de dança e bar, mas sem quartos para os programas. Da mesma forma que na prostituição de rua, os programas aconteciam em hotéis. Neste período surgiram os primeiros

indícios da prostituição masculina. Surgiu também o chamado “homossexual valente” personificado na figura da travesti Cintura Fina. A prostituição não deixou de existir na região da Rua dos Guaicurus, mas sua centralidade se deslocou para essa nova região.

No terceiro período, de 1970 aos dias atuais, a prostituição se expandiu para novas regiões, intensificando também a prostituição masculina, nas figuras do michê e das travestis. Com essa reorganização espacial, a atividade deixou de ser confinada a uma região moral e suas características, os locais de exercício e o relacionamento entre prostitutas e clientes mudaram. Especialmente na região central da cidade, os cabarés desapareceram, dando lugar aos “hotéis de batalha”¹³. Estes hotéis são estabelecimentos cujos quartos são alugados por prostitutas para a prestação do serviço sexual. A relação entre as prostitutas e os gerentes destes hotéis é diferente daquela que elas mantinham com as cafetinas; o gerente não exerce controle sobre elas, mas em contrapartida não atua como mediador de conflitos. As relações entre clientes e prostitutas também se tornaram mais impessoais, especialmente pela supressão dos espaços de socialização, como a pista de dança e o bar, e pela curta duração do programa (ANDRADE e TEIXEIRA, 2004).

Neste período houve a intensificação da prostituição de rua, por causa da expansão da prostituição para outras regiões da cidade. A prostituição ocupa, além das áreas tradicionais, locais como o Anel Rodoviário, a Praça da CEMIG em Contagem, Vila Oeste e avenidas centrais da cidade.

A prostituição de luxo ocupou as regiões mais nobres da cidade: Savassi, Mangabeiras, Cruzeiro, Funcionários, Pampulha, alto da Avenida Afonso Pena. Este tipo de prostituição concentra-se especialmente em boates, onde há música,

¹³ Batalha é a maneira como as profissionais referem-se ao seu trabalho. O termo denota um sentido de luta, remetendo às dificuldades que essas mulheres enfrentam no seu dia-a-dia, e contrapõem-se à “vida fácil”. Os hotéis de batalha que parecem ser uma particularidade de Belo Horizonte, são locais utilizados exclusivamente para os fins de prostituição. É uma forma de driblar a legislação penal que proíbe a existência de casas de prostituição. Nos hotéis não há qualquer vínculo entre as profissionais e os proprietários ou gerentes. Uma outra denominação para estes estabelecimentos é “hotel de alta rotatividade”, por causa do grande fluxo de pessoas que passam por eles diariamente. Esta denominação é derivada do nome de um hotel que existiu em Chicago, nos Estados Unidos, no começo do século XX, chamado Speedway Inn Hotel, de propriedade da gangue de Al Capone.

bebidas e comidas, mas as mulheres fazem shows e circulam pelas mesas dos clientes. Os encontros são marcados nas boates, mas acontecem em outros locais. As mulheres não possuem contratos, o que livra os proprietários das boates da acusação de explorar a prostituição. Ao sair com a mulher, o cliente paga uma taxa a título de “couvert artístico” (ANDRADE e TEIXEIRA, 2004, p.150).

Neste período intensificou-se também a prostituição masculina representada pelos michês e travestis. As travestis são feminizadas na aparência, nas roupas, nos gestos e fazem programas especialmente com homens ditos heterossexuais. Os michês, ao contrário, sustentam sua virilidade na aparência e gestos, embora façam programas com homens e mulheres.

As travestis prostitutas atuam nas mesmas regiões que as mulheres prostitutas, mas não existem hotéis de batalha para elas, e o contato com o cliente é feito em locais públicos, como ruas, praças e parques. Os programas podem acontecer em hotéis, motéis, automóveis e até mesmo na rua, em locais ermos. Os michês atuam especialmente na região do hipercentro da cidade, em saunas e boates GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), e também em espaços públicos.

Atualmente as profissionais do sexo utilizam diversas ferramentas para a divulgação de seu trabalho. Os principais são os anúncios nos classificados de jornais e nos sites especializados da Web. Desta forma, o contato entre profissionais e clientes é mais sigiloso, e o encontro acontece somente no momento do programa, em hotéis, motéis, apartamentos dos profissionais e até na casa do cliente.

Apesar da expansão da prostituição para outras áreas além da zona boêmia, ali ainda existem diversos hotéis de batalha, concentrando uma clientela de baixa renda, especialmente na Rua dos Guaicurus. E apesar de existirem novos espaços de divulgação da prostituição, as profissionais do sexo continuam expostas aos riscos da violência, do preconceito, da estigmatização e das doenças decorrentes das práticas de trabalho, incluindo as DST.

3.3. Questões e problemas característicos da prostituição

As profissionais do sexo, no seu dia-a-dia, defrontam-se com situações cujas soluções passam pelo universo informacional. São situações inerentes à prática da prostituição e que se referem à legalidade da profissão, seus riscos e seus processos de execução. Na proposta de pesquisa estabelecemos a investigação das práticas informacionais das profissionais do sexo em quatro eixos principais: 1) trabalho, que envolve as informações referentes aos direitos trabalhistas, organização de classe e legalização da atividade; 2) legislação penal, que engloba a relação das profissionais do sexo com as atividades criminalizadas que são interligadas à prostituição; 3) saúde, que envolve a prevenção de doenças e os cuidados com a saúde; e 4) cotidiano, que envolve as práticas do dia-a-dia: a negociação do programa, as questões de segurança, os locais de trabalho, o relacionamento interpessoal com clientes, colegas e vizinhança. O reconhecimento dos equipamentos culturais, as necessidades relativas ao lazer, à educação e preparação para o futuro também estão incluídos neste eixo. Os quatro eixos não têm fronteiras estanques, e suas questões estão interligadas. Com o andamento do processo de pesquisa e a coleta de relatos percebemos que os eixos acima mencionados não têm o mesmo peso, e que as questões de saúde e do cotidiano ocupam uma posição central no estudo das práticas informacionais das profissionais do sexo. Assim, mantemos os quatro eixos como guias para descrever e analisar estas práticas informacionais, mas nos estendemos à outras questões que surgiram durante o processo de pesquisa.

3.3.1. Questões trabalhistas: a regulamentação e o reconhecimento da atividade como profissão

A prostituição costuma ser considerada em nossa sociedade, mesmo com todos os avanços e conquistas sociais deste grupo, um assunto “tabu”. A concepção sobre a atividade é carregada de diversos preconceitos, contribuindo para sua

marginalização. É comum as profissionais do sexo ocultarem seu trabalho do grupo familiar e dos amigos por medo do estigma e do preconceito. Muitas profissionais não escondem seu trabalho no círculo familiar, embora o façam para o resto da sociedade. Mais uma vez é importante notar que não há consenso, entre as profissionais, sobre esta questão. A decisão entre assumir o trabalho perante a sociedade e a família é uma escolha que envolve muitos fatores: o desejo de não magoar, o medo de não ser aceita e ficar marcada, a vergonha, o desejo de invisibilidade. Estes medos têm influência na visão das profissionais sobre a legalização da prostituição.

Como a prostituição não é reconhecida legalmente como uma profissão, as profissionais do sexo não têm acesso aos direitos garantidos aos trabalhadores formais, como férias, salário fixo, décimo-terceiro, seguro desemprego, assistência saúde, etc. Nos hotéis de batalha da região da Rua dos Guaicurus, o ritmo de trabalho das profissionais é intenso: trabalham mais de doze horas por dia, sem intervalo para o almoço ou descanso. Uma cena comum é encontrar as mulheres almoçando no próprio quarto. As profissionais que não moram em Belo Horizonte trabalham todos os dias da semana, além de terem a carga horária de trabalho mais extensa. A preocupação inicial das mulheres é com a diária do hotel, pois elas já começam o dia devendo, e o hotel é rigoroso com esse pagamento. Por outro lado, são as próprias profissionais que determinam sua jornada de trabalho e escolhem os períodos de descanso.

Existe no Brasil um movimento pela legalização da prostituição (Rodrigues, 2006). Antes da década de 1960 a atividade era regulamentada no país, mas o objetivo era controlá-la, pois não havia a preocupação com os direitos das profissionais. As mulheres eram fichadas, obrigadas a fazer exames e a se apresentar regularmente a um médico. Recebiam uma carteira que mostrava que seus exames estavam atualizados e podiam ser presas se não seguissem essas regras (LEITE, 2006a). Atualmente, ao se falar em legalização, fala-se na equiparação da atividade com qualquer outra do mercado de trabalho formal, colocando à disposição das mulheres os direitos e deveres garantidos e impostos a todos os outros trabalhadores e empregadores (BARROS, 2005).

O medo do estigma, do preconceito, da rejeição por parte da família e da sociedade, aliados ao não reconhecimento legal da prostituição como uma profissão, levam as profissionais do sexo a se assumirem legalmente com outros papéis. Uma profissional que desejar contribuir para a previdência, por exemplo, terá que se identificar com uma outra atividade ou pagar a contribuição como autônoma.

Os movimentos organizados de profissionais do sexo, que lutam pelo reconhecimento da prostituição como profissão, acreditam que isso forneceria às mulheres instrumentos de proteção frente às situações de risco que a atividade oferece. Por outro lado, a legalização também é contestada pelas profissionais, pois significaria uma exposição de suas atividades e poderia se tornar uma marca em suas vidas. A possibilidade de reconhecimento da prostituição como uma profissão legalizada, com o registro dessa atividade em carteira é descartada por muitas mulheres que não querem ser 'marcadas' para o resto da vida como prostitutas (LEITE, 2006b). As profissionais reconhecem a importância da legalização da prostituição, mas temem, além do estigma e do preconceito, a perda de liberdade. Para as mulheres que trabalham nos hotéis, o vínculo empregatício significaria prejuízo, pois acreditam que como assalariadas não teriam os mesmos rendimentos que obtêm como autônomas.

Ainda assim os movimentos organizados pelas profissionais do sexo lutam pela legalização da atividade, acreditando que isso traz benefícios às mulheres (BARRETO et al., 2006; RODRIGUES, 2006). De acordo com Leite (2006b), a legalização possibilitaria a garantia dos direitos trabalhistas, o combate à violência e ao estigma que cercam a atividade.

A categoria *Profissional do Sexo* foi inserida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de 2002 e recebeu a seguinte descrição:

[Profissionais do sexo] batalham programas sexuais em locais privados, vias públicas e garimpos; atendem e acompanham clientes homens e mulheres, de orientações sexuais diversas; administram orçamentos individuais e familiares; promovem a organização da categoria; realizam ações educativas no campo da sexualidade; propagandeam os serviços prestados. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam as

vulnerabilidades da profissão (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, 2002).

Esta categoria engloba todos os profissionais, compreendendo as seguintes denominações: “garota de programa, garoto de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, puta, quenga, rapariga, trabalhador do sexo, transexual (profissionais do sexo), travesti (profissionais do sexo)” (BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, 2002). A categoria foi elaborada com a participação de instituições e pessoas ligadas à prostituição, como as associações de profissionais do sexo, grupos de combate à AIDS e grupos de estudo da atividade. As profissionais que atuam na Rua dos Guaicurus se dizem profissionais, prestadoras de serviços, prostitutas, mas a denominação mais utilizada por elas é “garota de programa”.

Na CBO é destacada a necessidade da participação dos profissionais em oficinas educativas sobre sexo seguro. O acesso à atividade é livre aos maiores de dezoito anos, não sendo exigido grau de escolaridade ou outro requisito. Na CBO são apresentados também os riscos inerentes ao exercício da profissão, dentre os quais destacam-se: risco de contágio de doenças sexualmente transmissíveis, maus tratos, violência de rua e risco de morte (BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, 2002).

Dois aspectos chamam a atenção na descrição das atribuições do profissional do sexo: a responsabilidade de promover a organização da categoria; e a responsabilidade de realizar ações educativas no campo da sexualidade. O primeiro diz respeito à organização do grupo em associações e sindicatos, com o objetivo de criar ferramentas de luta pelos direitos trabalhistas e sociais, e contra a discriminação e a violência que ameaçam as profissionais. O segundo refere-se à participação dos profissionais na elaboração e divulgação das campanhas informativas e educativas voltadas para a prevenção de doenças, combate ao preconceito e à violência, e conscientização de seus direitos.

Para esse eixo de análise apenas o primeiro aspecto nos interessa. O segundo será tratado no eixo sobre o cotidiano. As associações de profissionais do sexo são

instrumentos de conscientização e luta pelos direitos das mulheres envolvidas com a prostituição. Funcionam como um meio de acesso às informações sobre a legalização da atividade. As associações são fruto de uma demanda percebida pelas profissionais do sexo, e atuam ativamente na defesa de seus direitos, além de buscar o auxílio de outras instituições da sociedade civil organizada. Os grupos que lutam pelos direitos das profissionais do sexo são resultado da politização em torno do respeito ao direito das minorias. As associações estão presentes no universo da prostituição, atuando junto ao poder público como o canal de reivindicação das profissionais do sexo.

O principal objetivo da luta pela legalização da prostituição é a garantia dos direitos trabalhistas das profissionais do sexo. Muitas profissionais rejeitam a legalização, por causa da percepção construída a partir de sua vivência, segundo a qual, a legalização significará perda de liberdade e diminuição de ganhos financeiros. O aspecto informacional desta questão está na interpretação que as profissionais dão às informações sobre a legalização.

3.3.2. Legislação penal: a criminalização de atividades ligadas à prostituição

Os sistemas legais sobre a prostituição existentes no mundo podem ser divididos em três categorias: abolicionistas, regulamentaristas e proibicionistas. Na visão abolicionista, a profissional do sexo é considerada vítima de um explorador, que a obriga a exercer a atividade e fica com parte de seus rendimentos: o rufião. A legislação abolicionista criminaliza os proprietários ou gerentes de casas de prostituição e as pessoas que usufruem dos ganhos advindos da prática da atividade. Na visão regulamentarista, a profissão é reconhecida e regulamentada, mas existem algumas exigências que não são feitas a outros profissionais, como a realização de exames periódicos e o exercício da atividade em locais determinados pelas autoridades. Este sistema possibilita o usufruto de direitos como contrato de trabalho, férias, seguridade social e aposentadoria. Nos sistemas proibicionistas,

prostituir-se, explorar ou comprar serviços sexuais são crimes e todos podem ser punidos: o proprietário das casas de prostituição, a profissional e os clientes (CONFERÊNCIA..., 1976; LAGENEST, 1960).

A legislação penal brasileira sobre prostituição pode ser considerada abolicionista. O exercício da atividade não é considerado crime, mas a legislação criminaliza atividades que são relacionadas a ela (Pasini, 2005). O incentivo à prostituição, a propriedade de casas de prostituição, o rufianismo e o tráfico de pessoas, descritos no Código Penal como crimes de lenocínio, são atividades que sujeitam seus praticantes a penas de prisão e multas. Conforme Rodrigues (2004),

a legislação penal considera crime as atividades que se desenvolvem em torno da prostituição e, embora não o faça com a prostituição em si, os padrões morais hegemônicos na sociedade colocam uma série de restrições à atividade, especialmente em relação ao exercício público (RODRIGUES, 2004, p.165).

A moral social hegemônica e a legislação penal, influenciada por essa moral, limitam o espaço de ação das profissionais do sexo, baseadas no princípio de proteção da coletividade, em detrimento da individualidade. O atual Código Penal Brasileiro foi instituído pelo Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e reflete o contexto histórico e social do período. O trecho adiante, extraído do trabalho de Lagenest (1960), pode exemplificar o contexto em que o Código Penal foi elaborado e o caráter abolicionista da legislação brasileira. A visão sobre a prostituição e a prostituta é condescendente e misericordiosa, que trata a mulher como vítima e o cafetão, ou quem facilita o exercício da atividade, como algoz e criminoso:

o pior, no drama da prostituição não é a própria prostituição, mas o papel daqueles que a fomentam em proveito próprio. A mulher é uma vítima, fadada a uma existência de torturas sem fim, e essa vítima tem um algoz: aquele que, a qualquer título que seja, vive do corpo dela, quer sendo dono ou dona de uma casa de prostitutas, quer procurando mulheres para mandar a essas casas, quer dominando o “mercado de mulheres”, quer recebendo gorjeta, gratificação ou propina para o bom funcionamento do mercado e das casas (LAGENEST, 1960, p.115).

Os artigos referentes à prostituição refletem pensamentos e atitudes de uma sociedade anterior aos movimentos sociais organizados, que reivindicaram direitos

para as chamadas minorias, ou grupos fora do poder. A redação original do Código Penal foi alterada pela Lei nº 11.106 de 2005, mas a essência dos artigos referentes à prostituição não foi mudada.

Os artigos que se referem direta ou indiretamente à prostituição estão reunidos no Título IV do Código, denominado “Crimes contra a dignidade”, anteriormente denominado “Crimes contra os costumes”. Os artigos abaixo relacionados fazem parte do capítulo V denominado “Do lenocínio e do tráfico de pessoas”, anteriormente denominado “Do lenocínio e do tráfico de mulheres.” São cinco artigos que tratam diretamente da prostituição.

O artigo 227 criminaliza o ato de induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem, com penas que variam de uma a cinco anos de reclusão. O favorecimento da prostituição é descrito no artigo 228 do Código Penal Brasileiro como o ato de induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone, com penas que variam de dois a dez anos de prisão dependendo de agravantes, como uso de violência, ameaça, fraude ou se o agente é parente ou responsável pela vítima. A manutenção de casas de prostituição ou local destinado a encontros para fins libidinosos, haja ou não intermediação do proprietário ou gerente, pode gerar penas de dois a cinco anos de reclusão, além de multa, conforme artigo 229 do Código. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça é classificado no artigo 230 do Código como rufianismo e pode gerar penas de um a oito anos de prisão, dependendo dos mesmos agravantes do artigo 228. A redação do artigo 231 foi totalmente alterada em relação ao código de 1940. Na redação original era utilizado o termo “tráfico de mulheres” para descrever a promoção e facilitação da entrada, em território nacional, de mulher que venha exercer a profissão, ou a saída de mulher para exercê-la no estrangeiro. A denominação foi alterada para “tráfico de pessoas” e dividida em “tráfico internacional” (artigo 231), descrito como a promoção, intermediação e facilitação de entrada, no território nacional de pessoa que venha exercer a prostituição, ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro; e “tráfico interno” (artigo 231-A), descrito como a promoção, intermediação e facilitação, no território nacional, do recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoa que venha exercer a

prostituição. As penas variam de três a dez anos de prisão e multa dependendo dos agravantes.

Segundo Rodrigues (2004), pelo fato da prostituição não ser considerada delito no âmbito legal, a regulação da atividade fica a cargo das autoridades policiais. E a polícia se utiliza de outro capítulo do Código Penal para justificar a detenção de profissionais do sexo que atuam nas ruas: o capítulo VI do título IV, que tem por objeto o “Ultraje público ao pudor”, especialmente o artigo 233, cujo foco é o “ato obsceno”.

A atual legislação brasileira sobre a prostituição é ambígua em relação ao tratamento dado às profissionais do sexo e aos indivíduos que exploram atividades ligadas à prostituição. Esta ambigüidade pode levar as profissionais a atuar em espaços ilegais sob a tutela de empresários e cafetões, sem ter seus direitos reconhecidos, expondo-se a uma situação de exploração. De acordo com Rodrigues (2004), a legislação penal sobre a prostituição cria situações dúbias, gerando múltiplas interpretações e dificultando o entendimento do que vem a ser crime de indução e exploração da prostituição. O debate caminha para o campo da moralidade e as leis têm mais o caráter de defesa da sociedade, que de defesa dos indivíduos. O crime de manutenção de casas de prostituição possui o mesmo caráter ambíguo, pois o exercício da profissão acontece em hotéis, motéis, boates e casas particulares. Segundo Pasini (2005), no entorno das zonas de prostituição proliferam diversos tipos de atividades comerciais que tem grande parte de sua clientela entre as trabalhadoras e freqüentadores das casas de prostituição. São estabelecimentos e atividades consideradas lícitas, mas que guardam estreita relação com a existência das casas de prostituição: lanchonetes, restaurantes, estacionamentos, pontos de táxis, farmácias, etc.

As questões relativas à legislação penal sobre a prostituição têm relação com as questões trabalhistas e com o cotidiano das profissionais. A ilegalidade da exploração da atividade contribui para a manutenção de seu caráter marginal. Segundo Domingues (1996), é comum falarmos do ‘mundo da prostituição’, na tentativa de “atribuir um lugar próprio e bem distinto e distante a este segmento da sociedade como se ele não fizesse parte do todo social”. O grupo é isolado como

forma de preservar intocado o restante do mundo, considerado, por si mesmo, como um “mundo normal”. Ao marginalizar o grupo, retira-se dele o direito à igualdade, “garantia e direito inalienável do indivíduo frente ao outro” (DOMINGUES, 1996, p.49).

As atividades que fornecem infra-estrutura à prostituição são criminalizadas com o intuito de inibir sua prática, ou pelo menos restringi-la a uma determinada região geográfica, pois a atividade é considerada necessária, ainda que condenável pela concepção moral vigente em nossa sociedade. A concepção da prostituição como um "mal necessário" foi, e ainda é, muito utilizada como justificativa para a tolerância da atividade pela sociedade. A legislação sobre a prostituição reflete essa visão, que também considera as profissionais como vítimas de condições sócio-econômicas precárias.

A forma de tratamento destes crimes relacionados ao mundo da prostituição, os crimes de lenocínio, demonstra a visão e o contexto no qual essa legislação penal foi elaborada. Um contexto que revela o desejo de se proteger a sociedade e não o indivíduo. A legislação, em vez de proteger as profissionais da exploração, torna-se instrumento de repressão para elas, que assim perdem uma importante ferramenta de defesa contra a violência a qual estão expostas. Mas a ambigüidade da lei que permite diferentes interpretações para o que se configura crime de lenocínio, já foi utilizada pelas profissionais como arma de defesa diante de ações preconceituosas de outros segmentos da sociedade (SCHETTINI, 2006).

A legislação não criminaliza a prostituição, mas também não a regulamenta; e deixa a cargo das autoridades policiais a regulação. Segundo as profissionais do sexo, sua relação com a polícia é relativamente tranqüila nos hotéis. De acordo com elas, a intervenção da polícia na regulação da atividade acontece com freqüência nas ruas, onde não há a intermediação de terceiros, como os proprietários dos hotéis ou os gerentes.

A falta de clareza na legislação sobre a prostituição pode gerar situações nas quais as profissionais do sexo podem ser criminalizadas. Percebemos que existem conflitos entre a visão dos legisladores e visão das profissionais do sexo sobre a

criminalização das atividades relacionadas à prostituição. E as práticas informacionais das profissionais sofrem influência de sua visão sobre a legislação e da importância que elas dão a este assunto.

No âmbito da legislação penal, as necessidades informacionais das profissionais do sexo não estão latentes para elas. O conhecimento da legislação pelas profissionais pode evitar que se tornem infratoras, que cometam delitos previstos no Código, mas que não são reconhecidos no universo da prostituição.

3.3.3. Saúde da mulher: para além das doenças sexualmente transmissíveis

A saúde e a prevenção de doenças são, desde os primórdios da prostituição, preocupações das profissionais do sexo. Segundo Carvalho (2003), em escavações na antiga cidade de Pompéia, na Itália, foram observados sinais indicativos de classificação dos bordéis da antiguidade, de acordo com suas condições de higiene, saúde e segurança, incluindo a prevenção das DST. Historicamente estas doenças foram utilizadas como pretexto para condenar as prostitutas e a prostituição. As mulheres “da vida” eram rotuladas como transmissoras de doenças, que representavam perigo para homens e mulheres “de bem”. Na verdade o que parece mais lúcido é a constatação de que os clientes eram os transmissores e as mulheres as vítimas. Roberts (1998) diz que desde a antiguidade a incidência de DST é percentualmente maior entre o restante da sociedade que entre as profissionais do sexo. Isto acontecia, e acontece, porque as mulheres sempre se preveniram da contaminação. As profissionais utilizam muitas técnicas de prevenção: desde o exame do cliente até o uso de preservativo.

Nos séculos XIX e XX, a intervenção do Estado na prostituição foi pautada pelo controle rígido. Antes do surgimento da AIDS, a prevenção tinha o caráter de controle da atividade pelas autoridades policiais e sanitárias. As campanhas de conscientização para gerar conhecimentos eram raras.

Porque os caras chegam e acham que [as prostitutas] são todas transmissoras de doença, aí bota a polícia em cima para terminar com as transmissoras da doença. Até a década de 60, no Brasil todo, existia a “prostituição regulamentada”. Toda prostituta tinha que ter uma carteirinha sanitária, e todo mês tinha que fazer exame de sífilis, de gonorréia, só doenças sexualmente transmissíveis. E, para a visão médica, até um determinado momento – e ainda tem muita gente que pensa assim – prostituta só tem doença sexualmente transmissível, ela não é mulher. Ela fazia exame todo mês, o médico tinha que assinar. Se a polícia chegava e a carteirinha não estava assinada, ela ia presa com a justificativa de proteger os homens, e suas esposas. Com o advento da AIDS, a primeira coisa linda que eles pensaram foi ir nas (sic) áreas de prostituição fazer exame com as mulheres, para dizer: tantos por cento das prostitutas estão infectadas. Para servir de número (LEITE, 2006a, p.29).

As ações de prevenção, ou de controle, eram invasivas e tratavam as mulheres como indivíduos sem vontades e desejos. Não existia a preocupação com a informação sobre as doenças. A possibilidade das profissionais do sexo elaborarem suas próprias estratégias de prevenção, através do acesso à informação, não era considerada pelas autoridades sanitárias. O aparecimento da epidemia da AIDS, no final da década de 1970, mudou a forma de se tratar os problemas relativos à saúde das profissionais do sexo.

As DST sempre foram uma ameaça para as profissionais do sexo, por causa da maior exposição destas aos riscos de contágio. O número grande de parceiros gera uma chance maior de contato com pessoas infectadas. De acordo com Borba e Clapis (2006), as mulheres apresentam um fator de risco em relação às DST: a relação que elas mantêm com sua sexualidade e consigo mesmas, cuja marca é a subordinação aos desejos masculinos. A vulnerabilidade feminina é maior naquelas populações que estão à margem dos contextos institucionais, como as profissionais do sexo.

Segundo Oltramari e Camargo (2004, p.317), “as profissionais do sexo apresentam características específicas que as fazem necessitar de maior cuidado, devido à falta de acesso à rede de atendimento social e sobretudo pela exclusão na qual as mesmas se encontram”. Apesar desta condição especial na qual as profissionais se encontram, sua posição frente às doenças parece ser firme: todos os cuidados

possíveis são tomados, pelo menos é assim seu discurso. O discurso das mulheres apontam para o comportamento de risco dos outros e mostra que elas possuem conhecimentos concretos sobre as doenças.

As DST sempre foram preocupação das profissionais do sexo e das autoridades sanitárias, mas por motivos diferentes. Atualmente outras doenças e cuidados com a saúde entraram no rol de preocupação das profissionais e das entidades que elaboram campanhas de prevenção: combate ao estresse, cuidados com o corpo, medidas de higiene, etc; o que não retira a centralidade das DST e da AIDS do discurso das profissionais.

Segundo Carvalho (2003), as DST podem ser classificadas da seguinte forma: 1) doenças essencialmente transmitidas pelo contato sexual; 2) doenças freqüentemente transmitidas pelo contato sexual; e 3) doenças eventualmente transmitidas pelo contato sexual. No primeiro grupo, estão doenças mais conhecidas como a sífilis, a gonorréia, o cancro; no segundo caso, estão doenças como herpes, condiloma, hepatite B. Carvalho (2003) apresenta uma definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) para DST:

as DST são um grupo de doenças endêmicas, de múltipla expressão que incluem as doenças venéreas clássicas e um número crescente de síndromes e entidades clínicas que têm como traço comum de importância epidemiológica a transmissão durante a atividade sexual (CARVALHO, 2003, p.58).

A AIDS, doença que alterou a concepção de cuidados com a saúde no âmbito sexual, também pode ser incluída neste grupo. Com seu surgimento tornou-se recorrente falar de dois assuntos, que passaram a ter relações mais estreitas: sexualidade e morte. As ações de prevenção começaram a ser pensadas, por autoridades de saúde e órgãos da sociedade civil, como uma forma de defesa das pessoas, não uma forma de controlá-las.

Segundo Mineiro e Nunes (1988), a AIDS foi descoberta na década de 1980, nos EUA, a partir da autópsia de trinta cadáveres que apresentaram as mesmas causas para as mortes: Sarcoma do Karposi (um tipo de câncer) e pneumonia aguda. Os médicos perceberam um índice extremamente baixo de glóbulos brancos nos

cadáveres. Pelo fato das primeiras vítimas serem homossexuais, a nova doença foi denominada “mal (ou câncer) gay”, o que provocou a estigmatização do grupo, incluindo-os nos chamados grupos de risco.

Segundo Domingues (1996, p.65), as primeiras campanhas de prevenção à AIDS se limitavam ao repasse de informações sobre as formas de transmissão do HIV e eram voltadas para os chamados grupos de riscos: homossexuais, usuários de drogas injetáveis e prostitutas. O desconhecimento da doença e a urgência em elaborar ações na tentativa de conter seu avanço nortearam os primeiros esforços de prevenção. As campanhas utilizavam-se de um discurso agressivo, coercitivo, e apresentavam o doente como um "condenado a morte", isolado do convívio social.

Segundo Novellino (1993), as primeiras campanhas de prevenção da AIDS baseavam-se na categorização dos indivíduos como membros ou não membros de grupos de risco, e por isso não englobavam a transmissão do vírus por via sexual nas relações heterossexuais. No início da proliferação do vírus, a proporção de mulheres infectadas em relação aos homens era muito baixa. A crença que o vírus se proliferava apenas em alguns grupos, do qual as mulheres heterossexuais e monogâmicas estavam excluídas, provocou o aumento de mulheres infectadas por falta de cuidados.

A noção de grupo de risco, criada pelo discurso médico e adotada pelo senso comum, levou a uma concepção errônea na construção do perfil da AIDS, repassando a responsabilidade da prevenção para um pequeno grupo de pessoas que “portavam diferenças fundamentais com relação a maioria autodenominada normal”, e isso contribuiu para o avanço da doença, pois medidas eficazes de proteção voltadas aos grupos mais vulneráveis, foram prejudicadas pela intolerância e segregação destes grupos (DOMINGUES, 1996, p.66).

De acordo com Novellino (1993), passado o impacto inicial causado pela descoberta da AIDS, e à medida que o conhecimento sobre a doença avançava, a noção de grupo de risco foi substituída pela noção de comportamento de risco: qualquer pessoa sexualmente ativa, que não adote como norma o sexo seguro, está correndo risco de contaminação. Mas a noção de comportamento de risco também pode levar

à concepção equivocada da doença. Nas relações estáveis e monogâmicas não é comum o uso de preservativos, e se um dos parceiros for contaminado fora da relação, pode transmitir o vírus ao outro; além disso, a noção de sexo seguro pode ter diferentes concepções. Para alguns basta ter um parceiro fixo para estar livre da contaminação; para outros o resultado negativo do teste de AIDS é garantia que o parceiro não está contaminado. Entretanto, como o vírus não é detectado nos primeiros dias de contaminação, os testes não são totalmente seguros.

Segundo Oltramari e Camargo (2004), uma pesquisa realizada com profissionais do sexo mostrou que elas consideram o teste de AIDS como uma forma de garantir a proteção em relação à contaminação pelo vírus HIV, pelo menos nas relações afetivas, pois no âmbito profissional elas exigem sempre o uso de preservativo. De acordo com os autores, a AIDS é pensada pelas profissionais de forma estereotipada, como uma doença do outro, associada a um comportamento considerado de risco.

A percepção da AIDS como uma doença que não estava restrita a um grupo específico, inverteu o discurso em relação à prevenção. As estratégias passaram a ser apresentadas de forma homogênea e padronizada, desconsiderando as especificidades de cada segmento social. Embora todos estejam sujeitos a contrair a doença, existem grupos mais vulneráveis, seja por sua condição socioeconômica, seja por sua posição na sociedade (Domingues, 1996, p.67).

Atualmente, com os avanços da ciência no combate à AIDS, sua percepção como doença fatal e sinônimo de morte está mudando. Isso pode ajudar a combater a proliferação do vírus, pois o soropositivo deixa de ser visto como uma pessoa a ser excluída do convívio social, possibilitando a desmistificação da doença. O tratamento com drogas cada vez mais modernas minimiza os efeitos da doença, retraindo seus sintomas, e alimenta as esperanças da descoberta de uma cura. O outro lado dessa percepção mostra um olhar equivocado da sociedade para o tratamento da doença. Estes tratamentos garantem a qualidade de vida do paciente, mas exigem dedicação e disciplina. Para muitas pessoas, especialmente os jovens, a possibilidade de controlar o avanço da doença torna desnecessária a preocupação excessiva com a prevenção. Afinal com o coquetel de medicamentos o soropositivo

pode ter uma vida normal. Isso pode ser verdade, mas ao mesmo tempo exige dedicação e renúncia, além de equilíbrio emocional para lidar com essa situação, pois os medicamentos provocam muitos efeitos colaterais. Além, é claro, do fato de ser portador de uma doença "incurável", que já é suficiente para estigmatizar e isolar o soropositivo. Os estudos sobre o desenvolvimento de vacinas e outras técnicas eficazes de combate ao HIV ainda são embrionários e não há sinais de que as descobertas científicas possam ser aplicadas em curto prazo.

A troca da noção de grupo de risco pela de comportamento de risco, incluindo aqui o compartilhamento de materiais injetáveis e a prática de sexo sem preservativo, alterou o conteúdo das campanhas e suas formas de execução, direcionando-as para grupos específicos, de acordo com suas características e singularidades.

O combate à AIDS entre as profissionais do sexo chamou a atenção para as outras DST, embora muitas vezes a preocupação excessiva com a doença pareça ocultar os outros riscos à saúde que a prostituição oferece. Certamente a prevenção da doença ganhou mais importância pelo fato de não existirem remédios que a curassem. Outras DST podem ser tão letais quanto a AIDS, mas a visibilidade dada a essas doenças é menor. As profissionais do sexo têm mais preocupações com essas doenças, mas a sociedade em geral concentra seu discurso de prevenção na AIDS.

Estudos anteriores sobre a prevenção das DST pelas profissionais do sexo demonstram que elas estão relativamente bem informadas sobre os métodos de prevenção, ainda que haja dúvidas sobre a contaminação fora do ambiente de trabalho (OLTRAMARI e CAMARGO, 2004; PASINI, 2000). O uso do preservativo, reconhecido pelas mulheres como a melhor forma de prevenção, é influenciado pela relação estabelecida entre profissionais e clientes. Segundo Pasini (2000), as profissionais do sexo fazem uso do preservativo para a prevenção de doenças, mas o usam também como um diferenciador entre clientes e maridos. O preservativo é usado com o cliente, mas não na relação afetiva (maridos e namorados) e funciona também como uma forma de mostrar ao cliente seu lugar na relação. Uma pesquisa conduzida pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 1998), em diferentes regiões do País, apontam para o uso sistemático da camisinha com clientes e para o uso infrequente

com parceiros estáveis (marido, namorado, amigo).

De acordo com Pasini (2000), as prostitutas têm certa familiaridade com o “saber médico” em relação à epidemia da AIDS, mas elaboram a prevenção de uma forma particular. As doenças podem ter leituras diferentes, segundo o grupo e o contexto nos quais está inserida, e a heterogeneidade do grupo é um fator que influencia os múltiplos olhares que a doença pode ter nesse meio.

A AIDS ocupou corações e mentes de pessoas envolvidas na prevenção, mas não desviou o foco das profissionais do sexo dos outros riscos à saúde que a prostituição oferece. No conturbado universo da prostituição, as DST aparecem lado a lado com outras doenças que podem ter suas origens nas condições de exercício da profissão, como o estresse, as alergias decorrentes do ambiente insalubre, o risco de câncer no útero pelo uso indiscriminado de lubrificantes e outros produtos para o corpo. A automedicação, o alcoolismo, as drogas são outros problemas recorrentes entre as profissionais do sexo, e que podem gerar demanda por orientação e informação.

A preocupação com a saúde e o uso de informação caminham lado a lado na vida das profissionais do sexo. Suas práticas informacionais no âmbito da saúde são guiadas pela diversidade de caminhos que a informação percorre: da informação “oficial” de médicos e outros profissionais da saúde, às práticas “caseiras” repassadas entre as mulheres, a informação é constantemente interpretada e reconstruída.

A organização das profissionais do sexo em associações e sindicatos proporcionou mais espaços para que as mulheres pudessem ser ouvidas e a preocupação com sua saúde avança para além das DST. O estresse, a insalubridade do ambiente, a jornada de trabalho extensa podem causar transtornos tanto estruturais (físicos), quanto emocionais (psíquicos). As associações de classe se preocupam com esses problemas e oferecem às profissionais associadas, a possibilidade fazer parte de atividades de lazer e de ter acompanhamento médico e psicológico. No nosso trabalho avançamos nas questões de saúde que ultrapassam o âmbito das DST. As profissionais são bem informadas sobre a prevenção das DST e da AIDS, mas

outras questões relativas à saúde surgem em seu cotidiano.

3.3.4. Cotidiano: demandas do dia-a-dia

Uma das principais características do universo da prostituição no Brasil está ligada à informalidade. Como a atividade não é legalizada, as profissionais do sexo atuam como autônomas. Essa informalidade possibilita que elas tenham liberdade para administrar seus horários e condições de trabalho, possibilitando-lhes maiores ganhos financeiros (GUIMARÃES e MERCHÁN-HAMANN, 2005). Mas a prostituição também gera situações de insegurança para as profissionais, expondo-as ao risco da violência, física e simbólica, e à pressão psicológica, por causa da necessidade de esconder o exercício da atividade em seu círculo familiar e de amigos. Segundo Guimarães e Merchán-Hamann (2005), a prostituição possui um caráter ambivalente.

Se por um lado ela aparece como uma ocupação considerada rentável, que proporciona uma maior liberdade, por outro tal experiência revela, talvez, uma série de comprometimentos derivados do processo de estigmatização em que vivem as prostitutas, dia após dia, tanto no espaço público quanto no íntimo (GUIMARÃES e MERCHÁN-HAMANN, 2005, p.541).

Por influência do lugar marginal que a prostituição ocupa em nossa sociedade, nem tudo é dito explicitamente sobre o exercício da atividade. As profissionais do sexo precisam ter informações que ficarão implícitas nos discursos, mas que o contexto, a interação e o conhecimento compartilhado da sociedade tornarão compreensíveis. São informações pontuais: onde trabalhar, como ingressar na atividade, que preços cobrar, como negociar com os clientes, quais os cuidados com a segurança. As necessidades de informação cotidianas não são relativas apenas ao ambiente de trabalho, mas também aos seus espaços sociais e familiares. Antes de serem profissionais, as garotas são mulheres, mães, filhas, esposas, amigas, consumidoras, etc.

A entrada das mulheres na prostituição já demonstra a nebulosidade que envolve a atividade. Há dois modos predominantes de entrada neste universo: os anúncios de jornais e a indicação de outras profissionais. No caso dos anúncios, a informação sobre as características do trabalho está subentendida, não é totalmente explícita. São anúncios que contratam acompanhantes, garçonetes, recepcionistas. Mas há uma série de fatores e conhecimentos compartilhados pela sociedade, que permitem que estas ofertas de emprego sejam reconhecidas como ofertas de trabalho na prostituição. Há lugares nas cidades que são designados como locais de prática de prostituição e a referência a eles nos anúncios de jornal fazem com que as mulheres compreendam o significado da mensagem: são trabalhos para garotas de programa.

Quando a mulher começa a trabalhar na prostituição outras questões surgem no seu cotidiano. A primeira delas diz respeito à identificação com a atividade. A prostituição marca de forma contundente as pessoas que nela atuam, de modo que as profissionais relutam em se identificar com a atividade. As práticas informacionais aqui dizem respeito à construção da imagem do que seja uma profissional do sexo pelas mulheres, tendo por base o discurso do senso comum sobre a atividade. Segundo Barros (2005), a quebra do segredo está entre os riscos que as profissionais enfrentam no dia-a-dia. Diante da família e da sociedade muitas mulheres têm medo e vergonha de assumir sua profissão; medo da discriminação, da rejeição da família, do estigma da atividade. A vergonha vem do fato das mulheres assumirem o discurso da moralidade, que considera a prostituição como um trabalho condenável.

No dia-a-dia dos hotéis o movimento de pessoas é intenso. Embora trabalhem nos quartos, as profissionais interagem com diversos sujeitos que circundam a zona: comerciantes e empregados do comércio, clientes, policiais e colegas de trabalho, tanto profissionais do sexo, quanto outros funcionários dos hotéis. Cada um destes atores tem papel importante no processo informativo das profissionais. A comunicação cotidiana é uma forma de se informar, especialmente daqueles fatos corriqueiros, mas que têm importância sobre o trabalho e o dia-a-dia das profissionais. O contato entre colegas influencia a prática informacional das profissionais, na medida em que elas lhes creditam algum grau de confiabilidade.

Nos hotéis de alta rotatividade, a profissional do sexo tem autonomia para trabalhar. Ela é responsável pelo contato com o cliente; o hotel lhe oferece proteção e lhe cobra uma diária pelo aluguel do quarto. Não existe um contrato formal de trabalho entre a profissional e o proprietário do hotel, mas existem regras que devem ser cumpridas. As mulheres passam por uma avaliação antes de começar a trabalhar no hotel e necessitam da aprovação do gerente para trabalhar lá. As informações aqui são explícitas, mas muitas conseqüências das "quebras de contrato" ficam subentendidas no discurso oficial; o processo informativo é concretizado por outros indivíduos que circulam nos ambientes dos hotéis.

Outra atividade cotidiana das profissionais do sexo é a negociação do programa. O programa, segundo Freitas (1985, p.30), "é a unidade elementar da atividade da prostituta. Sua execução requer acordos prévios sobre três itens: *as práticas* ou o conteúdo do serviço que será prestado; *o preço* deste serviço e *o tempo* disponível pela prostituta". Todos estes itens dependem dos acordos, que podem gerar tensões entre as profissionais e os clientes caso não sejam cumpridos por um dos lados. A profissional estabelece as diferenciações entre as modalidades, preço e tempo de duração do programa. O preço vai variar de acordo com a variedade da prática e de sua duração. De acordo com Guimarães e Merchán-Hamann (2005), o tipo de prática, o preço, o local de atendimento e o uso de preservativo são aspectos envolvidos na negociação do programa. Esta negociação é conduzida pelo cliente, mas é a profissional que tem a última palavra e estabelece as condições para que o programa seja realizado. A condução da negociação, que é rápida, e o cumprimento do acordo, pela profissional e pelo cliente, garantem que não haja contendas entre as duas partes. Segundo Guimarães e Merchán-Hamann (2005), existem diversos tipos de clientes, mas o cliente comum, o mais freqüente, "é aquele que, acertada a negociação, faz o programa, paga o combinado e não cria problemas". O mau cliente, por outro lado, "é aquele que ofende, ou tenta burlar e/ou descumprir o programa combinado ou o preço negociado, ou ainda ameaça e agride (GUIMARÃES e MERCHÁN-HAMANN, 2005, p.535). Os bons clientes são aqueles que agem com respeito com a profissional do sexo, que não se valem do estigma para negociar o programa. Há ainda o cliente fixo, que procura regularmente uma mesma mulher, e acaba estabelecendo um laço mais estreito com ela, "no limiar entre o profissional e o afetivo" (GUIMARÃES e MERCHÁN-HAMANN, 2005, p.536).

Da relação com os clientes surge outro ponto importante do cotidiano das profissionais do sexo: sua segurança e manutenção da integridade física. A exposição das mulheres ao risco das agressões é constante, pois elas tratam diretamente com os clientes e em ambientes fechados. A marca que a prostituição carrega é um fator que contribui para a vulnerabilidade das profissionais, pois transmite a idéia de que este é um universo distante do alcance da lei. A história está repleta de casos de perseguição e assassinato de profissionais do sexo, pelo simples fato de exercerem atividade (ROBERTS, 1998). Barros (2005) destaca a violência como um dos riscos aos quais a prostituição está sujeita; violência que pode se manifestar por meio da agressão física, ou pode ter uma caráter simbólico, como as ameaças e a discriminação. As formas de combate à violência é outro ponto importante da prática informacional das profissionais do sexo, pois suas necessidades de informação podem ser referentes à busca por seus direitos individuais.

As práticas informacionais das profissionais do sexo também podem ser voltadas para o conhecimento dos equipamentos culturais e de lazer da cidade, para as ações educativas relativas ao exercício de sua atividade e para a saída da prostituição. Estas necessidades de informação são exteriorizadas pelas profissionais em seus discursos. A saída da prostituição é o objetivo mais imediato das profissionais do sexo. Grande parte delas pretende investir em negócios próprios, o que abre uma faceta para o universo informativo: a necessidade de informações técnicas e gerenciais para administrarem seus empreendimentos.

Estes são os principais temas que surgem nos discursos das profissionais em relação ao seu cotidiano. As práticas informacionais relativas ao cotidiano das profissionais visam a satisfação de desejos e demandas surgidas em seu dia-a-dia nos hotéis e em sua vida social, nas interações com outros indivíduos em outros lugares de ação.

4. PROBLEMA E METODOLOGIA

Segundo Minayo (1996), a metodologia engloba o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade. O pesquisador deve elaborar suas estratégias de pesquisa, delimitar o espaço a ser pesquisado e definir o grupo sujeito da pesquisa.

Segundo Azevedo,

a metodologia de pesquisa em CHS [Ciências Humanas e Sociais] deve ser entendida como a articulação de concepções teóricas, técnicas de apreensão e potencial criativo do pesquisador. As técnicas permitem encaminhar para a prática, questões formuladas abstratamente, preservando o pesquisador do empirismo, por um lado, e das divagações abstratas, de outro. Portanto, a pesquisa é indagação e descoberta, uma combinação de teorias e dados (AZEVEDO, 2004, p. 129).

Adotamos o caminho da abordagem qualitativa para nossa questão de pesquisa. Partimos de uma questão norteadora, que foi se modificando ao longo do processo de estudo, mas que manteve sua essência inicial: como acontecem as práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte, relativas à legislação penal, às questões trabalhistas, aos cuidados com a saúde e ao cotidiano de sua atividade? Nosso objetivo foi identificar, descrever, caracterizar e analisar as práticas informacionais das profissionais. Verificamos como acontece o acesso à informação, as fontes buscadas, as formas de apresentação e o processo interpretativo que ocorre no universo da prostituição.

As práticas informacionais envolvem o reconhecimento das necessidades de informação pelos sujeitos e as ações de busca e uso de informação. São processos já explicados anteriormente, mas que nos permitem compreender o universo informacional das profissionais do sexo.

Nosso objetivo foi apreender as práticas informacionais como ações dos indivíduos em seus contextos sociais. Não pretendemos medir e quantificar o comportamento dos sujeitos da pesquisa. Nossa preocupação foi buscar a compreensão das práticas dos indivíduos, sem ter o objetivo de obter padrões de comportamento e

generalizações.

Trabalhamos com a coleta e a análise de relatos. Utilizamos uma abordagem qualitativa por ser uma forma de aproximação que busca analisar o discurso dos sujeitos e permite "enxergar" além do comportamento externo e observável. Utilizamos a entrevista para a coleta dos relatos das profissionais do sexo, e a observação do ambiente dos sujeitos para auxiliar a compreensão de suas falas. A entrevista dá ao entrevistado mais liberdade para discorrer sobre o tema indagado e possibilita maior riqueza de detalhes do relato.

A observação do ambiente de trabalho é um recurso muito importante na pesquisa qualitativa, sendo utilizado como complementação às entrevistas. A observação nos permitiu solidificar a compreensão das ações das profissionais do sexo em suas práticas informacionais. Na pesquisa social a presença do pesquisador no campo é importante, pois nem todas as intenções dos indivíduos são visíveis e explícitas na resposta a uma pergunta. Além disso, a observação do ambiente ajuda o pesquisador a compreender os não-ditos do discurso. Na pesquisa é importante a imersão no contexto dos pesquisados, a ida ao campo para observar o ambiente, a comunicação entre os sujeitos e o entorno de seu espaço de atuação.

Nosso percurso metodológico está intimamente ligado à nossa concepção de informação e aos princípios dos estudos de usuários no âmbito do paradigma social da Ciência da Informação. Se a informação é construída pelos indivíduos, em vez de buscar padrões de comportamento, devemos compreender a construção da informação na vida cotidiana destes indivíduos. Como nosso objetivo não é obter generalizações e estabelecer leis sobre as práticas informacionais no âmbito da prostituição, não nos preocupamos com o tamanho da amostra da pesquisa. Entrevistamos treze pessoas, das quais doze trabalham ativamente como profissional do sexo e uma já atuou como profissional, mas atualmente trabalha em um hotel em outra função. Após a realização destas treze entrevistas julgamos que tínhamos material (relatos) rico o suficiente para proceder ao tipo de análise proposta.

4.1. Os passos no campo

Nossa caminhada no espaço empírico da pesquisa começou com uma visita aos hotéis da região da Rua dos Guaicurus, como forma de reconhecer os locais de prática da prostituição, e com a elaboração de estratégias de apresentação e entrada no campo. Esta entrada é um passo importante, pois a boa recepção ao pesquisador pode garantir a qualidade do material recolhido, tanto os relatos quanto as informações advindas da observação.

A escolha do lugar de realização da pesquisa foi influenciada pela notoriedade da Rua dos Guaicurus como local de prostituição. A fama da região ultrapassa os limites da cidade e repercute em outros estados do Brasil. Esta notoriedade atrai profissionais de outras cidades e estados, como constamos em nossas abordagens, e clientes de fora de Belo Horizonte. A delimitação da pesquisa à Rua dos Guaicurus foi operacional, e relacionada ao prazo e ao custo de realização da mesma. A escolha dos sujeitos da pesquisa aconteceu de forma aleatória, foram ouvidas as pessoas que se dispuseram a dar seus depoimentos.

Nossa primeira aproximação com o campo foi mediada por um frequentador da zona boêmia, conhecido de diversas profissionais do sexo. Este cliente nos apresentou às primeiras entrevistadas e através destas mulheres esperávamos estabelecer contato com outras profissionais. A movimentação do pesquisador no campo empírico da pesquisa não é uma tarefa fácil. No universo da prostituição existe a questão do anonimato: as profissionais não querem se expor ao risco de serem reconhecidas fora do ambiente da zona. Além disso, as mulheres têm pouco tempo para falar com o pesquisador, pois seu trabalho exige que fiquem atentas ao movimento do corredor para não perder clientes.

Muitas barreiras têm que ser vencidas para que o pesquisador tenha sucesso no seu trabalho de campo. No universo da prostituição, que possui um caráter marginal evidente, a principal barreira é a possibilidade de exposição das profissionais. Existe

a preocupação que o uso que será dado aos relatos. A gravação das falas inibe as depoentes e algumas se negaram a falar por causa do uso de gravador. O fato de ser um trabalho acadêmico soava falso para algumas mulheres. Algumas duvidaram da veracidade dessa informação: disseram que isso poderia ser publicado, ou que o pesquisador poderia ser um jornalista disfarçado. Por outro lado, algumas mulheres se mostraram dispostas a falar, se fosse para uma matéria jornalística e se negaram a dar depoimentos para um trabalho acadêmico.

Depois dos primeiros contatos com o universo e dos primeiros depoimentos, que foram tomados como um teste das ferramentas de pesquisa, partimos para o campo, para recolher relatos. Neste momento nossa ligação com o campo foi perdida: o cliente que nos apresentou às primeiras profissionais não pode mais nos auxiliar. Buscamos então o contato direto com as profissionais no ambiente de trabalho: explicávamos às profissionais os objetivos de nossa pesquisa e solicitávamos sua colaboração. Os primeiros contatos foram infrutíferos, até que recebemos a ajuda de um cabelereiro, que trabalha em um salão na Rua dos Guaicurus, e nos apresentou a uma garota. Através desta garota conseguimos estabelecer uma rede que nos possibilitou novos relatos. Quando este fio estabelecido se rompia voltávamos aos contatos diretos nos corredores dos hotéis, até chegar ao número de treze relatos no fim do prazo estabelecido para a duração da coleta. Esta coleta de relatos durou exatos dois meses, de meados de janeiro a meados de março de 2008.

5. AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DAS PROFISSIONAIS DO SEXO DA ZONA BOÊMIA DE BELO HORIZONTE

5.1. A Zona Boêmia de Belo Horizonte

Os conceitos relativos à prostituição foram construídos ao longo da história, e o trabalho de Roberts (1998) demonstra que esses termos são remotos e muito de sua origem ficou perdida no tempo. Assim também é com o termo zona, embora pareça ser derivado de um termo equivalente à "zona de prostituição", ou seja, os locais onde a prostituição era confinada pelo poder público nas tentativas de regulamentação e controle.

O termo zona boêmia, em Belo Horizonte, remete à época da fundação da cidade e de seus primeiros anos, pois neste local era concentrada a vida noturna da cidade, muita freqüentada por artistas, escritores, políticos, ricos e poderosos, além de toda espécie de boêmios (ANDRADE e TEIXEIRA, 2004). A prostituição na cidade passou por fases distintas, desde os ricos cabarés do princípio do século XX, até os hotéis de batalha da atualidade. Apesar destas mudanças, do deslocamento da prostituição para outras áreas da cidade, da diversificação das práticas da atividade, uma parte da região central de Belo Horizonte continua a ser conhecida como zona boêmia. Os freqüentadores e as profissionais do sexo a chamam simplesmente de zona.

Os locais de prática da prostituição no centro de Belo Horizonte estão concentrados entre as avenidas do Contorno, Santos Dumont e Paraná, abrangendo antigas regiões comerciais localizadas nas ruas Rio de Janeiro, São Paulo e regiões próximas à rodoviária, como a Rua dos Guaranis, dos Carijós, dos Tupinambás, dos Guaicurus, Acre e Avenida Oiapoque. Estas regiões são áreas de grande fluxo de pessoas, concentrando lojas, pontos finais de ônibus da região metropolitana, *shoppings* populares, além estarem localizadas entre a rodoviária e a estação ferroviária central da cidade.

De todos esses locais, uma região é quase sinônimo de prostituição, imediatamente reconhecida como tal, tanto por belo-horizontinos quanto por mineiros do interior e pessoas de outros estados do Brasil: a Rua dos Guaicurus. A prostituição na Rua dos Guaicurus se concentra nos hotéis de batalha, que estão localizados no quarteirão entre as Ruas São Paulo e Curitiba. São sete hotéis localizados no quarteirão da Guaicurus, entre as ruas São Paulo e Curitiba, e oito localizados na Rua São Paulo, entre as avenidas Oiapoque e Santos Dumont. Os hotéis são bastante conhecidos pelos freqüentadores, embora não se pareçam, quando vistos de fora, com um lugar de prostituição. Uma profissional que trabalha em um hotel da Rua São Paulo, entre Guaicurus e Avenida Santos Dumont, diz que de fora não dá para ver que existe prostituição nos hotéis:

Eu trabalho em hotéis há vinte anos, o cliente chega aqui não tem confusão nenhuma. Você desce a Rua São Paulo e nem parece que aqui é uma zona, só sabe quem entra (Laura¹⁴).

A Rua dos Guaicurus, no quarteirão onde estão localizados a maioria dos hotéis, é considerada um lugar perigoso, e o poder público se faz presente com a polícia militar: duas cabines estão colocadas em cada uma das extremidades do quarteirão, uma na esquina da Rua Curitiba e outra na esquina da Rua São Paulo. Além disso, as “batidas policiais” nos hotéis, em busca de usuários de drogas e traficantes, são freqüentes. Nestas “batidas” os policiais ficam na porta do hotel e impedem a entrada de pessoas, além de revistarem todos os clientes que saem do local. Uma profissional falou sobre o tráfico de drogas na região e sobre o assédio dos traficantes e dos clientes que são usuários de drogas, uma situação que provoca esta atuação da polícia:

Aqui dentro destes hotéis o que mais tem é traficante oferecendo drogas na porta (...) Quando o cara pede, tem muitos que entram no quarto da garota não é para fazer programa, eles perguntam na porta se podem entrar para cheirar ou para usar crack. Eu não deixo entrar no meu quarto, tenho medo (Michele).

¹⁴ Nome fictício. Todos os nomes das entrevistadas que aparecem neste trabalho foram trocados para garantir sua privacidade. Alguns são os “nomes de guerra” usados pelas mulheres no dia-a-dia.

Não houve, entre as profissionais entrevistadas, qualquer queixa contra a polícia por causa das “batidas”. Pelo contrário, a atuação da Polícia é bastante elogiada por algumas profissionais que precisaram de seus serviços:

Os policiais respondem muito bem, se precisar deles, eles atendem a gente. Com todos que eu tive problemas, já tive, foi chamada a militar que me defendeu bem defendido (Cristina).

Existem os seguranças, existe a polícia militar, é só chamar que eles vêm. Eu nunca precisei [chamar a polícia]. Alguns anos atrás fui roubada, meus documentos, mas até hoje não tenho do que reclamar não. Se chamar agora, caso chamem aqui, eles vêm, se precisar levar na delegacia, eles levam para prestar depoimento. Não tenho o que reclamar. Vejo que o trabalho deles, principalmente com a gente, sempre foi um trabalho com muito respeito (Aline).

O poder público, incluídas as polícias civil e militar, realiza trabalhos informativos na zona boêmia de Belo Horizonte, como veremos adiante.

Além dos hotéis, a Rua dos Guaicurus concentra uma grande variedade de estabelecimentos comerciais: lojas de atacado, estacionamentos, cinemas, salões de beleza, restaurantes, lanchonetes, bares, galerias comerciais, farmácias, além de ser próxima de vários *shoppings* populares. As profissionais do sexo freqüentam estes lugares, assumindo ali sua atividade, ainda que em outros ambientes elas escondam sua ocupação para evitar a discriminação. Uma profissional disse que quando precisa se identificar profissionalmente em lojas e outros estabelecimentos comerciais fala que tem um *box* no *Shopping Oiapoque*. Segundo ela, alguns conhecidos de lá confirmam sua história. A primeira profissional entrevistada para essa pesquisa foi apresentada a mim por uma manicure de um salão de beleza da Rua dos Guaicurus. Adiante veremos a importância de alguns destes locais, e das pessoas que aí transitam, nas práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia.

Vistos de fora os hotéis não se parecem com locais de prática da prostituição. Poucos possuem um letreiro com um nome na entrada. Alguns são identificados no letreiro apenas pela palavra hotel e outros não têm qualquer identificação. Podem ser reconhecidas pelas portas de entrada estreitas, pelo porteiro com um colete de “segurança” e pelo constante movimento de entrada e saída de homens. Os hotéis

funcionam nos andares superiores dos prédios, que em geral têm três andares, o que parece ser um padrão das construções da Rua dos Guaicurus. No térreo funcionam os mais diversos empreendimentos comerciais, conforme relatado anteriormente. O acesso ao hotel é feito por escadas estreitas e compridas. Ao longo destas escadas estão colocados pequenos avisos aos clientes sobre o cuidado com furtos, sobre o uso da camisinha e algumas proibições, como a entrada de vendedores ambulantes.

Internamente os hotéis também são muito parecidos entre si. São formados por corredores estreitos, mal iluminados, com os quartos enfileirados. Alguns corredores são circulares, o que permite ao cliente passar por todos os quartos sem ter que retroceder. Os quartos são pequenos, mobiliados com uma cama e um armário. Em alguns hotéis há um banheiro com chuveiro, vaso sanitário e lavabo; em outros existe apenas um lavabo no quarto, existindo um banheiro comum com chuveiro e vaso. O estado das instalações varia, mas a maioria é bem conservada. Em quase todos os hotéis os corredores são limpos, mas pouco arejados e iluminados. Para diminuir o calor são instalados ventiladores nas paredes. Muitos quartos não têm janela e, por conseguinte, são pouco ventilados. Nos hotéis onde o valor do programa é mais alto, as instalações estão mais bem conservadas. No hotel mais barato, a diária e o programa, há mais sujeira nos corredores, os quartos são menores, as paredes estão mofadas e as instalações estão mais degradadas.

Ao entrar no hotel os clientes podem ser barrados na porta para identificação. Não há uma regra para essa abordagem, o porteiro age de acordo com a aparência de quem quer entrar. Se parecer muito jovem, menor de idade, o documento de identidade é solicitado; caso contrário, o cliente pode entrar sem que a identificação seja solicitada.

As profissionais deixam a porta do quarto aberta; algumas ficam de pé na porta negociando com os clientes, outras ficam deitadas enquanto eles entram no quarto para negociar o programa. Em muitos quartos há música alta, as profissionais dançam levemente enquanto conversam com os clientes. Outras assistem televisão ou lêem jornais e livros, o que é mais raro. Também conversam com as vizinhas de corredor; é comum vê-las indo aos outros quartos para conversarem.

A negociação do programa envolve um rápido diálogo sobre as variações da prática e sobre o valor. Se o acordo for aceito pelos dois lados a porta será fechada; se não o cliente vai para outra porta e a profissional recomeça a negociação com outro cliente. O valor do programa depende das variações da prática e do tempo de duração. Essa negociação na porta é rápida, mas depois que a porta é fechada a negociação pode ser retomada tanto por parte do cliente, quanto por parte da profissional, como podemos ver nos exemplos abaixo:

O valor é taxado em dez reais. A garota tem que pedir dez reais na porta, mas tem cara que vem aqui e te dá trinta reais, cinqüenta reais e sem chorar, sem nada. Então varia muito, você tem que ter alguma coisa a oferecer para o cliente, para que ele possa te pagar mais [...] Esse preço limita a prática. No meu caso, se o cara vai entrar no meu quarto e vai me dar dez reais, nem meu sutiã vou tirar. Porque eu sei que tenho que ganhar dinheiro, então vou oferecer mais coisas para o cara (Larissa).

O valor depende do programa que o cliente exige... queira, porque quem exige alguma coisa aqui somos nós. É como ele queira. Se ele quer uma coisa mais caprichada, a gente cobra mais um pouquinho, se ele quer um tempo maior, a gente cobra mais outro pouquinho. Agora, para mim, aqui no caso, não existe negociação, tipo, negociação para fazer um oral sem camisinha, ou fazer um programa mais caro sem camisinha, porque a pessoa é casada, porque não tem problema nenhum. Então esse tipo de relação não rola (Ana Paula).

O hotel sugere sete reais. Pede sete reais na porta, o homem entra e a gente acaba brincando, jogando 171 como falamos, "vamos fazer mais demorado, mais caprichado. Aí depende o que ele quer, a gente cobra um valor, se ele aceitar a gente faz, se não faz o de sete mesmo (Aline).

O valor do programa é estipulado pelo hotel e varia entre de um estabelecimento para outro. Na região da Rua dos Guaicurus este valor varia entre sete e vinte e cinco reais. Este é o valor do programa básico com duração máxima de quinze minutos e poucas variações na prática. A profissional do sexo é livre para negociar o valor por um tempo maior e por variações na prática. Assim, se o cliente quiser ficar mais tempo no quarto pagará mais, se quiser variações na prática, como sexo oral e anal, também pagará mais. O valor estipulado pelo hotel é o mínimo a ser cobrado e alguns hotéis são rigorosos com esses valores. Se a profissional cobrar abaixo do mínimo o gerente pode expulsá-la, sob a alegação de que isto baixa o nível do hotel.

As próprias profissionais consideram a cobrança de um valor abaixo do mínimo como desrespeito às colegas.

O preço é definido pelo hotel. E às vezes o hotel quer mudar e as mulheres não deixam, quando querem continuar neste valor (Cristina).

É proibido você cobrar menos de dez reais [pelo programa]. Se a gente sabe que uma garota está cobrando menos de dez, se acha que ela está cobrando, fazendo sem camisinha, você desce na gerência, eles põem para vigiar a menina. Se a mulher está cobrando menos que dez reais, transando sem camisinha, eles pedem para ela descer (Marlene).

Aqui é o hotel que estabelece o preço e a gente segue a norma. São quinze reais um programa rapidinho. Ou vinte reais. Meia hora custa trinta reais e uma hora, sessenta reais. Isso o hotel coloca, mas se você quiser cobrar mais você pode, não pode cobrar menos. Porque senão o hotel decai (Fernanda).

O hotel estabelece quinze reais. O que a gente negociar no quarto é nosso. Só não pode ser menos de quinze reais, porque aí está desrespeitando a colega do lado, então a gente tem essa regra (Luana).

Nos hotéis de batalha não há qualquer vínculo trabalhista entre a profissional do sexo e o proprietário do estabelecimento. A relação explícita é comercial, ou seja, a mulher aluga o quarto e o utiliza para atender seus clientes. Mas implicitamente, como ficou demonstrado nas falas anteriores, o hotel tem forte influência sobre o trabalho das profissionais. Elas afirmam que a relação com o hotel é referente apenas ao pagamento da diária que não existe interferência em seu trabalho. Entretanto existem recomendações passadas por proprietários e gerentes que, caso não sejam cumpridas, podem resultar na expulsão da profissional do referido hotel. São os casos que envolvem brigas, uso de drogas e atraso no pagamento da diária. Nestes casos os donos dos hotéis decidem o que acontecerá com a profissional: se ela sairá ou continuará no estabelecimento. Quando as profissionais começam a trabalhar em um hotel são exigidos documentos que comprovem sua maioridade, e comprovantes de endereços e telefones de contato para avisar seus familiares, em caso de emergência. Existe uma seleção para se trabalhar nos hotéis, nas quais são observadas a aparência física e a conduta da profissional. Não basta simplesmente alugar um quarto.

Eu rodei todos os hotéis e preferi ficar nesse aqui, então conversei com o gerente e ele me aceitou. Porque esse hotel também não aceita qualquer mulher. Então foi de ambas as partes aceito e eu fiquei aqui (Cristina).

Aqui a gente trabalha para a gente mesmo e o único compromisso que a gente tem é pagar a diária no final do dia [...] no hotel, eles não permitem que mulheres que usam drogas trabalhem aqui. Eles exigem da gente uma documentação com foto, por que caso aconteça algo com as mulheres, eles têm um livro de registro com a foto e o número de identidade delas (Larissa).

É a dona do hotel [que resolve as divergências entre as garotas]. Ela não deixa que as mulheres provocam brigas entre elas. Se tenho um problema vou direto na dona do hotel e vou falar o que está acontecendo. Ela vai chamar as duas, vai por uma na frente da outra e vai resolver a questão (Larissa).

Você é obrigada a pagar a diária, todo dia sessenta reais, e se você dever três diárias eles mandam você descer do hotel (Michele).

Se tiver uma briga tem um pessoal, o gerente, o segurança, que vem e conversa, tenta entender o porque da briga, ouve os dois lados e toma suas próprias decisões. Eles vão ver quem está certo, quem está errado. Mas nem por isso vão colocar as duas mulheres para fora. Sempre há uma segunda chance. É claro que eles vão exigir respeito, vão impor respeito, vão trocar a mulher de quarto se for necessário, para que não haja conflitos maiores (Aline). Aqui é um hotel, como se fosse uma pensão, você paga sua diária e tem acesso livre entre seu horário de entrar e seu horário de sair. Você pagou sua diária, eles não exigem mais nada de você (Kátia).

As mulheres que trabalham nos hotéis da Rua dos Guaicurus formam um grupo heterogêneo, considerando as características demográficas e socioeconômicas. Existem profissionais provenientes de diversos estados brasileiros, muitas delas morando no próprio hotel. Começaram a trabalhar na prostituição por motivos diversos: desemprego, baixa remuneração em empregos anteriores, dívidas, desejo de realização financeira. Continuam trabalhando por serem bem remuneradas, porque gostam ou porque não encontram trabalho em outras ocupações.

Necessidade mesmo, estava desempregada e precisava me manter aqui na cidade [...] comecei a trabalhar por agência onde a gente tem as cafetinas, só depois conheci uma menina que já trabalhava no hotel e ela me trouxe (Larissa).

[Comecei a trabalhar] porque é gostoso, é um dinheiro que você obtém muito rápido (Amanda).

[Comecei a trabalhar] porque queria comprar uma casa. Uma amiga

minha que já era passou para mim e eu vim aqui (Fernanda).

Foi através de uma amiga e por dificuldade, por não encontrar um trabalho. como não encontrava, então vim trabalhar aqui (Luana).

Fiquei grávida, trabalhava ganhando salário mínimo. Então, depois que meu filho nasceu, eu tinha que sustentar ele, pagar alguém para tomar conta dele e com o salário que eu ganhava no mercado, eu trabalhava como caixa, não dava (Michele).

Eu comecei meio sem querer, mas estou até hoje pelo salário. Não tenho muito [o que dizer] porque vim praticamente sem querer, acabei me acostumando, usufruindo de alguma coisa, um dinheirinho bom e fui ficando (Kátia).

Segundo as profissionais, a prostituição pode ser uma atividade bem remunerada, pelo menos se for comparada com a média salarial brasileira, mas a carga de trabalho é muito árdua. Algumas mulheres fazem cerca de trinta programas por dia e trabalham mais de doze horas diariamente. As profissionais que vêm de outras cidades, e moram nos hotéis, trabalham todos os dias da semana, mas descansam durante os períodos, em que viajam de volta para suas cidades de origem.

O ingresso na prostituição, ainda que uma escolha consciente, nem sempre é a primeira opção de trabalho das profissionais. Antes de ingressarem na atividade as mulheres entrevistadas já trabalhavam em outras atividades remuneradas. Foram citadas muitas atividades, quase todas de baixa remuneração e pouco valorizadas socialmente: babás, garçonete, caixa de mercado, camelô, cabeleireira, vendedora, cozinheira.

Sempre trabalhei, mas fiquei cinco anos procurando emprego e não consegui. Quando consegui era de salário mínimo e eu já tinha desistido também (Cristina).

Já trabalhei como garçonete, como camelô, muito bom trabalhar como camelô, eu gosto. Já cuidei de velhinho, já fui babá, já trabalhei de tudo (Luana).

Já trabalhei em fábrica, padaria, já trabalhei em Shopping (Ana Paula).

Fui cozinheira de um grande restaurante em Coruípe na Bahia, já trabalhei de secretária, já fui doméstica, trabalhei com os sem-terra, já fiz de tudo um pouco, só não matei e não roubei, mas o resto que você perguntar: já lavei, passei. Já fiz muita coisa boa na vida antes de vir para cá. Hoje o fato de eu estar aqui não significa que é ruim,

mas também não vou me vangloriar desta situação (Aline).

As pesquisas sociológicas sobre prostituição mostram que as profissionais do sexo vêem essa atividade como uma forma de realização de sonhos, como uma maneira de prover dignamente o sustento da família, como uma forma de se realizar financeiramente (BARROS, 2005; FREITAS, 1985; ROBERTS, 1998). As profissionais encaram a atuação na prostituição como uma situação transitória, fato que influencia suas práticas informacionais, conforme veremos adiante. A renda obtida com o trabalho é uma justificativa para a permanência na prostituição, mas é também uma forma de se preparar para o futuro, pois as profissionais não querem permanecer por muito tempo na atividade. As mulheres entrevistadas têm como objetivo e expectativa de futuro sair da prostituição em breve. Têm o desejo de se tornarem donas de pequenos negócios, algumas voltando para as áreas em que têm experiência. Ao serem indagadas sobre suas expectativas e preparação para o futuro, as profissionais expressaram o desejo de deixar a prostituição para tornarem-se empreendedoras.

Sair o mais rápido possível, atingir meu objetivo e sair. Já fiz um curso de cabeleireira e agora quero montar meu salão com esse dinheiro (Cristina).

Eu pretendo, com o dinheiro daqui, fazer alguma coisa para que eu possa sair daqui o mais rápido possível. Atualmente estou fazendo curso de aprimoração (*sic*) na área de beleza, porque eu pretendo abrir uma salão para mim, estou fazendo curso de estética, essas coisas. Estudar eu não estudo porque, sinceramente, fugi da escola, não tenho a menor paciência com professor (Larissa).

Eu estava querendo, porque lá no Rio existe muito sacolão móvel, não sei se você já ouviu falar, não sei se aqui tem, por isso eu preciso de carteira de motorista (Michele).

Eu quero ter um comércio. Como quero trabalhar na área de turismo tenho uma *van*, estou juntando dinheiro para comprar uma outra, quero ir para essa área aí (Kátia).

Algumas profissionais expressaram o desejo de estudar, buscando para isso áreas mais técnicas e profissões de nível médio.

Pagar tudo o que eu devo. A hora que eu quitar tudo, vou mudar, vou fazer um curso, estou para começar um curso de segurança agora (Amanda).

Esse ano eu quero fazer meu curso de podóloga, quero ser podóloga. Tenho mais um ano só para trabalhar, comprar um apartamento e sair fora. Já tenho dois apartamentos, mas quero mais um só para garantir, para não ter que voltar mais (Luana).

Eu estava fazendo um curso de sonda, tive que parar porque tive uns problemas familiares, não consegui pagar o restante do curso. Mas eu pretendo voltar porque o salário é bom, varia entre R\$ 1800,00 e R\$ 2500,00. Eu pretendo voltar a fazer, se Deus permitir agora em junho (Aline).

O desejo de sair da prostituição é manifestado pelas profissionais, mas nem todas as entrevistadas sabem o que vão fazer depois que saírem. Algumas pretendem procurar empregos em áreas nas quais têm experiência.

Ainda não tenho [definido o que vou fazer quando sair]. Com o tempo, a idade vai chegando, eu não quero revelar minha idade mas a idade vai chegando, então fica mais complicado arrumar um bom emprego, principalmente quando a pessoa não tem um bom estudo, fica mais difícil [...] então não dá para dizer a atividade, quer dizer, eu sou cabeleireira. Eu não sei o que vou fazer, não tenho planos para o meu futuro não (Ana Paula).

Já coloquei vários currículos, estou esperando, pretendo sair daqui este ano ainda. Procuo um trabalho que me dê estabilidade, que eu possa estar em casa todos os dias com meus filhos (Aline).

Realizamos aqui uma breve caracterização da zona boêmia de Belo Horizonte. As questões que dizem respeito à saída das profissionais do universo da prostituição são tratadas no eixo sobre informações cotidianas. Adiante descrevemos, caracterizamos e analisamos as práticas informacionais das profissionais do sexo, tendo por base os quatro eixos propostos anteriormente.

5.2. As fontes de informação utilizadas pelas profissionais do sexo

A informação, na nossa concepção, é construída nas interações cotidianas dos indivíduos em seus contextos de ação. O sentido da informação e seus usos são decididos pelos usuários, mediante um processo de análise e interpretação. Falamos anteriormente nos contextos de produção e uso da informação, e da forma como a informação ganha sentidos diversos, até divergentes, nestes contextos. A interpretação da informação por parte dos usuários é o que define seu sentido, mas existem estruturas institucionais e sociais que têm influência na interpretação e limitam o leque de opções de escolha dos usuários.

No universo da prostituição é importante compreender as relações de poder estabelecidas entre as profissionais do sexo e os atores em seu entorno. Suas práticas informacionais são influenciadas por essas relações, que definem muito de sua percepção do que seja importante em termos informativos.

As profissionais do sexo utilizam, em seu dia-a-dia, diversos materiais que podem ser considerados informativos. São jornais, revistas, folhetos e livros que tratam de assuntos gerais ou específicos do universo da prostituição. A televisão e a Internet aparecem como fontes muito utilizadas pelas profissionais. O conteúdo informativo que desperta seu interesse nem sempre é voltado para seu universo de trabalho. Existem jornais e folhetos cujo público-alvo são as profissionais, mas elas também utilizam outras fontes disponíveis.

Só [busco informação na Internet] na parte de sexo. Eu pesquiso assim essa parte de sexo. Veio um cara que pediu para ficar beijando meu sapato, não sei o que, essas coisas assim, fazer ele de escravo. Aí eu acesso a Internet para saber sobre isso (Marlene).

Na internet, atualmente, venho pesquisando mesmo sobre a área de saúde, porque tenho um irmão que está com suspeita de um tumor na perna, então pesquiso para ver se acho alguma coisa. Tenho outro irmão com uma doença nos ossos, não sei o nome científico da doença, mas sei que a formação óssea dela não se desenvolve como a de uma criança normal, ele tem que tomar hormônio. Procuo sempre pesquisar para informar alguma coisa lá na minha casa,

porque meus irmãos são todos crianças. Também tem o famoso MSN (Messenger) (Larissa).

A gente lê muito livrinho, muita palestra. Aqui as pessoas passam distribuindo as camisinhas, os caderninhos dizendo como é que se evita, quais os sintomas, o que previne, como se previne, o que leva a ter o HIV, o que não leva. Procuro me informar desta maneira (Ana Paula).

De vez em quando passam umas meninas da Prefeitura entregando camisinha, mas é raro, muito difícil. Aí eles entregam um folhetinho falando sobre AIDS, sífilis, gonorréia, essas coisas. Dão meia dúzia de camisinha e só (Michele).

A Internet proporciona um universo ilimitado de possibilidades de trabalho para diversas profissões. No universo da prostituição, a rede é uma ferramenta de divulgação das profissionais; existem sítios específicos de oferta de serviços sexuais. As profissionais da zona boêmia não utilizam essa ferramenta para divulgação, pois as características dos hotéis garantem a clientela mesmo sem a divulgação dos serviços. Como exemplo de material informativo voltado exclusivamente para as profissionais do sexo temos o jornal "Na vida", editado pelo Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais (GAPA/MG). O jornal traz matérias sobre assuntos que interessam as profissionais do sexo: uso de preservativo, riscos do trabalho, saúde da mulher, legislação, direitos humanos, profissionalização da atividade, cuidados com o corpo, estética, dicas sobre a prática sexual.

Existem pessoas e instituições que participam do processo informativo das profissionais do sexo. São profissionais diversos, como policiais, advogados, médicos, psicólogos, padres. Entre as instituições estão as pastorais da Igreja Católica, a Associação de Profissionais do Sexo de Belo Horizonte (APSBH), a Polícia Militar, a Polícia Civil, o grupo Mulher e Saúde (MUSA) e o GAPA, os postos de saúde e hospitais.

Não contribuo [para a previdência], mas vou passar a contribuir, porque agora estou com um advogado que sempre me incentiva e fala: "Ana Paula, você tem que ter um, tem que contribuir, porque você não vai ficar com esse corpo para sempre, vai chegar uma hora que as coisas não vão caminhar da maneira que você quer, daí você tem que correr atrás do seu futuro, pelo menos ter uma contribuição porque você tem quatro filhos para criar e é complicado (Ana Paula).

Lá [na Associação] tinha aula de bijuteria, a gente promove desfiles, temos roupas da Associação, camisetas, a gente faz seminário. Hoje a APS é muito bem vista no Brasil. Quando a gente vai nesses seminários* as pessoas já sabem que a gente é da Associação e nos recebem muito bem. Todo mundo participa, tem muita parceria, o pessoal dos direitos humanos, Durval Ângelo mesmo, ajudam muito a gente (Laura).

O poder público também desenvolve alguns trabalhos de cunho informativo na zona boêmia, especialmente em relação ao uso de drogas e à violência. A presença das polícia não é suficiente para impedir a existência de tráfico de drogas no lugar. A repressão policial, embora não tenha sido relatada pelas profissionais entrevistadas, aparece como um problema no discurso das pessoas que lutam pelos direitos das profissionais do sexo junto ao poder público. O outro lado disso é a ação da polícia no âmbito informativo.

Eles fizeram recentemente uma reunião aqui para falar sobre AIDS, sobre tráfico de drogas, essas coisas. Sempre tem reunião. Veio a Polícia Militar, o juizado [hesita]... a Polícia Militar, a Polícia Civil, o delegado, o cara da Secretaria de Segurança Pública, veio aí falando sobre drogas (Marlene).

Vieram uns policiais aqui fazer uma palestra com todas as garotas. Lembro que no dia chamaram todas as garotas para a parte superior do prédio, para fazer uma palestra sobre drogas, as drogas aqui no meio da zona boêmia. Aqui, querendo ou não é um lugarzinho complicado, porque tem muita gente que mexe com drogas, tem mulheres que passam drogas aqui para marginal. Então eles vieram fazer uma palestra sobre isso (Larissa).

Outros grupos atuam nesta arena informativa, como o GAPA e o MUSA. Estes grupos têm como preocupações principais as questões relativas à saúde. Atuam neste âmbito, mas podem ultrapassar esse eixo, conforme exemplificamos anteriormente com o jornal “Na vida” editado pelo GAPA. A Igreja Católica trata a prostituição como um problema, mas seus membros também atuam junto às profissionais. Existem padres e seminaristas que vão aos hotéis oferecer sacramentos às mulheres. A Pastoral da Mulher Marginalizada, que é ligada à Igreja Católica, participa do processo informativo em diversos contextos da prostituição. As religiões protestantes também fazem parte deste universo informativo: realizam cultos nas proximidades dos hotéis, distribuem textos bíblicos, fazem palestras. Apesar do discurso religioso ser carregado de reprovação, as profissionais o utilizam

como uma forma de alívio mental e psicológico. E elas têm uma percepção crítica sobre a atuação destas entidades.

Acho que eles deveriam, o pessoal do Musa, do Gapa, acho que eles deveriam fazer mais reuniões nos hotéis. Eles deveriam fazer isso. Palestras, distribuir preservativos, informar, se você tem algum problema, está com alguma dúvida, quer fazer um exame, informarem aonde você vai direitinho (Lorena).

Eu vou muito na igreja que tem aqui atrás da passarela do metrô, não sei o nome da igreja, uma igreja católica. Então uma vez por mês a gente vai lá, eles dão camisinha, gel lubrificante, e eles aproveitam que a mulherada vai lá e fazem palestras. É supergostoso. Eles explicam sobre como prevenir da AIDS, da Hepatite, como gastar seu dinheiro, como fazer a compra do mês, quanto você vai gastar no supermercado, as pechinchas, enfim [...] É uma iniciativa das pastorais que reúnem. Mas têm pessoas que vêm aqui. Já conversei com psicólogo, com padre que vai de hotel em hotel, médicos também. Enfim, tem várias pessoas que ajudam as meninas aqui (Aline).

As profissionais do sexo também podem ser consideradas como fontes de informação. Seu processo de comunicação envolve temas cotidianos, problemas comuns ao universo e assuntos gerais que podem despertar interesse em seu meio.

Trocamos informações. A gente faz críticas, a gente ajuda, por exemplo, essa que te trouxe aqui, eu levei um cliente que era meu, mas que queria fazer sexo anal e eu não faço, levei para ela. Se não faço uma coisa que o cliente quer, levo para uma, se uma não faz, trás para a gente. A gente tenta, da melhor forma possível, ajudar uma a outra, porque aqui a gente depende uma da outra (Aline).

As garotas se ajudam mais em termos de doenças e família. Porque tem muitas meninas desgarradas, que não têm família. No meu caso, só estou na prostituição pelo dinheiro, é o meu trabalho. Tem muita gente que tem uma história triste, não tem família, não tem casa para morar, vieram de abrigo, marido que bate. Então a gente tenta ajudar essas pessoas (Kátia).

Estes breves comentários sobre as fontes de informação ajudam a compreender como acontecem as práticas informacionais das profissionais do sexo. Suas principais fontes não estão nos ambientes institucionalizados. O dinamismo do contexto de uso é a principal característica de suas ações de busca e uso de informação.

5.3. As práticas informacionais relativas às questões trabalhistas

O discurso das profissionais do sexo ouvidas demonstra que a dinâmica de uso da informação no universo da prostituição tem certas particularidades, principalmente por conta do caráter marginal da atividade. De um lado temos a preocupação política de grupos ligados à prostituição, de cientistas sociais, de políticos, de assistentes sociais, de profissionais da saúde, de autoridades judiciárias e policiais com o mundo da prostituição. Estas pessoas e entidades propõem mudanças na legislação e intervenções nos locais de trabalho, justificando-se com uma atitude que pode ser repressora ou libertadora. De outro lado temos as profissionais que elaboram suas próprias demandas e têm liberdade para escolher sua própria condição de vida. Assim é com a organização política da categoria, com a regulamentação da atividade, com a luta pelos direitos trabalhistas.

As práticas informacionais das profissionais do sexo relativas às questões trabalhistas são largamente influenciadas pelo caráter transitório da prostituição na vida destas mulheres. Ainda que essa transitoriedade possa parecer ilusão, pois muitas profissionais permanecem na atividade além do prazo planejado. E muitas delas deixam a prostituição e voltam novamente por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho formal, ou por ter falhado em seus empreendimentos.

Na primeira vez que trabalhei em Goiânia, montei um sacolão lá e fiquei por lá. Aí não deu muito certo e eu vim para cá (Kátia).

A maioria das mulheres falam que não estão aqui para a vida inteira. Mas têm umas que vão acostumando e ficam. Todas as que eu já vi sair até hoje, voltaram. Falam que não vêm mais, porque arrumaram um companheiro, arrumaram um serviço, mas daqui a pouco estão de novo na zona (Priscila)¹⁵.

¹⁵ A entrevistada é uma ex-profissional do sexo que trabalhou por dez anos na atividade. Há oito anos trabalha formalmente em um dos hotéis cuidando da distribuição dos quartos. Fala com propriedade da situação das garotas de programa, e mesmo sendo ex-profissional continuou trabalhando nos hotéis, ainda que em outra função.

As profissionais não têm o objetivo de fazer da prostituição uma profissão permanente. As associações e outras entidades têm a preocupação com a legalização da prostituição para amenizar os riscos da atividade e dar mais segurança física e financeira às mulheres. As profissionais não enxergam a questão da mesma forma. Para elas a legalização representa a possibilidade de quebra de segredo, estigmatização e perda de rendimentos.

Para falarmos em práticas informacionais no âmbito da prostituição, precisamos levar em conta dois fatores: os contextos de produção e os contextos de uso da informação. No caso das informações relativas ao trabalho das profissionais, devemos considerar que no contexto de produção estão o poder público, os órgãos representativos da classe, profissionais da lei, os estudiosos do tema e as profissionais do sexo que se engajam politicamente na organização do grupo. Vemos isso na elaboração da categoria “*profissionais do sexo*” na CBO, que teve a participação destes diferentes grupos. No contexto de uso estão as profissionais do sexo em seu espaço de atuação. As profissionais são, ao mesmo tempo, usuárias e produtoras de informação, pois interpretam e reconstroem as informações que recebem. A importância dada à informação é diferente nestes dois contextos. Mesmo com a participação das profissionais nos contextos formais de produção da informação, as demandas reais são diferentes nos contextos de uso.

As necessidades de informação das profissionais do sexo a respeito das questões trabalhistas são influenciadas por sua visão sobre a prostituição e por sua expectativa de permanência na atividade. A condição de autônoma é outra questão que influencia as práticas informacionais das mulheres que trabalham nos hotéis de alta rotatividade. As profissionais estão livres de qualquer contrato ou vínculo de trabalho, e consideram isso um ponto positivo, pois garante a liberdade de exercer a atividade.

Quando se fala em legalização da atividade percebemos a diferença entre a informação formal e o significado dado a este processo pelas profissionais. A legalização visa garantir às profissionais os direitos legais de qualquer outro trabalho formal. Tem como objetivo regulamentar o exercício da atividade, instituindo direitos

e deveres para as profissionais e para os empregadores, os donos das casas de prostituição. A proposta de legalização prevê o registro em carteira, mas não o obriga. A profissional passará a ter deveres, como outros profissionais formais, mas poderá trabalhar como autônoma com acontece atualmente nos hotéis. Entre as profissionais a legalização é considerada importante, mas pouco aceita. Consideram que assim perderão sua autonomia e terão queda nos seus rendimentos. Também temem a marca que isso deixará em suas vidas.

Para mim, se tiver que ter uma carteira profissional, alguma coisa assim, estou fora. Não faço de forma nenhuma (Marlene).

Para quem vai continuar acho legal [a legalização da atividade]. Para mim que vou sair, tanto faz agora [...] Acho legal, tem pessoa que se assume. Se na Europa já é assim porque aqui não. Pelo menos aqui teria carteira assinada, as mulheres ganhariam seus... Como é que se diz? (*Pausa longa*) Pagaria todo mês, como pessoas normais pagam e ganham todo mês, se ficar doente, essas coisas (Luana).

Acho que o governo não está interessado nas prostitutas, está interessado porque rola dinheiro, só que eles querem a parte deles. Se a prostituta analisar direitinho, por ano ela recebe muito mais que os R\$ 15000,00 que é o isento. Então o que eles querem, no meu ponto de vista, é isso, que você contribua para o leão. Só que eles não te oferecem nada. Para mim, não acho vantajoso (Kátia).

Percebemos que neste tema as informações são desencontradas e fragmentadas. Os fragmentos de informação sobre a legalização são oriundos dos diversos discursos aos quais as profissionais têm acesso: o discurso político e social favorável ou contrário à legalização, o discurso de grupos e entidades favoráveis e o discurso construído no espaço de trabalho, reinterpretando o que foi produzido em outro contexto. A reinterpretação das informações oficiais sobre as mudanças trazidas pela legalização, faz nascer a visão que as mulheres têm do reconhecimento da atividade como profissão. Não rejeitam, mas ao mesmo tempo não consideram como algo que trará mudanças significativas para elas.

Outra situação importante que envolve práticas informacionais nas questões trabalhistas é a relação entre as associações e as profissionais. A APSBH é uma produtora e importante fonte de informação para as profissionais do sexo.

Antigamente a Associação não era registrada, nem nada. Aí reuniu

um grupo de mulheres, sempre nas quintas-feiras, a gente ia ali para o Montanhês que é aqui na Guaicurus, e ficava batendo papo. Era mais um lazer para as mulheres, porque muitas reclamavam que estavam com problemas, deprimidas, tinham, às vezes problemas em casa, problemas com clientes. Depois a gente foi tomando gosto pela coisa e decidiu fundar a Associação (...) Lá tinha aula de bijuteria, a gente promove desfiles, temos roupas da Associação, camisetas, a gente faz seminário (Laura).

A APSBH foi fundada para atender a uma demanda percebida pelas próprias profissionais e está de acordo com a recomendação da CBO sobre a organização da categoria, mas a participação das profissionais ainda é tímida. As profissionais entrevistadas, com exceções, não participam ativamente destes movimentos. Poucas demonstraram interesse em participar e alegam que sua passagem pela prostituição é rápida, apenas o tempo de realizar alguns projetos, e que não sentem a necessidade de atuarem em órgão de classe ou no reconhecimento da profissão. Outro ponto importante é o medo do estigma e da discriminação, pois participar da Associação traz notoriedade e visibilidade social.

Conheço [a Associação de Profissionais do Sexo], mas não participo de nada. Só quando tem reunião aqui [...] [Não participo] porque tenho vergonha. Elas vão na câmara, na Assembléia, esses negócios, e eu tenho vergonha. Nem sei onde fica (Marlene).

Já me convidaram [para participar da associação], mas eu não participo não. Eles vêm aqui, conversam com a gente, mas eu não participo não. Porque eu acho que se tiver que participar de uma coisa dessas... é uma coisa aberta, não é só para a as garotas de programa, é uma coisa aberta para a sociedade, vai que eu chego lá e tem alguém que me conhece (Larissa).

E por ser vice-presidente da Associação, estou cansada de sair na televisão, dar entrevista para jornal, tem festa lá, participo de abertura de mesa, estou cansada de saber que todo mundo sabe que eu trabalho aqui, mas nem por isso me sinto constrangida (Laura).

Não participo [da associação], nem conheço de perto. Sei que existe mas não participo (Kátia).

Os direitos trabalhistas garantidos aos trabalhadores formais, como férias, décimo-terceiro-salário, fundo de garantia, seguro-desemprego, previdência social, assistência médica e hospitalar são a principal bandeira de defesa da legalização. As profissionais consideram sua condição de trabalho adequada, baseadas na experiência em outros empregos. A autonomia e a liberdade para fazer seus

horários é ponto positivo para elas. Sua jornada de trabalho é intensa, mas elas reservam alguns dias para descansar. Como o trabalho é autônomo, cabe a cada trabalhadora definir a forma de trabalhar, o tempo de trabalho e os descansos. A questão financeira, envolvida no reconhecimento dos direitos trabalhistas, é mais delicada, pois os direitos dos trabalhadores formais são garantia contra imprevistos como doenças, desemprego e acidentes. As profissionais do sexo não possuem essas garantias e resolvem essa questão de outra forma, seja fazendo uma poupança, ou pagando previdência, plano de saúde, seguro de vida.

Eu pago consultas particulares, não tenho plano. Também não contribuo para o INSS. É para tempo de serviço, não é? Não pago não (Cristina).

Não tenho plano de saúde, quando preciso apelo para o SUS. Vou guardando parte do meu dinheiro para as emergências. Uma parte pago as dívidas, outra guardo (Amanda).

Eu estava querendo contribuir [para a previdência], mas nem sei como é. Se a gente ficar doente, a gente não tem direito a nada, a gente tem que gastar o que tem no banco (Michele).

As profissionais do sexo reconhecem suas necessidades de informação relativas à questão trabalhista. Como usuárias, buscam e usam informação de forma independente, sem se associar a um serviço ou sistema. No contexto de produção da informação, os órgãos representativos do poder público e das profissionais são importantes fontes de informação, assim como os diversos profissionais que interagem com estas mulheres, os clientes e pessoas que circulam no entorno dos hotéis. No contexto de uso estão as profissionais exercendo tanto o papel de usuárias, quanto de produtoras e reprodutoras de informação.

As questões trabalhistas podem gerar necessidades de informação sobre a legalização da prostituição, o que a tornará uma profissão formal, com todos os desdobramentos que isso pode gerar. A legalização muda a relação entre as profissionais do sexo e os donos das casas de prostituição. Os problemas que podem ser evitados com a seguridade social garantida pela legalização da atividade são conhecidos pelas mulheres. Atualmente elas manifestam o desejo de saber sobre algumas questões como a contribuição para a previdência e a aposentadoria. Mas o caráter marginal e transitório da atividade faz com que as profissionais dêem

pouca importância ao tema legalização. O uso de informação sobre as questões trabalhistas tem relação direta com o impacto que estas questões têm na vida das profissionais.

5.4. As práticas informacionais relativas à legislação penal

Neste trabalho defendemos que os sujeitos são autônomos para estabelecer suas necessidades de informação e a forma de satisfazê-las. No âmbito da legislação buscamos analisar as práticas informacionais das profissionais do sexo baseando-nos em suas concepções sobre este tema. Mas na nossa concepção as estruturas sociais e as relações de poder interferem no cotidiano dos indivíduos. As profissionais do sexo podem se defrontar com situações que requerem o uso de informação sem reconhecerem essa necessidade. No âmbito legal as profissionais têm atitudes que são consideradas infrações na legislação, mas que elas não reconhecem como crime.

A legalidade ou ilegalidade da prostituição não é compreendida pelas profissionais do sexo. Muitas vêem o exercício da prostituição como crime e a propriedade de casas de prostituição como uma coisa legal, o que é o inverso da realidade. Ao ser indagada sobre a forma como reivindicava seus direitos uma profissional disse que elas não tinham como fazer isso. Alegou que se procurassem a justiça seriam punidas, pois os donos dos hotéis têm poder, “por serem ricos”. Outras profissionais têm dúvidas sobre o que é ilegal e criminalizado.

É ilegal, isso aqui é ilegal. Não é ilegal? Isso aqui é ilegal. Eu acho que se prostituir não é ilegal, ilegal é você... como se diz?...(longa pausa) explorar a prostituição (Marlene).

A legislação penal brasileira sobre a prostituição é resultado de um contexto muito diferente do atual, de uma época em que os movimentos sociais e a emancipação das mulheres ainda não existiam. A concepção de crime na legislação e no universo da prostituição é divergente. Roberts (1998) cita um exemplo claro desta divergência: a concepção de cafetão. Para a legislação cafetão é qualquer pessoa

que usufrui de lucros provenientes da prostituição. Para as profissionais cafetão é quem utiliza-se de métodos violentos, ou de coação, para obter esses lucros. Namorados, maridos, filhos, parentes, muitas pessoas usufruem do dinheiro ganho pelas profissionais com a atividade. A profissão é a fonte de sustento de muitas famílias, como argumentam algumas profissionais, inclusive para justificar a importância da legalização:

(...) neste meio existe muita gente drogada, que está aqui por luxúria, por dinheiro, para ganhar mais, e mais, e mais; como também tem mulheres decentes, para sustentar sua família, que é o meu caso (...) Por isso eu acho, que por essa parte, deveria ser legalizada porque tem... não é legal, não é uma profissão boa, mas traz muitos benefícios para certas pessoas. Por isso eu acho que deveria ser legalizada, ser registrada tudo direitinho, porque ajuda muita família, muita criança. Ajuda muito, mata a fome de muita gente (Cristina).

Outra concepção que diverge do discurso oficial é a que diz respeito ao tráfico de mulheres, ou tráfico de pessoas, conforme a nova redação do artigo 231 do Código Penal brasileiro. Integrantes do Grupo Davida criticam a concepção de tráfico adotada no Código e tantas vezes interpretadas pelas autoridades e pela sociedade. Argumentam que se as mulheres não são forçadas a irem para o exterior ou a se deslocar nacionalmente, se não são menores de idade, não trabalham para nenhum agente, então não podem ser acusadas de qualquer crime (GRUPO Davida, 2005). Para o discurso vigente na sociedade, a prostituição, a pedofilia, a exploração sexual, a escravidão são atividades correlatas. Sob o termo tráfico são enquadrados também os deslocamentos voluntários de pessoas. As profissionais entrevistadas têm outra concepção sobre tráfico:

Acho que isso teve muito (*tráfico de pessoas*). Hoje em dia não tem mais isso não. Quer dizer, tem mas é muito difícil, não é que nem antigamente. Hoje as mulheres vão para a Europa, viajam para fora, vão e voltam. Um monte de amiga minha já foi para a Europa, inclusive uma que está aqui do lado, que eu posso te apresentar. Ela já foi várias vezes para a Espanha, teve até um filho com um espanhol. Antigamente tinha muito isso, hoje não (Fernanda).

Na Europa é bem diferente. É um absurdo [tráfico de pessoas]. Na Europa, vivi lá sete anos, não vi isso. Quer dizer, vi isso em poucos lugares, mas nunca me pegaram o passaporte, nunca me fizeram ficar à força em um lugar. Já vi, em alguns lugares, meninas de 18 anos se drogando e com o passaporte preso. E era brasileira a cafetina. Queria pegar meu passaporte, falei para ela: 'não tenho

passaporte, tenho DNI, poderia te denunciar'. Mas saí fora (Luana).

A falta de interesse das profissionais pelo tema legislação penal também pode ter influência do caráter transitório da prostituição em suas vidas.

Eu não, nunca procurei saber [sobre legislação] não. Sou desligada. É porque eu não vim com a intenção de ficar quinze, vinte anos, eu vim com a intenção de ter meu tempo, de ter um tempo para eu ficar, juntar dinheiro e depois sair. Então esse tempo meu está dando, porque estou com 41 anos, está na hora de sair, já estou há muito tempo (Marlene).

Nada, não procuro saber nada [sobre legislação]. Nem sei do que você está falando. [Esse assunto não me interessa] porque minha previsão é sair daqui até o final do ano. Então, não quero nem saber. No último dia que eu descer aquela escada ali, isso aqui para mim acabou (Larissa).

Eu não sei nada [sobre legislação]. Nunca procurei saber. Não tenho [interesse]. Mesmo porque não pretendo mais ficar exercendo essa profissão (Ana Paula).

As profissionais, por desconhecerem a legislação, podem ter atitudes criminalizadas pela lei penal. E esse é um fator provocado pelo desequilíbrio de poder entre profissionais e autoridades. O incentivo à prostituição, que é considerado crime na legislação, é comum entre as mulheres. Muitas começaram na atividade incentivadas por amigas e já incentivaram outras mulheres a entrarem também. Pela legislação penal este comportamento é criminalizado, mas elas desconhecem que estejam cometendo algum delito.

Aí tinha uma amiga que trabalhava no [Hotel] Brilhante e ela me trouxe, fiquei uns dias no Brilhante, depois vim para cá (Marlene).

Foi através de uma amiga e por dificuldade, por não encontrar um trabalho. Como não encontrava, então vim trabalhar aqui (Luana).

Uma amiga me fez um convite, eu estava passando por uma situação muito delicada na época e resolvi vir (Lorena).

O conhecimento da legislação por parte das profissionais pode ser uma forma de exercer seus direitos frente aos atores com quem interagem: policiais, clientes, donos de hotéis, colegas de trabalho, médicos e família. Mais uma vez vale destacar que as práticas informacionais das profissionais do sexo sofrem influência de sua

visão sobre os temas tratados. Para elas é mais importante o que tem impacto imediato em suas vidas.

5.5. As práticas informacionais relativas à saúde da mulher

A saúde é uma preocupação constante para as profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte, pelo menos seu discurso valoriza os cuidados com o corpo e a noção do risco de contaminação pelas DST. Oltramari e Camargo (2004), Pasini (2000), Roberts (1998) dizem que as profissionais do sexo são bem informadas sobre a prevenção de doenças e têm mais cuidado com os riscos da contaminação que o restante das pessoas. Segundo Roberts (1998), desde a antiguidade a incidência de DST entre as profissionais sempre foi menor que no restante da população. O tema saúde recebe muita importância por parte das profissionais.

Eu sou maníaca com relação à saúde. Não faço oral sem camisinha, não faço sexo sem camisinha. Independente se estou com dor ou não, todos os dias de manhã e à tarde tomo um antiinflamatório e um analgésico, porque como a gente tem muita relação sexual durante o dia o útero dói um pouquinho. E esse excesso de lubrificante também pode vir a causar uma infecção. Às vezes o homem quer passar a mão, mas eu não deixo porque existem muitas bactérias na unha e pode pegar. Na saúde sou meio maníaca porque acho que se a gente não prevenir hoje, amanhã pode ser tarde demais (Aline).

Da fala acima já emergem várias questões sobre as práticas informacionais das profissionais do sexo. Sobre este tema podemos destacar os seguintes pontos: o conhecimento sobre as doenças, os cuidados com a saúde e com o corpo, a relação com profissionais e instituições de saúde e a importância das relações interpessoais nas práticas informacionais.

No contexto da prevenção das DST e outros cuidados com a saúde, o caráter transitório da prostituição não tem a mesma relevância que nos temas abordados anteriormente. Enquanto a legislação e a legalização da profissão recebem pouca atenção das profissionais do sexo, a saúde é destaque em seu discurso.

Percebemos que elas se envolvem com mais rigor nas práticas de prevenção: o uso de preservativos, de medicamentos, as consultas médicas, o exame do cliente, o conhecimento sobre as doenças são preocupações constantes. Os profissionais da saúde são importantes no contexto informativo destas mulheres. Elas cuidam da prevenção baseadas em informações médicas, disseminadas por agentes de saúde e instituições que realizam campanhas informativas e têm trabalhos voltados para a prostituição.

Vou ao médico. No ginecologista vou de três em três meses. Converso [com ele]. Eu tenho médico aqui e tenho médico em São Paulo. O médico de São Paulo e o daqui sabem o que eu faço. Eu sou assim, eu acordo de manhã, não tomo nada, só tomo água, passo no laboratório e tiro sangue, passo no outro laboratório tiro sangue, quando eu faço HIV, faço dois, três exames, eu não faço um, faço dois, três exames (Marlene).

Vou ao ginecologista de mês em mês para fazer consulta de rotina. De três em três meses faço exame de prevenção e de seis em seis meses faço o HIV (Larissa).

De seis em seis meses eu faço um check-up geral. E também tem que prevenir, usar o preservativo, não deixar se enganar pelo cliente, porque chega muito cliente fazendo proposta de transar sem o preservativo. A pessoa tem que ter consciência dela própria, não adianta nada ganhar muito dinheiro hoje e amanhã não ter dinheiro para pagar, para curar uma AIDS, ou qualquer coisa. Porque tem a AIDS, mas tem várias doenças que também são perigosas (Laura).

Eu uso camisinha, faço minhas prevenções e só. Vou ao médico de seis em seis meses e faço um check-up: HIV, sífilis, diabetes, faço geral (Kátia).

Eu costumo procurar médicos aqui no Centro, não gosto de procurar médicos no meu bairro, porque no meu bairro ninguém sabe [o que faço], quem sabe... Não gosto de comentar o que eu faço ou deixo de fazer. Então para não deixar essa ficha, normalmente procuro [médico] aqui no PAM da Carijós, e em frente ao Parque Municipal (*no posto de saúde Carlos Chagas*). Porque são pessoas que você pode chegar com seu apelido, que você faz todos os exames (Kátia).

As informações médicas são a base para a elaboração da prevenção pelas profissionais do sexo. Elas recorrem com frequência aos médicos, seja preventivamente, seja nos momentos em que acontecem acidentes que representam riscos para a saúde. A comunicação com os médicos é importante para que as profissionais possam reconhecer as doenças.

[Minha ginecologista] me indica, porque uso muita camisinha, tem muito óleo, a gente usa muito gel, então pode dar alguma infecção no canal da urina, ela me passa sempre uma pomada para uso diário, à noite. Não é porque eu tenha alguma coisa, mas ela fala que é por causa de infecção. Ela fala também que porque tem muito pus e bactéria que dá na vagina, vamos supor que o cara chega e taca a mão, vai saber onde ele pôs a mão e se ele por a mão lá. Tem bactéria que pode causar algum problema mais sério (Larissa).

Como não escondo do meu médico que faço programa, ele me recomenda não fazer... beijo na boca ele já proibiu, porque ele me falou que tem uma hepatite que pega através da saliva. Então ele me recomenda várias coisas, conversa comigo, fala que a prevenção é o melhor remédio (Aline).

O ponto de partida para essas mulheres é a informação oficial, mas elas não são receptoras passivas de informação. Para elaborar a prevenção, o conhecimento adquirido com a vivência da profissão é muito importante. Ainda que as profissionais não tenham conhecimentos científicos sobre as doenças, no dia-a-dia aprendem a reconhecer alguns sintomas das DST e a elaborar estratégias de prevenção. A utilização de preservativos nas relações sexuais é considerada a principal forma de prevenção pelo discurso médico. Esse discurso é adotado pelas profissionais do sexo, que afirmam utilizar o preservativo em suas relações. Ainda assim percebemos em seu discurso indicações de comportamentos que não seguem totalmente as recomendações médicas.

Não faço nada sem camisinha, não tem como. Vou mostrar uma coisa aqui, olha. (*Mostra uma caixa de preservativos*). Não faço nada sem camisinha. Essas aqui eu pego no posto. Eu não faço nada sem camisinha! Não tem como. Mas eu não estou mentindo. Tem cara que faz sexo oral em mim, estou com vontade, eu vou perder essa? Mulher que fala que não faz é mentira (Marlene).

Uso preservativo para todos os clientes. Tem cliente que chega na porta e pergunta se eu faço oral sem camisinha. Digo que não. Ou então pede para transar um pouquinho sem camisinha. Esses caras não têm amor a eles mesmos (Larissa).

Depende de onde. Porque a doença a mulher pega quando transa sem camisinha. Com camisinha não vai pegar (Amanda).

Sei que não pode transar sem camisinha, tem que usar o preservativo, que não pode ter contato com as pessoas porque pega pelo sangue. Eu me previno muito bem (Laura).

O discurso assumido pelas profissionais do sexo é baseado no discurso oficial, mas carrega consigo as marcas do discurso do senso comum. Existem muitas dúvidas sobre a contaminação por DST e outras doenças. As falas das profissionais demonstram alguma incerteza sobre muitas questões relativas às doenças.

Chupar sem camisinha, eu acredito que passe doença, pode passar AIDS, gonorréia, um monte de coisa. Tem muita gente que acredita que não passa. Eu acho que passa, eu não faço. Dizem que a hepatite também pega, se você chupar sem camisinha (Michele).

O conhecimento sobre os sintomas das DST é uma arma de prevenção. Quando o cliente entra no quarto e tira a roupa as profissionais realizam um exame rápido, buscando ver se não há evidência de alguma doença. Certamente nem todas as doenças são perceptíveis, mas algumas apresentam sintomas externos que são reconhecidos por elas. A preocupação não é apenas com as DST, mas também com doenças que podem ser transmitidas pelo contato com a pele. As profissionais demonstraram conhecer algumas doenças, mas nem todas rejeitam o programa com o cliente que apresenta algum sintoma. Apesar de conhecerem os riscos de contaminação, de estarem bem informadas sobre isso, algumas profissionais fazem o programa com estes clientes. Há mulheres que dizem que não fazem o programa de jeito nenhum e outras que dizem que tomam cuidado para não entrar em contato com a pele do cliente.

Sei que tem vários tipos [de DST], mas te explicar assim não sei. Minha ginecologista fala que tem algumas coisas que são visíveis, são verrugas, algumas coisas assim. Ela me explica bastante: tem coisas que você vê, tem coisas que não vê. Ela fala sempre o seguinte: quando tiver dúvida é melhor parar. Porque às vezes acontece, como um cara que estava com a perna enfaixada, perguntei o que era e ele falou que foi acidente de moto. Fiz o programa e evitei encostar naquilo. Um tempo depois ele falou que era uma doença que dá uma ferida na pessoa e não cicatriza, acho que é hanseníase, não sei se é contagiosa, até procurei na Internet mas não encontrei nada. Vou ao dermatologista sempre que aparece alguma coisa diferente (Larissa).

Reconheço os sintomas [das DST]. Primeiro pelo mau cheiro, segundo pelas verrugas, machucado. Alguma coisa de errado e eu já não faço o programa com o cliente (Fernanda).

Sei que através do sexo oral você pode pegar quase cem tipos de doença. Já peguei clientes que tinham herpes na genital e fui obrigada a falar com ele que não ia fazer o programa (Luana).

Eu conheço algumas [DST], tipo aquelas verrugas que dão, tem muito cara que aparece por aqui com verrugas em volta do pênis, ou muita ferida, que não cuidam, que não lavam (Michele)

O comportamento das profissionais do sexo diante das DST e dos cuidados com a saúde desvela suas práticas informacionais. A construção do sentido da informação no cotidiano destas mulheres é um processo complexo. Há fatores que influenciam as práticas de busca e uso da informação, e que vão muito além das características advindas do exercício profissional. No uso de medicamentos, por exemplo, a informação médica sobre os tipos de remédios e a quantidade a ser utilizada nem sempre é seguida pelas mulheres. Acontece também a automedicação e a utilização de produtos que não são recomendados e que podem, segundo o discurso médico, ser nocivos à saúde.

[Se a camisinha estourar] a gente toma a pílula do dia seguinte, faz ducha vaginal, faz lavagem com vinagre (Amanda).

O médico fala que a gente não deve usar, coisa que eu faço errado, sempre a pomada vaginal, só uma vez por semana e usar camisinha (Kátia).

Nem sempre as recomendações médicas sobre um determinado problema de saúde coincidem. A concepção de risco de contágio, por exemplo, é diferente para cada médico. Se as informações são interpretadas de diferentes formas no contexto de uso, no contexto de produção elas podem ser diversificadas também. As profissionais do sexo, pela quantidade de relações que têm por dia, estão mais expostas ao risco de “acidentes” durante o ato sexual, sendo muito comum o rompimento do preservativo. Existe uma forma correta de colocar o preservativo, que diminui o risco de rompimento, mas as profissionais admitem que nem todas sabem fazer isso e deixam essa tarefa a cargo do cliente.

Tenho dois anos e isso aconteceu comigo duas vezes (*fala sobre o rompimento do preservativo*). Fiquei louca, xinguei o homem, cismeiquei que ele tinha tirado mas não era. Às vezes acontece (...) A garota também tem que saber muito bem colocar a camisinha. Já aconteceu de garota virar aqui e falar para mim: "não sei colocar camisinha direito, então mando o homem colocar". Aí eu falo para ela: "mas e se o homem te arranha essa camisinha, fura e você não vê". Eu não, eu mesma ponho a camisinha porque sei que vou pôr e ela não vai sair. Nestes dois anos aconteceu duas vezes, fiquei louca, liguei para

minha ginecologista, falei que queria ir lá. Ela falou comigo: "não adianta você vir agora, se você tiver pegado alguma coisa, só daqui a seis meses a gente vai detectar. Agora pelo lado da gravidez eu tomo anticoncepcional (Larissa).

Comigo nunca aconteceu de estourar, nem soltar porque me cuido direitinho. Não pode entrar ar no preservativo, se entrar vai estourar mesmo. Não deixo o preservativo esquentar. Se ele começou a esquentar um pouquinho e estou em programa demorado, imediatamente troco. Paro e troco o preservativo (Lorena).

Acho que o preservativo nunca estoura ou sai se a pessoa souber colocar. Trabalho há vinte anos e nunca um preservativo estourou comigo. Então eu acho que a pessoa tem que saber colocar (Laura).

O rompimento do preservativo pode ser um transtorno para a profissional, como demonstram as falas acima. Sobre este tema as informações médicas são diversificadas. Existem medicamentos de uso controlado, denominados "coquetel do dia seguinte", que são utilizados por profissionais da saúde que acidentalmente entram em contato com o sangue contaminado pelo HIV. A eficácia desta medicação não pode ser comprovada pelos médicos, pois não há certeza se as pessoas que se acidentam estão realmente contaminadas. Por esse motivo os médicos evitam receitar ou divulgar esse medicamento, temendo um relaxamento na prevenção por parte dos indivíduos. Pelas falas das profissionais entrevistadas percebemos que os médicos não receitam esse tratamento no caso de acidentes. Assim poucas pessoas têm informação sobre estes medicamentos. Percebemos também que as recomendações médicas não são concordantes sobre os procedimentos a serem tomados nestes casos.

A camisinha já estourou comigo. Fiquei rodando nessa cama. Eu fui num médico, e ele falou que era para voltar dentro de um mês. Aí eu fiquei fazendo exame de HIV. Teve uma vez que estourou a camisinha comigo, eu fiquei seis meses direto fazendo HIV (...) E aí eu fiz HIV, você fica com o rabo entre as pernas, não tem como (...) Estourou a camisinha comigo, eu ia fazer o que? Me jogar aqui de cima. Eu esperei dar o tempo, fui lá fiz HIV. Graças a Deus não deu nada (Larissa).

Já estourou a camisinha comigo. Fui a um posto de saúde tomar um coquetel, é um coquetel que eles aplicam em você. Não que você está salva da AIDS, mas vai ajudar a combater um pouco. Mas não entendo bem. Pela orientação que eu tenho não é de uma hora para outra que você pega AIDS. Se acontece de estoura a camisinha e vaza esperma não significa que você já está com AIDS. Tem que esperar quatro meses e fazer o exame de HIV. Se você estiver limpa

por dentro, sem feridas, não tem porque se preocupar. Mas você pode pegar outras doenças, doenças venéreas, tipo sífilis, coisas assim (Luana).

Já aconteceu comigo, me apavorei, mas vou fazer o quê? Estourou [o preservativo]. Me apavorei, fui lavar, esperei, chorei, mas fazer o quê? Quem está na chuva é para se molhar (Ana Paula).

Podemos perceber que o universo informacional das profissionais do sexo é muito dinâmico. As profissionais têm demandas parecidas, mas as formas de buscar uma solução para os problemas são diferentes. As DST são a principal preocupação das profissionais quando falamos no uso de informação para a saúde. Mas existem outras doenças que podem ter sua origem no exercício da prostituição: o estresse, a dependência química, a fadiga física, os problemas alérgicos, os riscos provocados pelo excesso de relações, a higiene. A preocupação das profissionais com sua saúde vai além das DST.

A prostituição é uma atividade que nem sempre é revelada nas interações das profissionais do sexo fora do ambiente de trabalho. A pressão sobre a mulher que exerce a atividade, sua própria identificação com a moral vigente que censura a prostituição, gera o estresse e a depressão. Para as profissionais a iniciação na atividade é difícil e em seu discurso apontam casos de usos de drogas e álcool como uma forma de escape.

[Este trabalho pode causar] doença venérea, estresse, depressão, tem muita mulher com depressão na zona. Impressionante, ficam deprimidas mesmo. [Elas buscam ajuda] porque na Pastoral da Mulher tem psicólogo. Mas tem muita mulher com depressão (Marlene).

No início fiquei muito nervosa, então procurei um psicólogo, fiz algumas sessões com ele, e ele até me passou uns antidepressivos, porque eu estava ficando depressiva. Porque eu ficava pensando na minha família, que eles iam descobrir, então fui ficando depressiva, mas hoje em dia estou bem. Tomei coragem, cheguei perto da minha família e falei o que eu fazia. Então hoje estou tranqüila, encaro isso aqui como se estivesse no salão de beleza, saio para trabalhar de manhã e quando saio daqui acabou (Larissa).

Existe estresse, existe muito. Tem que saber lidar com as pessoas. Trabalhar com público é difícil, se você trabalhar em uma loja é a mesma coisa de estar trabalhando aqui. Em todo lugar que for trabalhar vai ter problemas com uns e com outros. Não conheço só esse mundo aqui, conheço o mundo lá de fora também. É a mesma

coisa. Aqui é público, só que é o público íntimo, você vai se envolver sexualmente. Às vezes é até mais tranquilo trabalhar com o público daqui. Você tem o cara por dez minutos e depois não vai ver ele mais (Luana).

As drogas são um problema na zona boêmia por causa do tráfico e da dependência química de algumas profissionais. Em seus relatos as entrevistadas alegam que existem mulheres que fazem programas, mas também vendem drogas nos quartos por pressão de traficantes. São profissionais que são dependentes químicas e estão envolvidas com estes traficantes. Optamos por relatar o problema da dependência química no âmbito da saúde, embora envolva também questões de segurança e violência contra as mulheres. O poder público realiza um trabalho informativo junto às profissionais, oferecendo palestras sobre os riscos do uso de drogas. As profissionais também participam deste processo informativo, orientando as colegas envolvidas com as drogas na busca por ajuda para o tratamento da dependência.

Alguns riscos decorrentes da prostituição devem-se ao comportamento das profissionais em relação aos cuidados com o corpo. O excesso de relações sexuais pode causar problemas físicos, como inchaço e feridas no interior da vagina. Mas algumas atitudes das profissionais, como a automedicação, podem agravar este quadro.

O ginecologista passa pomada, fala comigo para não botar algodão, tem muita mulher que coloca algodão quando está menstruada, porque pode causar câncer (Michele).

Existem também os cuidados relativos à higiene. A limpeza dos quartos e a troca das roupas de cama são responsabilidades das profissionais. O movimento intenso de clientes e o pequeno intervalo entre um programa e outro podem dificultar os cuidados necessários com a limpeza dos quartos e a higiene corporal. As profissionais demonstram preocupações em relação a estes problemas. Os profissionais da saúde e as colegas de trabalho participam ativamente deste processo informativo.

As profissionais do sexo falam com mais desenvoltura sobre doenças e demonstram mais conhecimentos sobre o tema, comparando com os outros assuntos abordados

em nosso trabalho. A informação sobre saúde, no cotidiano das profissionais, vem de fontes diversas: colegas, médicos, entidades sociais. O trabalho do poder público pode ser importante, muitas mulheres consideram que a interferência do Estado é um ponto positivo no processo informativo, quando este envolve as DST. Para algumas profissionais, é necessário que exista mais campanhas informativas sobre a prevenção de doenças voltadas para elas. Duas profissionais que vieram de São Paulo, disseram que nos postos de saúde onde são distribuídos preservativos, também são ministradas palestras sobre os riscos de contaminação, e é cobrada a participação das mulheres. Segundo elas, as ações deveriam ser mais incisivas nos locais de trabalho, pois quem quer se informar tem que ir atrás de informação em outros locais e isto nem sempre é possível para as profissionais do sexo. Para elas, muitas pessoas que pensam saber se prevenir têm atitudes que colocam em risco sua saúde. Como exemplo citam o caso de uma profissional que usava o mesmo preservativo em dois homens diferentes, colocando em risco sua saúde e a dos clientes. Elas dizem que muitas profissionais não sabem colocar o preservativo, que quando mal colocado aumenta as chances de contato com o pênis e de acidentes. Uma delas demonstra a importância da família neste processo informativo, dizendo que sua mãe exige que ela faça o controle de sua saúde com um médico regularmente e cobra os cuidados necessários para evitar a contaminação.

Quando a gente pega camisinha em São Paulo, a gente faz palestra e faz todos os exames: HIV, sífilis, gonorréia, hepatite C, essas coisas. Então a gente passa por uma palestra para poder pegar camisinha (*nos postos de saúde*) (Fernanda).

Em São Paulo tem palestra no posto de saúde onde eu pego camisinha, tem obrigação de ir uma vez por mês participar das palestras e de quatro em quatro meses fazer os exames. É obrigatório. Se você não faz eles te chamam, vão atrás, porque faço parte do grupo de risco. É bom para a gente, o governo é obrigado a fazer isso para a gente (...) Aqui no Brasil, acho que a gente deveria ter mais esse tipo de ajuda do governo. Eles deveriam passar aqui com mais regularidade, passar para falar: 'olha está aqui um folheto, está aqui um posto de saúde'. Você tem que saber que está em um grupo de risco, pois o preservativo pode estourar com um cara que tem AIDS e você pode pegar AIDS à toa. É bom fazer os exames de quatro em quatro meses, tomar vacinas para não pegar hepatite. Tem mulher que não tem informação nenhuma a respeito disso. É só para quem busca mesmo. E eu acho que elas deveriam vir para a gente também. Ter palestra, conversas, explicações como se pegam doenças pelo sexo oral, tem muitas que não sabem, que entram nisso inocentes, sem aquela experiência, não tem ninguém para

informar. Se não, é outra colega que informa, que não informa, fica sempre aquela dúvida (Luana).

Diferente dos assuntos relativos à legalização da prostituição e à legislação penal, as questões relativas à saúde da mulher despertam muito interesse das profissionais do sexo pois é um tema que tem impacto imediato em suas vidas.

5.6. As práticas informacionais no cotidiano

No ambiente da zona boêmia acontecem diversas atividades informacionais. A comunicação diária entre profissionais, clientes e atores do entorno da região é um exemplo do contexto dinâmico das práticas informacionais. O cotidiano das profissionais envolve os outros eixos tratados em nosso trabalho, mas o caráter oficial da informação, daquela produzida por especialistas e instituições governamentais e/ou representativas do grupo em questão, cede espaço para o caráter informal das trocas de informação. Neste contexto mais dinâmico todas as temáticas são tratadas: o aspecto legal da atividade, que aparece na relação das mulheres com os hotéis e autoridades; a questão da saúde e do uso de drogas, presentes nas trocas informacionais entre as mulheres; a segurança nos hotéis; a manutenção da integridade física e psíquica; e as relações fora do ambiente da prostituição. Mantemos o foco nas relações interpessoais das profissionais com a família, os clientes e as colegas. Estes atores são as principais fontes de informação, da informação dinâmica e necessária para a construção do cotidiano.

As profissionais do sexo são as principais fontes de informação para suas colegas no que se refere à entrada no mundo da prostituição. As novatas, quando chegam ao hotel, recebem as orientações e as normas do hotel, mas a rotina de trabalho é construída na relação com as outras profissionais. O hotel estabelece suas regras, orienta sobre como proceder em casos de atritos, esclarece as proibições, mas são as colegas que orientam sobre o comportamento com o cliente.

Olha, [quando a mulher chega] ela é orientada sobre o que fazer e o que não fazer. Por exemplo, aqui tem muita segurança, então elas

são orientadas a não tentar resolver nada dentro do quarto, a chamar o segurança para que ele resolva. As pessoas aqui recebem as mulheres muito bem, eu pelo menos, quando comecei a trabalhar, fui muito bem recebida, eles me orientaram o que fazer e o que não fazer. Então eu acho que a mulher que chega para trabalhar aqui é muito bem tratada, tanto pelos funcionários, quanto... Como eu falei, às vezes tem atrito, mas até mesmo as outras garotas ajudam. Se eu tenho um problema no quarto, mesmo que a garota da frente não converse comigo, ela vai chamar o segurança. Pode ter seus atritos, mas são todas muito unidas (Larissa).

A relação entre as profissionais nem sempre é amistosa. Há muitas brigas e disputas entre elas, mas existem também relações de amizade e troca mútua de favores, inclusive no âmbito informacional.

Existe relação de amizade sim! Tem algumas que a gente conversa mais, troca idéias, conhecimento, tudo (Cristina).

[Minha relação com algumas colegas] é muito boa, mas tem aquelas que... Aqui mesmo neste corredor que eu trabalho tem algumas que não me suportam e nem eu apoio elas, mas elas têm que trabalhar e eu também, então cada uma segura sua onda. Às vezes acontece uma discussão, mas nada muito exagerado (Larissa).

Na relação entre as profissionais no ambiente de trabalho os clientes estão entre os assuntos mais discutidos, assim como a prática diária. É interessante comentar um comportamento das profissionais que tem as características da troca informacional em ambientes dinâmicos. Se um cliente tem algum comportamento desabonador com uma mulher, ela alerta as colegas para evitar que elas tenham problemas com ele. Esse alerta pode ser feito na presença do cliente para, deliberadamente, constrangê-lo. Esses avisos podem ser feitos nos corredores dos hotéis. Se o cliente propõe um programa sem proteção, ou se é agressivo com a profissional na porta do seu quarto, ela avisa, gritando, às outras mulheres que estão no corredor para tomarem cuidado com aquele cliente.

A gente fala dos que vem enchendo o saco, com mais abuso, o que eles fazem dentro do quarto, a gente conversa muito sobre isso. Sempre tem os esquizofrênicos. Então é muito engraçado você conversar sobre essas coisas, que tem os homens que aparecem com coisas diferentes (Cristina).

A gente fala sobre algum cara que, às vezes, entrou comigo e me deu problema; é aquele cara problemático, então eu falo com a

colega sobre isso, para que ela não venha a ter o mesmo problema que eu tive no quarto com o cliente (Marlene).

A gente conversa sobre clientes abusados. Muitos clientes querem que a gente chupe sem camisinha. Quando é um cliente gatinho também. Gatinho, mas que tem algum defeito, por ter pênis pequeno, alguma coisa assim [...] Se o cliente causa algum problema a gente fala também. Falamos quem é quem. Digamos que o cliente passe aqui na porta e pergunte: "você chupa sem camisinha? Eu te dou tanto". Aí vai lá para o fundo a gente já avisa, "olha, cuidado, quer sem [camisinha]". A moça fica esperta, todos escutam e o cara fica constrangido (Luana).

Desta relação com os clientes e da exposição das profissionais surge outra demanda informativa: a questão da segurança. Os hotéis possuem empregados que são responsáveis pela segurança do ambiente. Mas dentro dos quartos as mulheres precisam ter alguns cuidados para evitar agressões e abusos por parte do cliente. Algumas entrevistadas relataram casos de agressão, mas disseram que são fatos isolados, pouco freqüentes e que dependem do comportamento da profissional com o cliente. Os hotéis têm normas e regras para a questão da segurança e orientam as profissionais a não resolverem as contendas e os desacordos dentro dos quartos. Até mesmo quando a questão envolve a recusa do cliente de pagar o valor combinado pelo programa. As profissionais estão expostas também à psicopatia de alguns clientes, à agressão gratuita e nesses casos os procedimentos para evitar a violência são essenciais.

É muito difícil um homem chegar e agredir uma mulher (...) Eu sinceramente trabalho aqui há vários anos, mas todas as mulheres que morreram ou foram agredidas, elas realmente me passaram assim... usavam drogas ou bebiam. Acho que a pessoa que usa esse tipo de coisa, tem hora que ela não sabe o que está fazendo. Mas tem os psicopatas que aparecem. Apareceu ano passado um homem que esfaqueou uma mulher, e ele deu até entrevista na Rádio Itatiaia falando que tinha usado droga e que estava a fim de matar. Acho que ela morreu inocente (Laura).

Eles dizem que no hotel tem segurança. Tem uns rapazes que são seguranças, mas esses quartos aqui são muito pequenos. Se um cara puxar uma faca aí onde você está, eu estou encurralada aqui dentro. Até o segurança vir já me matou há muito tempo (...) [Quando o cliente chega] peço para botar a bolsa, se um cara entra de bolsa peço para botar em um canto, fico prestando atenção na roupa dele. Tem que ficar sempre prestando atenção nos movimentos que o cara faz. Não deixo o cara fazer carinho no meu pescoço; quando vou transar com ele, boto sempre a mão dele por baixo com medo de, qualquer coisa, tentar me enforcar (Michele).

A comunicação informal é a forma pela qual as profissionais tomam conhecimento do cotidiano da zona boêmia. Os diversos atores do entorno dos hotéis são importantes neste processo. A interferência dos acontecimentos no dia-a-dia dos hotéis depende de sua gravidade. O relato das entrevistadas sobre a agressão a uma garota em um dos hotéis da Rua dos Guaicurus mostra o funcionamento desta rede de comunicação.

Você soube que esfaquearam uma garota ali no [Hotel] Onda Livre? Esfaquearam uma menina novinha no Onda Livre. Eu tenho 41 anos, esfaquearam uma menina, ela tinha 20 e poucos anos, ali no Onda Livre, não sei se ela morreu. Ela transou com o cara, aí o cara esfaqueou ela pelas costas. Já morreram várias colegas minhas de profissão assim, mas comigo, por enquanto, não aconteceu nada (...) Eu fiquei sabendo [disso] porque notícia corre, notícia ruim corre. Todo dia eu tomo café aqui embaixo, então todo dia eu passo lá e pergunto da menina, e a menina é novinha, e ela vinha para cá para pagar a faculdade dela, ela estava fazendo faculdade. Era de Barbacena e a família dela não sabia que ela fazia isso. Geralmente todas as mulheres que vêm de fora assim, a família não sabe (Marlene).

Já ouvi histórias [de violência]. Recentemente teve uma garota aqui em outro hotel que foi esfaqueada, não sei se é verdade, não posso te confirmar nada. Comigo são coisas leves, que até mesmo sou eu quem procuro. Se o cara folgou comigo no meu quarto vou ser folgada com ele também. Eu procuro fazer o melhor, ser educada, mas não vou deixar o cara folgar comigo aqui não (Larissa).

No dia-a-dia da zona boêmia as profissionais mais experientes exercem papel fundamental na orientação das novatas e recém-chegadas. Além do processo informativo, uma rede de solidariedade é formada, para que as profissionais se ajudem mutuamente. A preocupação dos hotéis em informar as mulheres limita-se às regras para a utilização do espaço. Outras demandas e outras necessidades de informação são trabalhadas na interação com as colegas, clientes e outros indivíduos do entorno da zona, além da família e amigos.

Elas sempre me respeitaram (*as mulheres mais jovens, as novatas*), devido eu ser quase a mais velha, porque tem mulher mais velha que eu, elas sempre gostaram de me pedir conselho. E eu resolvi entrar (*na associação*) para ajudar todo mundo. E ajudo com o maior prazer (Laura).

Fora do local de trabalho, nos momentos de lazer e de interação com a família e amigos, as práticas informacionais das profissionais do sexo ficam subentendidas em um universo informacional que é comum a toda a sociedade. A televisão, a literatura e a Internet adquirem *status* de fuga dos problemas que o cotidiano da prostituição pode causar. A literatura religiosa ganha especial importância para essas mulheres.

Na verdade minha leitura são só livros espíritas. Mas leio bastante (Larissa).

Leio livros sobre espiritismo. Adoro. Assisto muito jornal na televisão também. Sou viciada em jornal (Luana).

[Leio] todos os livros que me dão, eu compro, evangélicos, de espiritismo eu só li um do Alan Kardec, mas o resto, todos os tipos de livros que você imaginar eu gosto de ler (Aline).

Os jornais em formato de tablóide, com preços mais baixos, são frequentemente encontrados nos quartos, pois permitem uma leitura mais dinâmica. As profissionais devem ficar atentas à movimentação nos corredores e negociar o programa com os clientes, o que impede a concentração em uma leitura mais densa. A televisão e os jornais permitem que as mulheres se informem sobre os acontecimentos atuais, além de servirem como entretenimentos. As informações veiculadas nestes meios pautam algumas das conversas das profissionais em seu ambiente de trabalho.

Conversamos bobagens. O que a gente fez, veio um homem pediu isso, veio outro pediu aquilo, sobre os filhos delas, se o movimento estava bom, essas coisas assim, que está muito caro, muito quente, um homem que caiu o elevador em cima dele (*acidente que aconteceu em Belo Horizonte na época que a entrevista foi realizada, e que foi noticiado na televisão e nos jornais*), coisas normais do dia-a-dia, sobre novela, coisas normais (Marlene).

A televisão, especialmente, apresenta às mulheres concepções sobre a prostituição e as profissionais do sexo, percebidas por elas como exageradas e estereotipadas.

Você lembra aquela novela que tinha a Capitu? Que cobrava cinco mil reais o programa, que ela fazia de tudo, mentira aquilo. Ilusão, ilusão, ilusão. A novela que teve a Camila Pitanga (*Paraíso Tropical*), apesar de ser do lado sarcástico, é mais para o lado dela, bem mais para o lado dela; é mais ou menos aquele jeito ali (Cristina).

Gostava muito de novela, mas essas novelas da globo estão muito repetitivas. Você assiste uma novela e é sempre aquele mesmo personagem. A Bebel (*personagem de Camila Pitanga na novela Paraíso Tropical da Rede Globo*), por exemplo, fez o papel de prostituta, do qual eu achei que ela exagerou demais (...) Porque uma mulher, para ser uma garota de programa, não precisa exagerar. Mas, segundo eu leio aqui no jornal, vai ter outra novela das oito que vai ter outra prostituta tipo a Bebel. Acho que os autores de novela tinham que ter mais criatividade (Laura).

Olha, até a última novela, Paraíso Tropical, tinha a Bebel, você lembra? Aquela foi uma prostituta meio que não tem nada a ver. Porque ela foi uma mulher que teve muita sorte, que foi valorizada pelos amigos e pelos clientes. Ao contrário da gente. Quando vejo eles falando de uma prostituta na televisão, fico triste porque eles falam da prostituta, não falam da pessoa. Eles olham a prostituta como usuária de droga, como rouba marido, como ladrona. Que vai para o motel e rouba. Como prostituta que alicia outras a fazerem o mesmo. Então eles mostram a parte que eles querem mostrar. Mas não a prostituta-pessoa, eles não mostram e isso é muito triste (Aline).

As profissionais do sexo circulam por diversos ambientes sociais e os produtos informacionais voltados para elas devem levar em conta essa mobilidade, considerando suas múltiplas identidades. Como muitas dessas mulheres são oriundas de outros estados, uma faceta importante de suas práticas informacionais está voltada para as atividades recreativas e culturais que Belo Horizonte pode oferecer. As informações sobre a cidade e seus equipamentos recreativos e culturais são importantes para a elaboração de suas atividades culturais e de lazer.

Outro aspecto importante do cotidiano das profissionais, que passa pelo universo informacional, é sua preparação para a saída dos hotéis. Têm planos de trabalhar por pouco tempo na atividade, e ao mesmo tempo investir em sua formação, para tornarem-se empreendedoras. Entretanto houve relatos de dificuldades de adaptação ao mercado de trabalho de profissionais que abandonaram a atividade. As entrevistadas não demonstraram conhecer órgãos que têm como objetivo orientar pequenos investidores no gerenciamento de pequenas empresas. Elas se preparam tecnicamente para trabalhar por conta própria, fazendo cursos para se especializarem na atividade escolhida, mas não se preocupam com os aspectos gerenciais e administrativos destes negócios. Tornam-se reincidentes na prostituição, pois muitas vezes perdem seus investimentos nestas empreitadas.

Eu pretendo, com o dinheiro daqui, fazer alguma coisa para que eu possa sair daqui o mais rápido possível. Atualmente estou fazendo curso de aprimoração na área de beleza, porque eu pretendo abrir uma salão para mim, estou fazendo curso de estética, essas coisas. Estudar eu não estudo porque, sinceramente, fugi da escola, não tenho a menor paciência com professor (...) Muitas garotas saíram e depois voltaram. Muitas não tiveram cabeça... Aqui mesmo teve o caso de duas garotas que foram embora, falaram que não iam voltar mais e depois de um ano estavam aí de novo. Logo que eu entrei tinha uma garota que faltava uma semana para ela ir embora. Ela falou: "eu vou e não volto nunca mais". Há pouco tempo ela estava aí procurando quarto. Mas ela não teve cabeça para se manter lá fora e acabou voltando (Larissa).

Atualmente um assunto preocupa as profissionais do sexo trabalham na zona boêmia e tem influência em suas práticas informacionais: o fechamento dos hotéis. Existe um projeto de lei, em tramitação na Câmara Municipal de Belo Horizonte, que propõe uma reconfiguração da região da Rua dos Guaicurus, transformando-a em uma área residencial, restringindo as atividades comerciais ali existentes. Para as profissionais as informações sobre este projeto são confusas e desencontradas. São informações que as preocupam, mas ao mesmo tempo ganham aura de boato que não vai se concretizar. As profissionais sabem que o projeto existe, mas desconhecem as maneiras de acompanharem a evolução deste assunto de perto.

Aqui tem um negócio que é assim: todo mês de dezembro a gente, de todos os hotéis, fica amigo porque existe uma lei que parece que é válida só no final do ano. Qual é essa lei? Vão fechar os hotéis. Então a gente fica preocupada porque é daqui que a gente vive. Então, ano passado começou essa coisa de que tem que fechar os hotéis. Então dizem que a lei falou que teriam que derrubar os hotéis porque nós significávamos uma ameaça à sociedade. Porque passava criança, gente casada. Mas eu não vejo isso como um ameaça. Ameaça será se isso fechar o que vai ter, me desculpe a palavra, o que vai ter de puta nesses barzinhos, nas esquinas, isso sim vai ser uma ameaça à sociedade. Porque vai fluir mais as drogas no meio da rua, o alcoolismo vai estar no meio da rua (Aline).

A APSBH tem papel importante nesta questão, pois é quem acompanha o desenrolar da discussão deste tema na Câmara.

Nós fomos na Câmara [dos Vereadores de BH], eu e a presidente [da APSBH] porque o pessoal estava fazendo reunião, a gente nem estava sabendo o que estava acontecendo (...) Há pouco tempo mesmo a gente foi lá para debater, porque eles alegam que não sabem se vão tirar os hotéis, fechar os hotéis. Eles também alegam

que não sabem onde colocar as mulheres. O pessoal fica naquele boato que eles falaram que iam colocar as mulheres lá no Ceasa. Aí eu pergunto: colocar no Ceasa como? Se antigamente matavam as mulheres e jogavam elas ali [nas proximidades do Ceasa], até hoje ninguém descobriu quem fez. Por que mexer em time que está ganhando? Eu trabalho em hotéis há vinte anos, o cliente chega aqui não tem confusão nenhuma (...) Então, se todas as mulheres que trabalham aqui se comportarem, não deixarem nenhuma mão de família constrangida, o constrangimento maior vai ser se tirar a zona boêmia daqui e levar para outro lugar. Ou as mulheres resolverem trabalhar na rua, imagina, são quase três mil mulheres que trabalham aqui. Já pensou se essas mulheres resolverem invadir a cidade, o centro, para trabalhar na rua. Porque muitas alegam, que se realmente fecharem os hotéis, elas vão trabalhar na rua. O que vai ser bem pior (Laura).

As práticas informacionais das profissionais do sexo no cotidiano refletem o caráter dinâmico da informação neste universo. A oralidade e a informalidade do processo informativo são marcas fortemente presentes neste contexto. As necessidades e o uso de informação aparecem nas interações das profissionais com os atores de seu entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prostituição é uma atividade que ainda provoca fascínio e críticas quase na mesma proporção. Quem a estuda, costuma justificar seu interesse pelo tema ressaltando a curiosidade que a atividade provoca, como é o caso de Barros (2005). Existe na literatura sobre a prostituição uma variedade de visões sobre a atividade, que vão da aprovação à condenação. Parent-Duchatelet et al (19-?) e Lagenest utilizam uma linguagem e visão condenatórias para tratar da atividade, valendo-se de expressões como “chaga da prostituição”, “mal da prostituição”, dentre outras. Roberts (1998), ex-profissional do sexo, assume uma posição de defesa, que prega respeito pela atividade e pelas pessoas que nela atuam.

A ida dos estudos informacionais aos contextos dinâmicos da informação, como o universo da prostituição, é necessária para alargar as fronteiras de atuação da Ciência da Informação. O campo possui uma dimensão, a social, cuja importância ganha relevo diariamente. Ao incorporar o social na suas preocupações, a Ciência da Informação abre seus horizontes para novos atores e novas questões de pesquisa, como essa que ora trabalhamos. Podemos dizer que o resultado de nosso trabalho foi satisfatório. Considerando a questão que foi proposta, as respostas elucidaram os principais pontos levantados, demonstrando a adequação do tema ao referido campo.

As práticas informacionais das profissionais do sexo se revelam no contexto de suas ações e interações cotidianas. A ação de dar sentido ao mundo é o fator que caracteriza o uso de informação pelos indivíduos. Os quatro eixos de análise desta pesquisa referem-se ao trabalho diário das profissionais e às suas preocupações na realização deste trabalho.

Os temas de interesse das profissionais do sexo ganham importância, em maior ou menor grau, de acordo com o impacto que têm na vida delas. A legalização da atividade como uma profissão formal é vista por elas como algo importante, mas que não tem muito efeito em suas vidas. Pelo fato de desejarem ficar pouco tempo na

atividade, demonstram a preferência por continuar trabalhando informalmente. Consideram que isso permite que tenham liberdade de trabalho e garante maior retorno financeiro. Há informações sobre este processo de trabalho e sobre os direitos dos trabalhadores que estão entre as demandas das profissionais. E suas ações neste campo revelam que elas resolvem esta questão informacional de forma independente, muitas vezes sem recorrer a um mediador da informação.

A legislação penal é outro tema que tem pouco impacto na vida das profissionais do sexo. A atividade delas não é criminalizada, o que garante seu direito de defesa em casos de abuso das autoridades. Algumas ações das profissionais, que elas consideram normais, podem ser classificadas como delito. São os casos de incentivo e facilitação da entrada de pessoas na prostituição, prática comum entre as profissionais que costumam indicar amigas para trabalhar nos hotéis. Embora esta prática seja criminalizada no Código Penal Brasileiro, no dia-a-dia ela não é investigada pelas autoridades. A mudança do Código Penal, com a supressão dos artigos que criminalizam a facilitação da entrada na prostituição, a exploração das profissionais e a propriedade de bordéis e outras casas é necessária para a legalização da atividade. Os temas são, portanto, relacionados. Mas como o impacto deste assunto é pequeno em suas vidas, as profissionais não têm preocupação com as informações sobre a legislação penal.

A saúde da mulher é um assunto que desperta o interesse das profissionais do sexo, pois tem impacto imediato em seu dia-a-dia. As DST e a AIDS são os temas mais recorrentes. As profissionais demonstram conhecimentos sobre o assunto e recorrem às fontes "oficiais", os profissionais da saúde, para resolver parte de suas dúvidas. A informalidade também é importante neste assunto, pois muitas práticas "caseiras" de prevenção são repassadas pelas mulheres em suas interações cotidianas. As DST e a AIDS ocupam a centralidade de seu discurso, mas outras doenças também preocupam as profissionais do sexo. São as doenças que têm relação direta com suas condições de trabalho, como estresse, alergias, dependência química e doenças causadas pelo excesso de relações sexuais. Todas estas doenças são preocupações das profissionais, que elaboram sua prevenção e seu cuidado com a saúde tendo por base as informações "oficiais", passadas por médicos, enfermeiros e agentes de saúde, e as informações "caseiras", construídas

nas interações com colegas e clientes.

Por fim abordamos o cotidiano destas mulheres, que revela a diversidade de informações que são usadas por elas para a construção de sua realidade. O conhecimento compartilhado pela sociedade é importante para que os indivíduos possam construir significados conjuntos para determinadas informações que não podem ser explicitadas. A entrada das profissionais no universo da prostituição é cercada desta ambigüidade: nem tudo é o que parece ser, nem tudo pode ser dito explicitamente. No dia-a-dia das profissionais muitas questões vão demandar conhecimento da realidade de seu contexto para sua solução. São problemas relativos às práticas diárias das profissionais, como a negociação do programa e a segurança das mulheres. Neste processo informativo, a interação com as colegas é o ponto mais importante. Outras questões são importantes neste eixo, mas não têm relação direta com o trabalho das profissionais: a saída da prostituição e o conhecimento dos equipamentos culturais e de lazer da cidade. Todos estes assuntos fazem parte do universo informacional das profissionais do sexo e revelam suas demandas e práticas informacionais.

Para finalizar apontamos a importância destes estudos “sociais” para a Ciência da Informação. Os produtos e as práticas informacionais não existem apenas em ambientes institucionalizados. A Ciência da Informação é denominada ciência social, mas suas interseções mais importantes, segundo seus pesquisadores, são com as ciências exatas e áreas tecnológicas. Os estudos sociológicos e antropológicos, como os realizados pelo interacionismo simbólico e pela etnometodologia, ainda são embrionários no campo, embora existam pesquisadores da área que trabalharam com essas temáticas no passado. O grupo das profissionais do sexo é um grupo marginalizado, mas a Ciência da Informação pode e deve alargar suas fronteiras para contemplar outros grupos nesta mesma condição. Ainda são inéditos para o campo, mas já são objetos de estudo nas ciências sociais há muito tempo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana Teixeira; TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. *Cadernos Metrópole*, Campinas, n.11, p.137-157, jan./jun. 2004.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A Ciência da Informação como Ciência Social. *Ciência da Informação*, Brasília, v.32, n.3, p.21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários: uma abordagem na linha de ICS. In: CABRAL, Ana Maria Rezende; REIS, Alcenir Soares dos (Org.). *Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007. p.81-100.

AZEVEDO, Marco Antônio de. Informação e interpretação: uma leitura teórico-metodológica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.9, n.2, p.122-133, jul./dez. 2004.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos. Estudo de usuário: visão global dos métodos de coleta de dados. *Perspectivas em ciência da informação*, Belo Horizonte, v.12, n.2, p.168-184, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/48/89>>. Acesso em: 22 out. 2007.

BARRETO, Letícia Cardoso et al. Organização política de profissionais do sexo: o movimento associativo como espaço de emergência de demanda de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.fazendogenero7.com.br>>. Acesso em: 9 mar. 2008.

BARROS, Lúcio Alves. Mariposas que trabalham: uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, n.827, 08 out. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7356>>. Acesso em: 17 jun. 2008.

BÍBLIA SAGRADA. N. T. *Primeira Carta a Timóteo*. São Paulo: Paulus, 1990. cap. 2, v. 9-15.

BÍBLIA SAGRADA. N. T. *Primeira Carta aos Coríntios*. São Paulo: Paulus, 1990. cap. 7, v. 2-4.

BLUMER, Herbert. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. D. *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico, 1980. p.119-137.

BORBA, Kátia P.; CLAPIS, Maria José. Mulheres profissionais do sexo e a

vulnerabilidade ao HIV/AIDS. *DST – Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*, v.18, n.4, p.254-258, 2006.

BRASIL. Código penal (1940); PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CESPEDES, Livia. *Código penal*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 592 p. (Legislação brasileira).

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.106 de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, 2005. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. *Prevenção das DST/AIDS e a prostituição feminina no Brasil*. Brasília, 1998. Disponível em: <www.AIDS.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. *Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da AIDS*. Brasília: 2002b. 123p. (Séries Manuais, 47).

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. *Relatório de Conclusões e Recomendações do Seminário Nacional 'AIDS e Prostituição'*. Brasília, 2002a. Disponível em: <www.AIDS.gov.br/final/prevencao/psexo.htm>. Acesso em: 01 ago. 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação brasileira de ocupações*. Brasília, 2002c. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: 08 jul. 2007.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia y Ciencia de la Informacion. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Pós-modernidade e informação: conceitos complementares. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.1. n.1, p.63-79, jan./jun. 1996.

CARVALHO, Newton Sérgio de. Bioética e doenças sexualmente transmissíveis. *DST – Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*, v.15, n.2, p.57-61, 2003.

CHOO, Chun Wei. Como ficamos sabendo: um modelo de uso de informação. In: _____. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Senac, 2003. p.63-120.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Comissão Episcopal de Pastoral. *Prostituição: desafio à sociedade e à igreja*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976. 170p. (Estudos da CNBB, 15).

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995. 134p.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.29, n.2, p.37-42, maio/ago. 2000.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Meninas da noite: a prostituição de meninas escravas no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1993. 161p.

DOMINGUES, Roberto Chateaubriand. Profissionais do sexo: de objetos a agentes de transformação. In: SILVA, Roberto Guimarães. *Ação e vida: respostas à epidemia de HIV/AIDS em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde, 1996. p.65-83.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Estudo de necessidades de informação: dos paradigmas tradicionais à abordagem *Sense-Making*. *ABEBD*, 1997. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/nucleos/sense/textos/sumar.htm>>. Acesso em: 8 out. 2007.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Novos paradigmas e novos usuários da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.25, n.2, p.217-223, maio/ago. 1996.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. *Estudos de usuários*. Brasília: IBICT, 1994.

FREIRE, Isa Maria et al. Estudos de usuários: o padrão que une três abordagens. *Ciência da Informação*, Brasília, v.31, n.3, p.103-107, set./dez. 2002.

FREITAS JUNIOR, Otávio de. Histórico e causas da prostituição. In: PEREIRA, Armando et al. *A prostituição é necessária?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p.1-44.

FREITAS, Renan. *Bordel, bordéis*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. 233p. (Antropologia, 8).

GRUPO Davida. Prostitutas “traficadas” e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. *Cadernos Pagu*, n.25, p.153-154, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26526.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

GUESSER, Adalto H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. *Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v.1,

n.1, p.149-168, ago./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br>>. Acesso em: 28 abr. 2008.

GUIMARÃES, Kátia; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Estudos feministas*, Florianópolis, v.13, n.3, p.525-544, set./dez. 2005.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987. 163p.

JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996. p.127-174.

LAGENEST, H. O. Barruel. *Lenocínio e prostituição no Brasil: estudo sociológico*. Rio de Janeiro: Agir, 1960. 195p. (Temas atuais).

LARA, Marilda Lopez Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz. Disseminação da informação e usuários. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, v.17, n.3-4, p.26-34, 2003.

LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 124p.

LEITE Gabriela. Daspu, uma grife surpreendente. *Caros Amigos*, São Paulo, v.10, n.106, p.28-31, 2006a. Entrevista concedida a Natalia Viana.

LEITE, Gabriela. Dastripas coração. *Margens: Revista de Cultura*, Belo Horizonte, v.8, n.1, p. 28-39, jan./jun. 2006b. Entrevista concedida a Heloísa Buarque de Hollanda.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.30, n.1, p.71-81, jan./abr. 2001.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e sociedade: pressupostos da Antropologia da Informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. *O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p.101-115.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, p. 89-93, jan./abr. 1995.

MARTELETO, Regina Maria; NÓBREGA, Nanci Gonçalves; GUIMARÃES, Cátia. Organizando e divulgando o conhecimento social: um experimento de informação. In. ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 13., 2004, São Bernardo do Campo, SP. *Anais...*, São Bernardo do Campo, 2004. Disponível em: <www.compos.org.br>. Acesso em: 15 abr. 2005.

MARTELETO, Regina Maria; RIBEIRO, Leila Beatriz; GUIMARÃES, Cátia. Informação em movimento: produção e organização do conhecimento nos espaços sociais. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.69-80, jun. 2002.

MARTELETO, Regina Maria; VALLA, Victor Vincent. Informação e educação popular: o conhecimento social no campo da saúde. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, n. especial, p.8-21, jul./dez. 2003.

MARTIN-LAHERA, Yohannis. ¿Teoría o metateoría?: en el dominio usuario. *Ciência da Informação*, Brasília, v.33, n.3, p.50-60, set./dez. 2004.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. A abordagem sense-making para estudo de usuário. Porto Alegre: ABEED, 1997. (Ensaio).

McGARRY, Kevin. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 206p.

MINEIRO, Procópio; NUNES, Iacy. AIDS, a peste do século. *Cadernos do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, n.108, p.48-57, mar. 1988.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado. *Para navegar no século XXI*. Porto Alegre: Sulina, Edipucrs, 1999.

MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Tradução de Vera Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 361p.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_05.htm>. Acesso em: 01 fev. 2008.

NEHMY, Rosa Maria Quadros et al. A ciência da informação como disciplina científica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.9-25, jan./jun. 1996.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Disseminação de informações sobre a epidemia de HIV/AIDS para mulheres. *Ciência da Informação*, Brasília, v.22, n.3, p.245-247, set./dez. 1993.

OLIVEIRA, Marlene. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: OLIVEIRA, Marlene (Org.). *A Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. cap.1, p.9-28.

OLTRAMARI, Leandro Castro; CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações sociais de mulheres profissionais do sexo sobre a AIDS. *Estudos de Psicologia*,

Florianópolis, v.9, n.2, p.317-323, 2004.

PACHECO, Leila Maria Serafim. A informação enquanto artefato. *Informare*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.20-24, jan./jun. 1995.

PARENT-DUCHATTELET, Alexandre Jean-Baptiste et al. *História da prostituição: idade antiga, idade média, idade moderna*. São Paulo: Edições Júpiter, [19-?]. Autoria discutível.

PASINI, Elisiane. O uso de preservativos no cotidiano de prostitutas em ruas centrais de Porto Alegre. In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel; BENEDETTI, Marcos Renato (Org.). *Na batalha: sexualidade, identidade e poder no universo da prostituição*. Porto Alegre: Dacasa, 2000. cap. 2, p. 31-46.

PASINI, Elisiane. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. *Cadernos Pagu*, n.25, p.185-216, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26527.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. *O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p.61-86.

PINHEIRO; Lena; LOUREIRO, José. Traçados e limites da ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, p. 42-53, jan./abr. 1995.

REIS, Alcenir Soares. Retórica-ideologia-informação: questões pertinentes ao cientista da informação? *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.145-160, jul./dez. 1999.

ROBERTS, John Morris. *O livro de ouro da história do mundo*. 12. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. 812p.

ROBERTS, Nickie. *As prostitutas na história*. Tradução de Magda Lopes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998. 430p.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.19, n.1, p.151-172, jan./jun. 2004.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Prostituição: “um trabalho como outro qualquer”? as estratégias das organizações de defesa dos direitos de prostitutas no enfrentamento do preconceito e da discriminação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.fazendogenero7.com.br>>. Acesso em: 9 mar. 2008.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origens, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun. 1996.

SCHETTINI, Cristiana. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e um sistema. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.141-161, set. 1975.

SILVA, Carmen da. O mundo de Luísa. In: PEREIRA, Armando et al. *A prostituição é necessária?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 45-58.

TORRES, Gilson de Vasconcelos; DAVIM, Rejane Marie Barbosa; COSTA, Terêsa Neumann Alcoforado da. Prostituição: causas e perspectivas de futuro em um grupo de jovens. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 7, n. 3, p. 9-15, jul. 1999.

TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Tradução de Gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2006. 261p.

APÊNDICE

Roteiro de entrevistas

Cotidiano

- Relação com as colegas.
- Colaboração no trabalho.
- Informações sobre os clientes.
- Informações sobre novidades.
- Conversas sobre a atividade.
- Programas e preços.
- Valor do programa.
- Tempo de duração do programa.
- Táticas de negociação.
- Práticas.
- Negociação com os clientes.
- Quebras de acordos.
- Locais de trabalho.
- Contato com os hotéis.
- Pré-requisitos.
- Direitos e deveres.

Aspectos trabalhistas

- Trabalho atual.
- Início na atividade.
- Tempo de trabalho.
- Motivação para o trabalho.
- Perspectivas.
- Trabalhos anteriores.
- Motivo da saída.
- Relações trabalhistas.
- Vínculo empregatício.
- Previdência.
- Participação em Associação e/ou sindicato.
- Participação em cursos relativos à atividade.

Legislação penal

- Conhecimento da legislação.
- Criminalização de atividades correlatas.
- Criminalização da atividade.
- Violência e coerção.
- Vítima de abuso de autoridade.
- Vítima de abuso de cliente.

- Relação com a ameaça de violência.
- Relação com o cliente.
- Relação com as autoridades.

Questões relativas à saúde

- Saúde mental e estresse.
- Jornada de trabalho.
- Condições de trabalho.
- Condições do local de trabalho.
- Cuidados com a saúde em geral.
- Periodicidade de exames.
- Estética.
- Doenças sexualmente transmissíveis.
- Práticas de prevenção.
- Percepção das doenças.
- Percepção das campanhas.
- Uso de preservativos.
- Discussões sobre saúde.
- Participação em grupos de discussão.

Dados pessoais

- Nome, idade e naturalidade.
- Estado civil e relacionamentos.
- Filhos.
- Relação com a família.
- Família e trabalho.

ANEXO B



FIGURA 2 - Fotografia do quarteirão da Rua dos Guaicurus, entre as ruas Curitiba e São Paulo.

Fonte: Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/8554671>>. Acesso em: 14 out. 2008.